

**REVISTA
DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E
HISTÓRIA MILITAR
DO
BRASIL**



ANO 84 N° 116 1º SEM. 2025

ISSN 0020-3890



SUMÁRIO

EXPEDIENTE

O IGHMB foi fundado em 7 de novembro de 1936. Órgão Consultivo Oficial dos Assuntos de Geografia e História Militar reconhecido pelo Decreto nº 27.512, de 26 Nov 1949, e Órgão de Utilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro pela Lei nº 2.217, de 28 Ago 1973.

Representante do Brasil na Comissão
Internacional de História Militar

Presidente do IGHMB

Gen Bda Márcio Tadeu Bettega Bergo

Diretor e editor da Revista do IGHMB

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

1º Secretário do IGHMB

Cel Cláudio Luiz de Oliveira

Conselho Editorial

Cel Prof. Dr. Carlos Roberto Carvalho Daróz

Ten Cel Prof. Dr. Giovanni Latfalla

Dr. Daniel Mata Roque

Sede no Clube Militar

Av. Rio Branco, 251 – Centro

20040-009 Rio de Janeiro-RJ

Brasil

ighmb.org.br

revista@ighmb.org.br

2 – Editorial

6 – Canhões versus muralhas: Evolução da guerra de sítio entre 1500 e 1850

[Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz](#)

37 – A caminho de Tsushima: uma inevitabilidade

[Carlos Alves Lopes](#)

67 – A morte do Patrono

[Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis](#)

81 – Alemanha Nazista: sob um comando, sete linhas de ação policial

[Bianca Fiori](#)

98 – Tenente Suarez: uma veterana de guerra na política partidária da redemocratização brasileira (1945-1947)

[Daniel Mata Roque](#)

[Fernando Porto](#)

116 – As viúvas e os órfãos da Força Expedicionária Brasileira: os heróis esquecidos

[Cel Wellington Corlet dos Santos](#)

132 – A doutrina básica da Força Aérea Brasileira e a Operação Black Buck na Guerra das Malvinas (1982): comparativo e percepções

[Ten Av Vítor Marques Magalhães de Oliveira](#)

158 – Revolução outubrista de 1930, em São Paulo: análise das ações legalistas e consequências na Força Pública do Estado

[Cap PM Fernando de Medeiros Vasconcelos](#)

175 – Resenha - Caça-submarinos *Gurupá*

[Raul Coelho Barreto Neto](#)

A Revista do IGHMB é um periódico científico para difusão acadêmica, não possui fins lucrativos e não pode ser comercializada. Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

O uso de imagens (fotos, desenhos, mapas etc) deverá observar rigorosamente as prescrições da legislação referente aos direitos autorais, e as respectivas fontes citadas. No caso de imagens protegidas, os autores deverão possuir as respectivas permissões de uso, entregando uma cópia para arquivo do IGHMB.

Estão autorizadas as transcrições integrais ou parciais das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte. Por imposição do espaço, a redação do artigo poderá receber pequena modificação, sem alterar o seu entendimento e a sua compreensão.

Editorial

A História Militar ocupa um lugar de destaque no conjunto das ciências históricas, fornecendo uma análise profunda dos conflitos armados, suas causas, desdobramentos e consequências para as sociedades ao longo do tempo. Não se trata apenas de um estudo sobre batalhas, armas ou comandantes, mas de uma investigação abrangente que dialoga com diferentes campos do conhecimento, permitindo a compreensão da guerra como um fenômeno complexo e multidimensional.

O caráter multidisciplinar da História Militar é um de seus traços mais marcantes. Ela se entrelaça com a geopolítica, a

estratégia, a economia, a sociologia, a geografia, a tecnologia e a cultura. O estudo dos conflitos não se limita aos combates em si, mas também envolve a logística, as inovações tecnológicas, a diplomacia e os impactos sociais decorrentes das guerras.

Dessa forma, os historiadores militares trabalham com diversas fontes e metodologias, contribuindo para um entendimento mais amplo da dinâmica dos conflitos e da

segurança internacional.

No Brasil, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) desempenha um papel fundamental no estudo e na difusão do conhecimento sobre História Militar. Fun-





dado com o propósito de estimular a pesquisa e preservar a memória militar do país, o Instituto tem se consolidado como um centro de referência para estudiosos e pesquisadores. Através de publicações acadêmicas, congressos e seminários, o IGHMB tem promovido um debate qualificado sobre a História Militar, contribuindo para a formação de novas gerações de especialistas no tema.

Neste ano, a comunidade acadêmica e militar celebra um marco histórico de grande relevância: os oitenta anos da vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Esse período evocativo nos convida a refletir sobre o papel desempenhado pelo Brasil no conflito, em especial a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e da Força Aérea Brasileira na Campanha da Itália, além da atuação desta e da marinha do Brasil na patrulha do Atlântico Sul. A FEB foi a materialização do esforço nacional em prol da liberdade e da democracia, com

milhares de soldados brasileiros enfrentando adversidades no teatro de operações europeu.

A presente revista tem início com o artigo *Canhões versus muralhas: evolução da guerra de sítio entre 1500 e 1850*, o qual analisa a transformação das técnicas de cerco e da construção de fortificações ao longo de três séculos, enfatizando o impacto do desenvolvimento da artilharia sobre as estruturas defensivas. A pesquisa destaca como a introdução e o aprimoramento dos canhões modificaram as estratégias militares e levaram à adaptação das construções fortificadas para resistir a essas novas ameaças.

Em seguida, no artigo *A caminho de Tsushima: uma inevitabilidade*, o autor investiga os eventos que culminaram na Batalha de Tsushima em 1905, durante a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), argumentando que o confronto era inevitável devido às ambições expansionistas e às rivalidades



geopolíticas da época. O estudo oferece uma análise detalhada das causas e consequências dessa batalha naval decisiva, que redefiniu o equilíbrio de poder no Leste Asiático.

No plano internacional, o artigo *Alemanha Nazista sob um comando, sete linhas de ação policial* examina a estrutura de segurança interna do Terceiro Reich, identificando sete principais linhas de ação policial que foram implementadas para manter o controle social e político. A pesquisa analisa como essas estratégias foram utilizadas para consolidar o poder nazista e suprimir a dissidência durante o regime.

Além da história militar internacional, a revista contempla também temas histórico-militares nacionais.

Privilegiando a rememoração dos 80 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, em especial da participação brasileira no conflito, trazemos a público dois artigos elaborados no campo da história social, que

abordam as pessoas do Brasil que fizeram a guerra. O primeiro deles, *Tenente Suarez: uma veterana de guerra na política partidária da redemocratização brasileira (1945-1947)*, destaca a trajetória da tenente Suarez, uma das pioneiras na participação feminina nas forças armadas brasileiras, e sua transição para a atuação política durante o período de redemocratização. A pesquisa explora os desafios enfrentados por Suarez ao ingressar na política partidária e sua contribuição para a inclusão das mulheres na esfera pública.

Em outra perspectiva, a pesquisa intitulada *As viúvas e os órfãos da Força Expedicionária Brasileira: os heróis esquecidos* estuda a situação das famílias dos soldados da FEB que perderam suas vidas durante a Segunda Guerra Mundial. O artigo destaca as dificuldades enfrentadas por essas viúvas e órfãos, bem como a falta de reconhecimento e apoio por parte do Estado e da sociedade,



ênfatizando a necessidade de resgatar e valorizar suas histórias.

Fechando a presente revista destacamos o artigo *A doutrina básica da Força Aérea Brasileira e a Operação Black Buck na Guerra das Malvinas (1982)*, estudo realizado por um jovem oficial aviador que analisa a doutrina básica da Força Aérea Brasileira à luz da Operação Black Buck, desencadeada pela Royal Air Force durante a Guerra das Malvinas. O autor discute as lições aprendidas com essa operação e suas implicações para a estratégia e o planejamento o da aviação militar brasileira.

Diante desse eclético portfólio de trabalhos de pesquisa no campo da história militar, desejamos aos nossos leitores e amigos uma profícua e prazerosa experiência na leitura dos trabalhos de pesquisa.

Relembrar e estudar a atuação da FEB é essencial para compreender os impactos da Segunda Guerra Mundial na

história do Brasil e para manter viva a memória dos combatentes que lutaram e sacrificaram suas vidas por um ideal. Mais do que uma homenagem, esse resgate histórico é um compromisso com a verdade e com a valorização da história nacional.

Assim, este editorial reafirma a importância da História Militar como campo científico essencial, destaca a relevância do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil na promoção desse conhecimento e celebra a memorável efeméride da vitória Aliada, destacando o papel do Brasil nesse grande conflito. Que o estudo da História Militar continue a iluminar o passado e a orientar as reflexões sobre o presente e o futuro das relações internacionais e da segurança global.

Carlos Daróz – Coronel

Doutor em História
Editor da Revista do IGHMB

Canhões *versus* muralhas

Evolução da guerra de sítio entre 1500 e 1850

Carlos Roberto Carvalho Daróz ^a

Resumo: O presente artigo examina a evolução da guerra de sítio ao longo dos séculos XVI ao XIX, destacando a dicotomia entre canhões e fortificações que caracterizou este período crucial da história militar. Ao explorar como as técnicas de artilharia e as estruturas defensivas se aprimoraram continuamente, o estudo revela uma mudança de paradigma na condução dos cercos militares. A análise se aprofunda no papel transformador de líderes militares como Napoleão Bonaparte, cuja utilização inovadora da artilharia ligeira redefiniu estratégias de cerco de maneira decisiva. Além disso, a pesquisa se propõe a examinar não apenas os avanços tecnológicos que influenciaram a guerra de sítio, mas também os contextos políticos e sociais que moldaram essas transformações. Ao colocar em campos opostos as forças da artilharia e das muralhas, a pesquisa oferece uma análise detalhada de como a arte da guerra evoluiu, não apenas redefinindo a dinâmica dos cercos, mas também influenciando profundamente as práticas militares e as relações de poder na Europa e além. Ao fazê-lo, este estudo contribui significativamente para uma compreensão mais ampla das dinâmicas de conflito e inovação militar ao longo da história moderna.

Palavras-chave: Guerra de sítio, Artilharia, Fortificações.

INTRODUÇÃO

A evolução da guerra de sítio entre os séculos XVI e XIX exemplifica de maneira notável como a tecnologia pode transformar profundamente a arte da guerra.

Durante este período, o desenvolvimento de novas tecnologias militares, especialmente na artilharia e nas fortificações, mudou radicalmente a forma de conduzir os sítios e os conflitos da época. As inovações tecnológicas não

^a Coronel de Artilharia, doutor em História. Associado Titular Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



apenas modificaram as táticas e estratégias, mas também redefiniram a própria arquitetura militar, moldando o curso de muitos confrontos históricos e influenciando a formação de novos paradigmas de guerra.

No princípio do período em análise, as fortificações eram predominantemente características do medievo, concebidas para resistir a ataques de infantaria e cavalaria, que possuíam, quando muito, armas de arremesso neurobalístico, conforme a categorização de Portela Alves¹. No entanto, com a introdução da pólvora e o consequente desenvolvimento dos canhões de assalto, essas estruturas tornaram-se vulneráveis a bombardeios. A resposta a essa ameaça foi a adaptação das fortificações, culminando no traçado abaluartado, também conhecido como Traçado Italiano². Este estilo, caracterizado por baluartes em ângulos que permitiam uma defesa eficaz contra a artilharia, refletia uma nova era na arquitetura militar, onde a geometria e a ciência se

uniram para criar estruturas que pudessem resistir ao poder de fogo crescente.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, a corrida armamentista entre fortificações e artilharia intensificou-se. Engenheiros militares, como o francês Sébastien Le Prestre, *Signeur* de Vauban³, dedicaram-se a aperfeiçoar as técnicas de construção de fortificações, desenvolvendo complexos sistemas defensivos que incluíam fossos, contrafortes e sistemas de fogo cruzado. Paralelamente, a artilharia evoluiu com a introdução de canhões mais precisos, potentes e com maior alcance, bem como com o aperfeiçoamento das técnicas de cerco, incluindo o uso de trincheiras de aproximação e minas. Este período foi marcado por uma constante inovação, onde cada avanço na construção de fortificações era seguido por um contragolpe na artilharia, e vice-versa.

Finalmente, na transição para o século XIX, as mudanças políticas e tecnológicas, acompa-



nhando as Guerras Napoleônicas, trouxeram novas perspectivas sobre a guerra de sítio. A mobilidade dos exércitos e a rapidez das campanhas de Napoleão desafiaram a eficácia das fortificações estáticas, ao mesmo tempo em que a artilharia de campanha tornou-se um componente essencial das forças armadas no campo de batalha. Este período marcou o princípio do fim da era clássica da guerra de sítio, preparando o terreno para as transformações que a Revolução Industrial traria à guerra, onde a mobilidade e a industrialização alterariam para sempre a equação fortificações x artilharia.

Geoffrey Parker, renomado historiador militar, em sua obra *The Military Revolution*⁴, explora como inovações tecnológicas e organizacionais transformaram a guerra e contribuíram para a ascensão do Ocidente no alvorecer da Idade Moderna. Sua obra dedica especial atenção ao desenvolvimento da artilharia e das fortificações abaluartadas, demonstrando como essas inova-

ções mudaram a condução dos cercos e influenciaram significativamente a estratégia e a arquitetura militar. A análise de Parker é fundamental para compreender o impacto das mudanças tecnológicas na guerra de sítio e como elas moldaram o cenário militar europeu durante este período.

Christopher Duffy, especialista em história militar, oferece uma análise detalhada das fortificações e das técnicas de cerco nos primeiros séculos da era moderna. Em sua obra *Siege Warfare*⁵, explora a evolução das fortificações desde as construções medievais até o desenvolvimento das fortalezas abaluartadas, examinando as respostas defensivas às crescentes capacidades da artilharia. Sua obra estuda a importância dessas inovações no contexto mais amplo das guerras europeias, destacando como as mudanças tecnológicas influenciaram as estratégias e táticas militares. O estudo de Duffy permite compreender a complexa relação entre a ofensi-



va e a defensiva na guerra de sítio, especialmente durante os séculos XVI e XVII.

Cabe ressaltar que a presente pesquisa foi desenvolvida por ocasião do doutoramento do autor em História Militar na Université Libre de Bruxelles (ULB), atendendo ao *Programme Erasmus+* da União Europeia, oportunidade na qual foi possível o acesso a inúmeras fontes primárias, na Bélgica, França, Luxemburgo, Alemanha, Espanha, Portugal e Países Baixos. Além da pesquisa documental, a investigação deu-se por meio de pesquisa de campo em dezenas de fortificações preservadas, bem como sítios históricos e lugares de memória, representativos do período analisado. Outra coleção de fontes relevantes foi a biblioteca Simone Veil⁶, do Departamento de História do Campus Solbosch da ULB, que reúne vasto acervo relacionado com o objeto de pesquisa.

O objetivo da investigação é examinar detalhadamente a evolução das técnicas de cerco e das

fortificações entre 1500 e 1830, com um foco particular na interação dinâmica entre os avanços na artilharia e as inovações na arquitetura militar defensiva.

Por meio de uma análise histórica e tecnológica, o estudo busca revelar como cada inovação de uma das partes provocou uma resposta adaptativa na outra, gerando um ciclo contínuo de progresso e transformação no fazer da guerra. Além disso, o artigo pretende demonstrar como essas mudanças não apenas moldaram as batalhas e campanhas específicas, mas também influenciaram a estratégia militar em um contexto mais amplo, refletindo os impactos duradouros da tecnologia na condução dos conflitos armados.

A GUERRA DE SÍTIO NA EUROPA MODERNA

Se a pólvora revolucionou o combate, seu efeito sobre as operações de cerco foi igualmente reconhecido pelos contemporâ-



neos de sua introdução no campo de batalha. No princípio do século XVI, muitos estudos já haviam sido realizados na tentativa de analisar a disputa entre a fortificação e o canhão, assunto que, por algum tempo, tornou-se parte da educação formal regular de um cavaleiro. Mais tarde, durante o século XVIII, o escopo do debate foi ampliado, pois se percebeu que os efeitos dessa competição não se limitavam ao campo militar, mas também conduziam a mudanças sociais, econômicas e políticas de longa duração. Argumentou-se, e tem sido assim desde então, que o castelo foi derrotado pela arma de fogo, e que o feudalismo desmoronou como um dos resultados da ascensão do canhão. Essa interpretação, no entanto, pode ser relativizada, considerando-se a dinâmica militar e social promovida pela disputa entre fogo e muralha, processada nos quatro séculos que constituem o recorte da investigação.

A introdução de armas de fogo na Europa data do primeiro

quarto do século XIV⁷. Aparentemente, as primeiras foram utilizadas contra pessoas e não contra fortificações, sendo o efeito tão psicológico quanto físico. Embora o primeiro registro de associação entre um canhão contra um castelo date de trinta anos após a primeira aparição da artilharia, pode ser significativo que ele nos fale de uma arma que foi utilizada não para atacar uma fortaleza, mas para defendê-la. Em 1356, uma guarnição inglesa em Breteuil, na Normandia⁸, encontrava-se sitiada por um exército francês, sob o comando do rei João II. Empregando as técnicas usuais da época, os franceses encheram o fosso com entulho, atravessaram-no e, em seguida, lançaram uma torre de assalto contra a muralha. A princípio, os defensores enfrentaram o grupo atacante em um combate corpo a corpo, mas, depois se retiraram repentinamente, para permitir o uso de algum tipo de engenho de fogo.

O texto de Froissart⁹, fonte utilizada para esse episódio, não



é claro, embora pareça mencionar “canhões que lançavam bolas pesadas”, ao mesmo tempo em que se refere a “jatos de fogo”, que, de alguma forma, foram produzidos e utilizados para incendiar a torre. Seja qual for o seu significado exato, o primeiro registro do uso do que pode ter sido artilharia em conexão com a guerra de cerco terminou com uma vitória temporária para a defesa, pois a torre francesa pegou fogo e seus restos tiveram que ser abandonados no fosso. Poucos dias depois deste episódio, o rei francês se sentiu ameaçado, e, impaciente para acabar com o cerco, ofereceu condições de rendição, que foram aceitas pelos ingleses que guarneciam Breteuil¹⁰.

A partir desse marco fundador, os relatos de canhões usados tanto para atacar fortalezas quanto para defendê-las se multiplicam rapidamente. A *Crònica di Pisa*¹¹, escrita no final do século XIV, narra que os pisanos, em 1362, usaram uma bomba pesando quase 1.000 kg contra o

castelo de Pietra Buona. No entanto, não há registro de seu efeito na muralha. Em 1357, o duque da Borgonha empregou armas para capturar o castelo de Camrolles, perto da cidade de Chartres. Doze anos depois, o município de Arras tomou providências para proteger os portões da cidade, alocando um canhão para cada um deles. Durante a guerra de cerco que ocorreu entre venezianos e genoveses entre 1376 e 1381 – a guerra de Chioggia¹² – houve intenso uso de bombardeios por ambos os lados. Como no caso das balistas e catapultas na Antiguidade, a artilharia podia ser posicionada em ambos os lados, e isso foi feito praticamente desde o início dos confrontos.

Os primeiros canhões se assemelhavam aos dispositivos de cerco anteriores, mas em outro sentido. Insuficientemente potentes para derrubar muralhas de pedra, seu principal emprego consistia em retirar os defensores de seções do muro para permitir sua minagem, perfuração ou aproximação de torres de



cerco. No entanto, com o passar do tempo, o tamanho e a potência tanto dos canhões individuais quanto dos trens de cerco aumentaram gradualmente, o que possibilitou o desenvolvimento de novas táticas. Froissart¹³ conta que, para o cerco de Oudkruik em 1377, o duque da Borgonha mobilizou nada menos que 140 canhões. Alguns deles disparavam projéteis de pedra com 100 kg de peso, o que correspondia a um calibre de 35 cm¹⁴. Este parece ter sido o primeiro caso registrado em que a artilharia conseguiu abrir uma brecha nas fortificações, resultando na rendição do castelo. Em comparação com as antigas máquinas de arremesso de pedras, a capacidade dos canhões de obter esse resultado, provavelmente, não dependia tanto de sua potência, mas da trajetória mais tensa que eles proporcionavam. Isso tornou possível apontar as armas para pontos específicos da muralha, e atingi-los repetidas vezes, provocando, assim, o colapso pelo pró-

prio peso das pedras que a constituíam.

As muralhas de pedra que cercavam os castelos medievais eram particularmente inadequadas para resistir ao fogo de artilharia típico da Idade Moderna. Como eram construídas altas muralhas para resistir a uma escalada de invasores, estas se constituíam em excelentes alvos. Projetadas para resistir a perfurações, eram frequentemente muito mais finas no topo do que na base. Um artilheiro sitiante habilidoso poderia, portanto, usar seu canhão para derrubar a alvenaria mais alta sobre a camada estrutural mais baixa, criando assim uma passagem gradual para um ataque.

Uma vez que um método eficaz para criar uma brecha estivesse disponível, atravessar o fosso, que protegia a maioria dos castelos, tornava-se muito mais fácil, pois ele tenderia a ser preenchido pelo entulho e pelas ruínas das próprias muralhas. Por fim, como as paredes eram altas e estreitas na parte superior, as



armas de fogo defensivas somente poderiam ser usadas com muita dificuldade, quando isso fosse possível.

Em uma época tão belicosa como o final da Idade Média europeia, essas deficiências foram rapidamente percebidas e, assim, foram realizadas tentativas para modificar as estruturas existentes, um processo que envolveu inúmeras etapas concomitantes. Durante os primeiros anos do século XV, os portões dos castelos já eram protegidos à retaguarda por meio de passagens largas, conhecidas como *boulevards*, que ofereciam um campo de tiro livre para o disparo de canhões. Em seguida, as torres passaram a ser cortadas e preenchidas com terra, para criar uma plataforma para outras armas de fogo que eram apontadas para fora. No entanto, como as torres dos castelos medievais eram, em sua maioria, muito estreitas para servir a esse propósito, a tentativa de fornecer plataformas logo foi transferida para as próprias muralhas.

A altura das muralhas dos castelos foi reduzida e elas passaram a ser apoiadas por enormes rampas de terra interiores que fortaleciam a defesa, uma operação suficientemente comum para adquirir um termo técnico próprio: *rampiring*, do inglês arcaico, algo traduzido como “rampar”¹⁵. Embora a construção de rampas ajudasse os castelos a resistirem a um bombardeio de artilharia, ela também possuía a desvantagem de fazer com que as paredes desmoronassem para fora, quando a brecha fosse aberta, facilitando o assalto e a entrada dos sitiante. Todo o processo era improvisado por natureza, e talvez seja mais bem compreendido como uma tentativa de salvar o enorme investimento social e econômico representado pelos castelos.

Paralelamente a esses expedientes, no final do século XIV, já estavam sendo feitas tentativas de construir novas fortificações que fossem resistentes aos canhões. Primeiro, era necessário



construir as muralhas de modo a permitir que elas resistissem a um bombardeio; em segundo lugar, era preciso providenciar espaço para o uso da artilharia pelos próprios defensores. Na Itália, França e Inglaterra, a primeira resposta a essa dupla demanda foi rebaixar as muralhas e engrossá-las, em alguns casos com até 15 a 20 metros de espessura. Em seguida, houve o abandono das torres em favor de estruturas redondas, semelhantes a tubulações, conhecidas como muralhas defensivas e descritas por Albrecht Duerer¹⁶.

Fig. 1 – O pintor renascentista alemão Albrecht Duerer contribuiu com a engenharia militar



Fonte: Alte Pinakothek, Munique

As muralhas defensivas diferiam das paredes da torre porque não ficavam mais na vertical em relação ao solo, mas eram inclinadas para fora do muro principal, a fim de apresentarem superfícies de contato inclinadas para o tiro. Além de seus topos planos, forneciam uma plataforma para os canhões, e não demorou muito para que as paredes fossem equipadas com canhoneiras embutidas e casamatas abobadadas. Apontando seus canhões para fora, os artilheiros procuravam criar campos de tiro cruzados, com o objetivo de evitar ângulos mortos. Apesar dessas inovações, as fortalezas do final do século XV se assemelhavam às suas antecessoras pelo fato de ainda se destacarem muito acima do solo. A ideia de que o alto era forte havia se consolidado desde tempos imemoriais e, naturalmente, demorou um pouco para o paradigma ser abandonado.



A MURALHA PISANA, UMA INOVAÇÃO

Quando Carlos VIII invadiu a Itália em 1494¹⁷, trouxe consigo um trem de sítio forte e sem precedentes. As fortalezas mais modernas que ele encontrou eram do tipo descrito acima. Como Maquiavel diz em *O Príncipe*, elas eram derrubadas “com giz na mão”¹⁸, o que, aparentemente, significava que bastava um oficial francês fazer uma marca no portão de uma fortaleza para que sua guarnição se rendesse em pouco tempo. No entanto, como acontece com frequência na guerra, o sucesso de um lado – nesse caso, o ataque – durou pouco. A reação, quando veio, foi forte e eficaz. Na primeira década do século XVI, os pisanos e venezianos já haviam adotado o dispositivo de separar suas muralhas internas das externas com um fosso. Como resultado, quando a muralha externa desmoronava, ela formava uma barreira feita de pedras irregulares não misturada com terra, e essa bar-

reira ficava diretamente sob a mira dos canhões estacionados nas muralhas internas. Em 1504, foi esse sistema que permitiu que Pisa, uma cidade pequena e fraca, resistisse a um cerco francês empregando os meios mais avançados disponíveis na época. O potencial do novo método foi demonstrado de forma ainda mais dramática em 1509, quando o Império, a França e o Estado Papal formaram uma aliança profana cujo objetivo era desmembrar Veneza. O resultado foi um cerco à cidade de Pádua¹⁹, que terminou com a retirada dos sitiantes, em parte devido à solidez das fortificações e, em parte, porque a nobreza alemã se recusou a desmontar e combater a pé.

A chamada “muralha Pisana”, no entanto, provou ser apenas um prenúncio do que estava por vir. Durante algum tempo, após 1510, houve muitas experiências com fortificações feitas de terra e madeira. Em 1555, durante o cerco espanhol a Santhia²⁰, no Piemonte, uma fortificação desse tipo foi capaz de absorver



Fig. 2 – A solidez das muralhas de Pádua permitiu à cidade resistir com sucesso a um cerco de 15 dias, em setembro de 1509



Fonte: Cleveland Museum of Art

milhares de tiros e sair intacto. Enquanto isso, engenheiros italianos, como Antonio da Sangallo²¹ e Michele di Sanmicheli²², trabalhavam arduamente para encontrar uma solução permanente. Em algum momento por volta de 1520, embora alguns precursores possam ser encontrados já nas décadas de 1470 ou 1480, surgiu o chamado traçado italiano (*trace italienne*) de fortifica-

ção, uma inovação revolucionária que teve o efeito de fortalecer enormemente a defesa²³.

O TRAÇADO ITALIANO

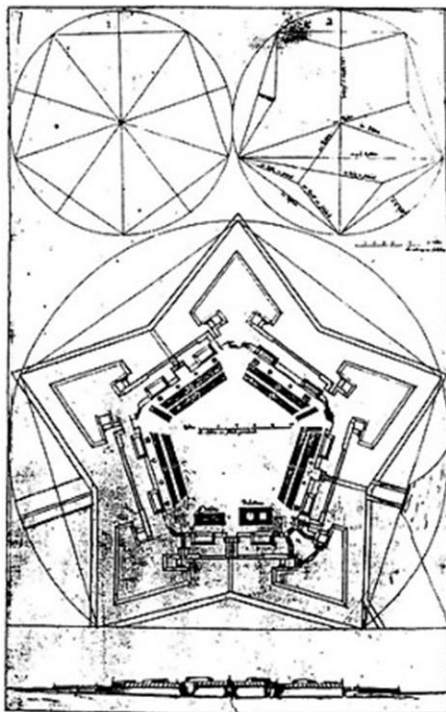
O novo sistema de fortificação consistia em três elementos simples. Primeiro, toda a estrutura era construída diretamente no interior de um fosso largo, o que fazia com que ela não se projetasse muito acima do solo e, consequentemente, não fosse um alvo compensador para a artilharia de sítio. Em segundo lugar, uma combinação de muralhas longas e retas com torres nas quinas em forma de cunha (bastiões, ou baluartes) permitia que toda a extensão do fosso fosse atingida pelo fogo de canhões, que eram posicionados em canhoneiras especialmente construídas ou montadas sobre as muralhas baixas e planas. Em terceiro lugar, percebeu-se, quase desde o



início, que os bastiões poderiam ser feitos para proteger não apenas as muralhas, mas também uns aos outros. Isso exigia que eles fossem colocados em ordem simétrica, com ângulos romboides apontando para fora em todas as direções. Isso criou o formato característico de estrela das fortificações, centenas das quais viriam a ser instaladas no interior da Europa. Naturalmente, os novos arranjos não surgiram de uma só vez. Entretanto, por volta de 1560, cada um dos elementos essenciais foi encontrado no trabalho de um homem, Francesco Paciotto²⁴, responsável pela fortificação de Turim.

Nos três séculos seguintes, o novo tipo de fortaleza se espalhou da Itália para a França, Inglaterra, Alemanha e, acima de tudo, para os Países Baixos, onde uma linha tripla dessas estruturas, situadas na região dos Grandes Rios²⁵ e adaptadas às condições locais, permitiu que a Rebelião Neerlandesa sobrevi-

Fig. 3 - A cidadela de Antuérpia (Bélgica) foi projetada pelo italiano Francesco Paciotto em 1567. A planta baixa da fortificação é típica do *Trace Italienne*, e possui forma pentagonal.



Fonte: SNEEP; TREU; TYDEMAN, 1982.

vesse e triunfasse²⁶. Impulsionadas em parte pelo desafio prático apresentado pelo poder cada vez maior do ataque, mas também pela engenhosidade natural dos engenheiros, sempre em busca de novos problemas para resol-



ver, as fortificações se desenvolveram em duas direções principais. Primeiro, o aumento gradual do alcance dos canhões fez com que as fortificações ficassem maiores e mais caras. Em segundo lugar, elas começaram a desenvolver estruturas defensivas externas, o que tornou mais difí-

cil para o atacante colocar sua artilharia dentro do alcance. Inicialmente, essas estruturas consistiam em estruturas isoladas semelhantes a bastiões, situadas de modo a proteger cada um dos pontos do traçado das fortificações, geralmente em formato de estrela. No entanto, não demorou

Fig. 4 – Típica planta do *Trace Italienne*, o Forte Bourtagne, em Groningen, Países Baixos, foi construído em 1593 com o propósito de controlar a estrada entre a Alemanha e a cidade neerlandesa. É possível observar a forma pentagonal e a complexidade do sistema defensivo, com muralhas, bastiões e fossos.



Fonte: Historium.com



muito para que fossem feitas tentativas de incorporar as estruturas externas à fortaleza, em uma única estrutura, o que levou à construção de estruturas ainda mais complexas.

Assim, no início do século XVII, as fortalezas haviam-se tornado em empreendimentos imensamente complicados compostos por uma variedade de elementos (figura 4). Tanto os bastiões quanto as obras externas eram dotados de um sem número de obras de engenharia que faziam com que, um sitiante, ao se aproximar delas pelo lado de fora, tinha muita dificuldade de distingui-los. Embora os princípios básicos fossem os mesmos em todos os lugares, um número muito grande de variações foi desenvolvido para atender às características regionais, bem como às peculiaridades do terreno. Naturalmente, a maioria dos arquitetos militares comungava de ideias e técnicas de construção comuns, e se concentrava em seguir o grande número de manuais em circulação. Entretanto,

arquitetos famosos como Paciotto, Coehorn²⁷ e Vauban desenvolveram seus próprios estilos, aumentando ainda mais a diversidade de possibilidades de engenharia e, ao mesmo tempo, fornecendo modelos adicionais para novas construções.

NOVAS TÉCNICAS DE SÍTIO

O fato de as fortalezas terem se desenvolvido dessa forma é uma indicação de que o ataque e os meios tecnológicos nos quais ele se apoiava não cessaram. Embora nem os canhões nem suas munições tivessem mudado muito depois de 1550, a artilharia tendeu a se tornar mais poderosa. O maior progresso foi feito na organização e sistematização da guerra de sítio. O final do século XVI e o início do século XVII testemunharam o surgimento de procedimentos bem definidos para investir, sitiar e atacar uma fortaleza. Com o tempo, esses procedimentos tenderam a se consolidar e a assumir o caráter

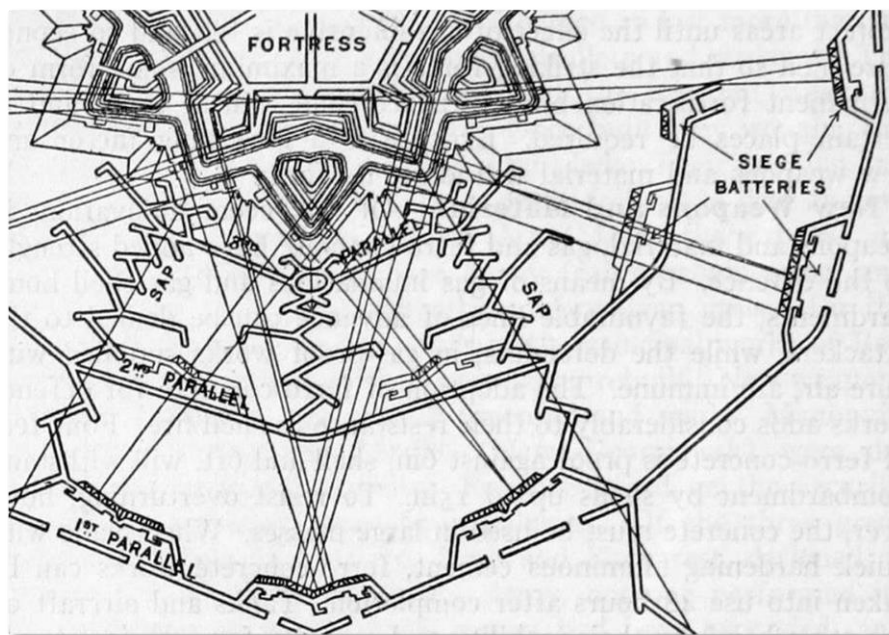


de uma espécie de movimento ritual, que consistia em técnicas de aproximação (*aproches*) e contra-aproximação (*contre-approches*) precisamente sincronizados, sempre tendo por base as muralhas das fortificações.

Ao chegar ao local, a primeira tarefa a ser executada pelo

comandante de um exército invasor era cercar a cidade e cortar seus acessos. Feito isso, e tendo fracassado as tentativas de obter a rendição da guarnição por via parlamentar, a próxima etapa era realizar o reconhecimento do terreno para descobrir o local mais adequado para a instalação

Fig. 5 - Extrato do manual de assalto a fortificações de Vauban (*Traité de l'attaque des places*), escrito em 1704 e publicado em 1829. É possível observar as trincheiras paralelas, as posições das baterias de sítio e as trincheiras de *aproches*, em formato de ziguezague.



Fonte: Bibliothèque Nationale de France



da artilharia de sítio. A primeira linha de trincheiras paralelas era aberta e os canhões, muitas vezes protegidos por estruturas portáteis de vime preenchidas com terra, eram posicionados no local. Um bombardeio constante expulsaria os defensores da seção das muralhas diretamente em frente e, assim, permitiria que os atacantes avançassem em direção à fortaleza cavando trincheiras em ziguezague (*approches*) (figura 5).

A certa distância, uma segunda trincheira paralela era aberta. Os canhões eram então trazidos para a frente e o processo se repetia. A menos que fosse interrompido pelos defensores, que às vezes cavavam suas próprias trincheiras para alcançar o inimigo e desalojá-lo (*contre-approches*), duas ou três investidas desse tipo geralmente colocavam os canhões dentro do alcance e permitiam o início do processo de rompimento das muralhas. Uma vez que a brecha fosse estabelecida, o local era invadido por assalto. Levando em

conta as diferentes condições locais, um comandante habilitado como Vauban podia estimar a duração de um cerco quase diariamente, assim como, é claro, os defensores. Consequentemente, o processo de render fortalezas com honra tornou-se uma arte, cercada de elaboradas cerimônias e livros de regras e protocolos.

Embora algumas das técnicas mais antigas de guerra de sítio, como a perfuração, o abaloamento ou o uso de torres, tivessem desaparecido completamente em meados do século XVI, outras ainda permaneciam em uso. A principal delas era o antigo princípio de erguer uma muralha de assalto para evitar ataques e isolar a guarnição sitiante ao redor. Essa, por sua vez, às vezes era cercada por uma segunda muralha, conhecida como contra-muralha, com o objetivo de frustrar qualquer tentativa de socorro à praça sitiada. Embora a artilharia tivesse se tornado o meio mais importante de romper fortificações, a mina-



gem e a contra-minagem continuaram a ser utilizadas, e sua eficácia passou a ser potencializada com o uso da pólvora como explosivo.

Às vezes, era possível escapar de uma fortaleza, enquanto em outras ocasiões eram feitas tentativas de ingressar nela por todos os meios clandestinos. Acima de tudo, as operações de sítio continuaram a ser conduzidas em distâncias tão próximas que os dois lados frequentemente trocavam insultos, promessas e ameaças, usando flechas para disparar mensagens (até o ano de 1600), ou simplesmente gritando um com o outro. Como sempre aconteceu na guerra, os atacantes e defensores imitavam livremente os métodos uns dos outros. Como resultado, a disputa era acirrada e nunca realmente decidida, em favor de um lado ou de outro.

Sob um ponto de vista mais amplo, não apenas as técnicas de guerra de sítio, mas o próprio conceito de cerco permaneceu essencialmente o mesmo. Embo-

ra as fortalezas mais poderosas não mais se destacassem acima do terreno, mas estivessem parcialmente escondidas no solo, continuaram a consistir em estruturas projetadas para repelir o ataque e manter os atacantes afastados. Por outro lado, a guerra de sítio ainda tinha como objetivo primário de isolar os defensores do território circundante e, em seguida, invadir o local ou forçá-los à rendição pela fome. Especialmente durante a era das guerras religiosas, entre 1550 e 1650, as fortalezas mantiveram sua função tradicional como locais de refúgio. Como o alcance efetivo dos canhões ainda não ultrapassava 1.200 metros, cada fortaleza representava uma proteção por si só, e não havia como construí-las próximas umas das outras para oferecer apoio mútuo por meio de fogo. Em diversos locais da Europa, cinturões inteiros de fortalezas foram construídos para cobrir todos os acessos possíveis a um país; no entanto, elas não se ligavam em barreiras contínuas do tipo que



se tornaria familiar na Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Como as fortalezas eram muito numerosas, o papel que desempenhavam na estratégia era, no mínimo, maior do que na Idade Média. Durante o período de 1560 a 1700, em particular, a guerra consistia menos em batalhas em campo aberto do que em uma sucessão interminável de cercos. No início do século XVIII, havia três cercos para cada batalha, sem contar os casos em que as fortalezas eram sitiadas sem sucesso²⁸.

Assim, a visão comum de que o advento do canhão alterou o equilíbrio entre os atacantes e a defesa fortificada simplesmente não é sustentada pelas evidências, na verdade, os dois progrediram em conjunto. Muitas vezes, os mesmos engenheiros que construíram as fortalezas mais poderosas também foram responsáveis por desenvolver os métodos mais sofisticados para atacá-las, sendo Vauban o exemplo mais proeminente. Como a duração dos cercos variava

enormemente, era praticamente impossível provar que as fortalezas estavam se tornando mais fáceis ou mais difíceis de capturar.

A suposta vantagem dos atacantes sobre a defesa não deve ter sido muito aparente para Carlos, “o Temerário”²⁹, duque da Borgonha, que sitiou a cidade de Neuss por um ano inteiro (1475-1476)³⁰, antes de finalmente ser obrigado a se retirar. Riga, em 1700³¹, resistiu por sete meses e Milazzo, em 1718-1719, pelo mesmo período. Em outro extremo, as artimanhas e os subornos às vezes permitiam que cidades como Mons³² e Huy³³ fossem tomadas em questão de dias. A maioria dos cercos provavelmente se enquadrava na categoria de 40 a 60 dias. Para citar Vauban, uma resistência que durasse 48 dias poderia ser considerada respeitável.

Na ausência de estatísticas detalhadas, o crescimento do poder da ofensiva não pode ser comprovado. Em vez disso, o efeito mais importante da arti-



lharia sobre a guerra de sítio parece ter ocorrido em uma perspectiva distinta, ou seja, a escala muito maior em que as fortalezas tiveram de ser construídas e as operações de cerco conduzidas. Como os canhões em meados do século XV superaram os principais engenhos de sítio em termos de potência e alcance, as estruturas defensivas construídas para resistir a eles tiveram de ser muito maiores e possuir paredes muito mais espessas. Tais fortificações, por sua vez, exigiam guarnições que chegavam a milhares de homens, às vezes mais, e também quantidades muito maiores de armazéns e munições de todos os tipos.

Por outro lado, atacar uma fortaleza de primeira classe não era, de forma alguma, uma operação simples do ponto de vista logístico. Para isso, era necessário concentrar uma grande força em um único local e mantê-la alimentada por um período de semanas, senão meses ou anos. Tomando os valores mínimos de 1,5 kg por dia por homem e 15 kg

por dia por cavalo, e empregando a estimativa do especialista francês Armand de Puységur³⁴, de dois cavalos para cada três homens, a necessidade diária para alimentar um exército de 50 mil soldados seria de aproximadamente 475 toneladas³⁵. Embora a quantidade de pólvora, munição e materiais de engenharia necessários para um cerco fosse apenas uma fração disso, em termos absolutos ela também podia ser muito grande.

Fig. 6 – O oficial de artilharia francês Armand de Puységur foi um dos grandes especialistas de seu tempo nas técnicas de sítio



Fonte: Coutau-Bégarie & Associés



A ARTILHARIA E SEU IMPACTO NA SOCIEDADE MODERNA

O principal efeito do advento da artilharia e dos avanços concomitantes na fortificação foi tornar o ataque e a defesa das fortalezas muito mais complexos e caros. Foi-se o tempo em que todos os príncipes, barões ou mosteiros podiam se cercar de muros espessos que, se nunca eram totalmente inexpugnáveis, mas, pelo menos, eram capazes de forçar um atraso considerável em um atacante. Também já se foi o tempo em que as armas mais importantes, ou pelo menos algumas armas razoavelmente eficazes, podiam ser fabricadas pelo ferreiro da aldeia. Em vez disso, o progresso tecnológico militar criou uma situação em que a guerra em geral, e a guerra de fortificações em particular, passou a exigir uma combinação de poder financeiro, organização burocrática e conhecimento técnico. Tudo isso era encontrado menos no campo feudal do que na economia urbana burguesa-

capitalista que, espalhando-se pela Europa desempenhava um papel cada vez mais relevante.

Em sua oposição à nobreza, tanto da igreja quanto do Estado, os burgueses das cidades encontraram aliados importantes nas monarquias. Os monarcas eram os únicos que podiam se dar ao luxo de construir e manter canhões. Consequentemente, seu poder cresceu consideravelmente, até se tornar absoluto. Por fim, o efeito prático desses desenvolvimentos representou um expressivo aumento no tamanho mínimo necessário para tornar as unidades políticas militarmente viáveis. Em vez de ser um passatempo para senhores isolados que dependiam de seus vassalos, ou então um expediente usado por cidades que convocavam os cidadãos para enfrentar ameaças, a condução da guerra tendeu a se centralizar nas mãos dos monarcas, e, mais tarde, nas dos Estados nacionais.

Embora a tendência em direção a unidades políticas maiores, capazes de sustentar a nova



escala de guerra em todas as suas formas, tenha sido marcante e constante, ela não foi, de forma alguma, simples ou linear. O período entre 1450 e 1650, aproximadamente, foi tão instável politicamente e marcado por tantas guerras quanto qualquer outro período da Idade Média. Havia tantos levantes de camponeses, revoltas nacionais, conflitos religiosos e guerras civis que, muitas vezes, até mesmo os contemporâneos, não conseguiam definir quem estava lutando contra quem, muito menos por qual motivo. Embora os cercos fossem frequentes, a guerra de guerrilha em pequena escala era endêmica no campo entre as fortalezas, muitas vezes, quase indistinguível do simples banditismo. Nas mãos de companhias militares, como o comandante Wallenstein³⁶, do século XVII, a própria guerra se transformou, por algum tempo, em uma forma de empreendimento capitalista autossustentável que prometia riquezas e até principados aos praticantes mais bem-sucedidos.

É difícil dizer se essa situação refletia o domínio do ataque sobre a defesa ou o contrário, e, de qualquer forma, a tecnologia militar era apenas um único fator entre os muitos envolvidos.

Em cada estado separadamente, a artilharia não só ajudou o poder real a se afirmar contra todos os oponentes, como também se tornou seu símbolo. Os canhões disparavam saudações quando os príncipes nasciam, decoravam seus palácios enquanto eles reinavam e, cada vez mais, figuravam em seus funerais quando morriam.

Luís XIV até fez com que seus canhões fossem estampados com as palavras *ultima ratio regum*³⁷, que era uma descrição precisa de sua função utilitária. Enquanto os reis brincavam com canhões de verdade, os mortais menores geralmente faziam o mesmo com versões menores feitas sob medida ou, se não fosse possível, tinham modelos colocados na lareira.



NAPOLEÃO E UM NOVO PARADIGMA PARA A ARTILHARIA

Um novo equilíbrio foi estabelecido durante a segunda metade do século XVIII. Com os exércitos se tornando cada vez mais profissionais, o papel da guerra irregular diminuiu, embora nunca tenha desaparecido completamente. As fortalezas e as operações de sítio continuaram a ser componentes vitais da guerra.

A condução da guerra por Napoleão Bonaparte, ele próprio

Fig. 7 – O emprego da artilharia ligeira por Napoleão Bonaparte – como esta peça do sistema Gribeauval – introduziu um novo paradigma na guerra, priorizando a mobilidade em detrimento da solidez das fortificações.



Fonte: Musée Wellington, Waterloo, Bélgica.
Foto do autor.

um oficial de Artilharia, representou uma ruptura significativa com a tradicional dicotomia entre artilharia e fortificação, e introduziu um novo paradigma baseado na mobilidade e na rapidez. Napoleão inovou ao empregar artilharia ligeira de maneira decisiva e ágil, integrando-a efetivamente às suas forças de infantaria e cavalaria. Esta abordagem permitiu que suas unidades de artilharia se movessem rapidamente pelo campo de batalha, adaptando-se às necessidades táticas e atacando pontos

fracos nas linhas inimigas com eficiência devastadora. Ao priorizar a mobilidade e a concentração do fogo, Napoleão conseguiu superar a tradicional dependência de longos cercos e de fortificações estáticas.

A utilização de artilharia ligeira por Napoleão teve a ventura de superar a



eficácia das fortificações tradicionais, que haviam sido projetadas para resistir a ataques prolongados e bombardeios pesados, mas não para enfrentar táticas móveis e flexíveis. As campanhas napoleônicas demonstraram que a capacidade de mover rapidamente as peças de artilharia e de usá-las em apoio direto às manobras de infantaria podia desestabilizar o inimigo antes que ele tivesse a chance de se entrincheirar ou de montar uma defesa eficaz. Esta abordagem reduziu a importância estratégica das fortificações permanentes, que passaram a ser vistas mais como obstáculos logísticos do que como baluartes impenetráveis.

O declínio das fortificações na era napoleônica simbolizou a transição para uma guerra mais dinâmica e móvel, onde a rapidez de movimento e a flexibilidade tática eram cruciais. A abordagem de Napoleão influenciou profundamente a doutrina militar subsequente, enfatizando a importância da mobilidade e da

concentração de forças em pontos decisivos. As lições aprendidas com as campanhas napoleônicas prepararam o terreno para as transformações militares do século XIX, onde a industrialização e as novas tecnologias continuariam a redefinir a relação entre artilharia, fortificações e a condução da guerra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar as profundas transformações ocorridas na guerra de sítio entre 1500 e 1830, marcadas pela interação dinâmica entre as inovações na artilharia e nas fortificações. Ao longo desse período, a evolução tecnológica e as adaptações estratégicas demonstraram um constante ciclo de avanços e contra-avanços. As fortificações medievais, inicialmente vulneráveis aos novos canhões, evoluíram para o traçado abaluartado, que por sua vez enfrentou os desafios da artilharia cada vez mais poderosa. Este



processo dialético refletiu a essência da revolução militar, onde a ciência e a engenharia moldaram o campo de batalha.

Com o advento das campanhas de Napoleão Bonaparte, a guerra de sítio passou por uma renovação fundamental. Napoleão introduziu táticas rápidas e móveis, empregando artilharia ligeira de forma inovadora e eficaz, desafiando a lógica das fortificações estáticas. A capacidade de mover rapidamente suas forças e concentrar fogo em pontos críticos redefiniu a condução dos conflitos, diminuindo a importância estratégica das fortalezas permanentes. A mobilidade e a flexibilidade tática tornaram-se elementos cruciais da guerra, antecipando as transformações que continuariam a se desenvolver no século XIX.

Ainda que extrapolando o recorte temporal estabelecido na proposta da presente investigação e o *corpus* da pesquisa, cabe assinalar que o declínio final das fortificações como estruturas defensivas essenciais foi selado

definitivamente no princípio do século XX, com o surgimento da aviação de combate. A capacidade dos aviões de sobrevoar e bombardear diretamente qualquer ponto do território inimigo, introduzindo uma terceira dimensão ao campo de batalha, tornou obsoletas as antigas fortalezas. As muralhas que durante séculos resistiram aos canhões e aos cercos agora não podiam se defender contra os ataques aéreos, modificando para sempre a equação da estratégia militar.

Finalmente, a trajetória histórica da artilharia e das fortificações ilustra a contínua adaptação e inovação no campo de batalha, características da evolução da arte da guerra, destacando a influência inexorável da tecnologia na redefinição dos conflitos armados ao longo dos séculos.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, José Victorino Portella Ferreira. *Seis séculos de artilharia: a história da arma dos fogos largos, poderosos e profundos.*



Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959.

BLACK, Jeremy. *Warfare in Europe, 1650-1792*. Oxfordshire: Routledge, 2002.

DARÓZ, Carlos. *A guerra do açúcar: as invasões holandesas no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016.

DUFFY, Christopher. *Siege warfare: the fortress in the early modern world 1494-1660*. London: Routledge, 1979.

HOLMES, Richard. *Redcoat: the British soldier in the Age of Horse and Musket*. New York: Harper Perennial, 2002.

HUGHES, Quentin. *Military architecture*. London: Beaufort Publishing, 1991.

IANELLA, Cecilia (Ed.). *Cronica di Pisa: dal ms. Roncioni 338 dell'Archivio di Stato di Pisa: edizione e commento*. Roma: Istituto storico italiano per il Medio Evo, 2005.

JAKUES, Tony. *Dictionary of battles and sieges*. Westport: Greenwood Publishing Group, 2007.

LE BRUN, Dominique. *Vauban, l'inventeur de la France moderne*. Paris: La librairie Vuibert, 2016.

MALLET, Michael; SHAW, Christine. *The Italian Wars: 1494-1559*. London: Pearson Education Limited, 2012.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Edipro, 2018.

NICOLLE, David. *Medieval warfare source book: warfare in Western Christendom*. Leicester: Brockhampton Press, 1996.

NUNES, António. *Dicionário de Arquitetura Militar*. Sintra: Caleidoscópio, 2005.

PARIS BNF f fr mss 6477-79. *The Online Froissart*, ed. by Peter Ainsworth and Godfried Croenen, versão 1.5. Sheffield: HRIONline, <<http://www.hrionline.ac.uk/onlinefroissart>> Acesso em 10 fev. 2024.

PARKER, Geoffrey. *The military revolution: military innovation and the rise of the West, 1500-1800*. Cambridge University Press, 1996.

PROLOCO SANTHIÀ. Da oltre 50 anni un unico interesse: tutelare e tramandare la cultura di



Santhià. *La Pro Loco*. Disponível em

<<https://www.prolocosanthia.it/it/chi-siamo>>. Acesso em 13 jun. 2024.

SNEEP, J.; TREU, H.A.; TYDEMAN, M. (Orgs.) *Vier eeuwen vestingbouw in Nederland*. Zutphen: De Walburg Pers, 1982.

TAYLOR, Frederick Lewis. *The art of war in Italy, 1494-1529*. Westport: Greenwood Press, 1973.

VAN CREVELD, Martin. *Technology and war: from 2000 B.C. to the present*. Ontario: Maxwell Macmillan, 1991.

VAUBAN, Sebastien de la Preste. *Traité des sièges et de l'attaque des places*. Paris: Anselin, 1829.

NOTAS

¹ ALVES, José Victorino Portella Ferreira. *Seis séculos de artilharia: a história da arma dos fogos largos, poderosos e profundos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959.

² O Traçado Italiano é um sistema de fortificação que surgiu no Renascimento, caracterizado pelo uso de

bastiões projetados para resistir aos avanços da artilharia de pólvora. Este sistema substituiu as fortificações medievais de muralhas altas e torres por estruturas mais baixas, espessas e anguladas, capazes de absorver e desviar o impacto dos projéteis. Ver HUGHES, Quentin. *Military Architecture*. Londres: Beaufort Publishing, 1991.

³ Sébastien Le Prestre (1633-1707), mais conhecido como Signeur de Vauban, foi um engenheiro militar e marechal de campo francês do século XVII, amplamente reconhecido como um dos maiores especialistas em fortificações de todos os tempos. Vauban projetou e supervisionou a construção de numerosas fortificações em toda a França, aprimorando a defesa com o uso de formas geométricas complexas e bastiões angulados que aumentavam a resistência contra ataques inimigos. Além disso, desenvolveu métodos eficientes para o ataque e a tomada de fortalezas, estabelecendo princípios que influenciariam a engenharia militar por séculos. Sua abordagem científica e sistemática consolidou seu legado como um pilar da engenharia militar moderna. Cf. LE BRUN, Dominique. *Vauban, l'inventeur de la France moderne*. Paris: La librairie Vuibert, 2016.

⁴ PARKER, Geoffrey. *The military revolution: military innovation and the rise*



of the West, 1500-1800. Cambridge University Press, 1996.

⁵ DUFFY, Christopher. *Siege warfare: the fortress in the early modern world 1494-1660*. London: Routledge, 1979.

⁶ Ver <https://bib.ulb.be/fr/bibliotheques/bs> h.

⁷ O primeiro registro conhecido do emprego de canhões na Europa data do início do século XIV, com registros específicos remetendo ao cerco de Metz, de 1324, onde foram mencionados os primeiros canhões de pólvora na Europa. Cf. NICOLLE, David. *Medieval warfare source book: warfare in Western Christendom*. Leicester: Brockhampton Press, 1996.

⁸ JAQUES, Tony. *Dictionary of battles and sieges*. Westport: Greenwood Publishing Group, 2007.

⁹ PARIS BNF f fr mss 6477-79. *The Online Froissart*, ed. by Peter Ainsworth and Godfried Croenen, versão 1.5. Sheffield: HRIOOnline, <<http://www.hrionline.ac.uk/onlinefroissart>> Acesso em 10 fev. 2024.

¹⁰ Ibid.

¹¹ IANELLA, Cecilia (Ed.). *Cronica di Pisa*: dal ms. Roncioni 338 dell'Archivio di Stato di Pisa: edizione e commento. Roma: Istituto storico italiano per il Medio Evo, 2005.

¹² A Guerra de Chioggia foi um dos conflitos travados entre a República

de Gênova e a República de Veneza que ocorreu entre os anos de 1376 e 1381. Esta disputa faz parte dos numerosos conflitos que ambas as repúblicas tiveram pelo controle do comércio mediterrâneo durante a Idade Média.

¹³ PARIS BNF f fr mss 6477-79, op.cit.

¹⁴ VAN CREVELD, Martin. *Technology and war: from 2000 B.C. to the present*. Ontario: Maxwell Macmillan, 1991.

¹⁵ O verbo *rampiring* referia-se, no inglês arcaico, à capacidade de defesa de uma fortificação. Seu uso remonta ao início do período Moderno, especificamente por volta dos séculos XVI e XVII. Durante essa época, as táticas e terminologias militares evoluíam rapidamente, acompanhando os avanços nos projetos de fortificações e nas técnicas de guerra de sítio. Ver HOLMES, Richard. *Redcoat: the British soldier in the Age of Horse and Musket*. New York: Harper Perennial, 2002.

¹⁶ Albrecht Dürer (1471-1528) foi um destacado artista do Renascimento alemão, que não apenas revolucionou a arte com suas inovações em gravura e perspectiva, mas também teve uma influência significativa na engenharia militar. Suas habilidades matemáticas e seu estudo da geometria foram aplicados na criação de diagramas



precisos de fortificações e na concepção de armamentos, influenciando diretamente o desenvolvimento da arquitetura militar renascentista.

¹⁷ A invasão francesa sob a liderança do rei Carlos VIII representou a fase inicial das Guerras Italianas (1494-1498). O conflito colocou em campos opostos o rei da França, que inicialmente recebeu o apoio dos milaneses, contra o Sacro Império Romano-Germânico, a Espanha e uma aliança de potências italianas, liderada pelo Papa Alexandre VI, conhecida como Liga de Veneza. Cf. MALLETT, Michael; SHAW, Christine. *The Italian Wars: 1494–1559*. London: Pearson Education Limited, 2012.

¹⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Edipro, 2018.

¹⁹ O cerco de Pádua, ocorrido entre 15 e 30 de setembro de 1509, foi um dos principais episódios militares da primeira fase da guerra da Liga de Cambray, também conhecida como Terceira Guerra Italiana (1508-1516). Cf. TAYLOR, Frederick Lewis. *The art of war in Italy, 1494-1529*. Westport: Greenwood Press, 1973.

²⁰ PROLOCO SANTHIÀ. Da oltre 50 anni un unico interesse: tutelare e tramandare la cultura di Santhià. *La Pro Loco*. Disponível em <<https://www.prolocosanthia.it/it/chisiamo>>. Acesso em 13 jun. 2024.

²¹ Antonio da Sangallo (1484-1546), o "Jovem", foi um renomado engenheiro militar e arquiteto italiano do século XVI, conhecido por suas contribuições ao Renascimento, combinando habilidades arquitetônicas e de engenharia para projetar fortificações e edifícios civis notáveis. Trabalhou para papas e outros patronos, sendo responsável por obras como a fortaleza de Civitavecchia e a Basílica de São Pedro em Roma, influenciando profundamente a arquitetura e a engenharia militar de sua época.

²² Michele di Sanmicheli (1484-1559) foi um destacado arquiteto e engenheiro militar italiano do Renascimento que trabalhou para a República de Veneza, projetando fortificações inovadoras em cidades como Verona e Bérgamo. Conhecido por integrar arquitetura clássica com necessidades militares, deixou um legado significativo na engenharia militar renascentista, além de contribuir com edificações civis notáveis.

²³ Na arquitetura militar, a fortificação abaluartada, também chamada de traçado italiano (*trace italienne*), fortificação em estrela, ou fortificação moderna, é um estilo de fortificação desenvolvido, inicialmente, na Itália a partir do final do século XV, para enfrentar o desenvolvimento da artilharia móvel, capaz de destruir as altas muralhas dos antigos castelos medie-



vais. Cf. NUNES, António. *Dicionário de Arquitetura Militar*. Sintra: Caleidoscópio, 2005.

²⁴ Francesco Paciotto (1521-1591) foi um renomado arquiteto veneziano do século XVII, reconhecido por seu trabalho marcante no campo da engenharia militar. Trabalhou para os duques de Saboia e outros governantes europeus, projetando e construindo fortificações que integravam avanços inovadores na defesa de localidades. Sua abordagem meticulosa e científica influenciou profundamente a arquitetura militar subsequente, marcando-o como um dos principais engenheiros de fortificações de seu tempo.

²⁵ A região dos Grandes Rios (*Grote Rivieren*), é uma área especial dos Países Baixos na qual muitos rios se juntam antes de desaguar no Mar do Norte, incluindo o Reno e o Mosa.

²⁶ Em 1566, protestantes descontentes vandalizaram inúmeras igrejas católicas, em protesto contra a Espanha e em busca de autonomia. Esta fúria iconoclasta, como é conhecida, começou na Flandres e rapidamente se espalhou por outras partes dos Países Baixos, dando origem à Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648) e resultando na independência das Províncias Unidas dos Países Baixos. Ver DARÓZ, Carlos. *A guerra do açúcar: as invasões holandesas no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016.

²⁷ Menno van Coehoorn (1641-1704) foi um influente engenheiro militar holandês do século XVII conhecido por suas inovações no design de fortificações e artilharia. Deixou um legado significativo com suas contribuições para a defesa de cidades como Naarden e Groningen. Coehoorn é especialmente lembrado por introduzir novas técnicas que melhoraram as defesas contra artilharia e promoveram o uso de linhas defensivas mais profundas. Seus tratados sobre engenharia militar tiveram grande impacto na Europa, estabelecendo-o como uma figura de destaque na história militar.

²⁸ Cf. BLACK, Jeremy. *Warfare in Europe, 1650-1792*. Oxfordshire: Routledge, 2002.

²⁹ Carlos, "o Temerário" (1433-1477), foi um dos mais poderosos nobres do século XV, governante do Ducado da Borgonha. Ficou conhecido por sua busca por expansão territorial e poder, tentando formar um Estado territorialmente contínuo na Europa Central, desafiando assim a hegemonia dos reis da França. Carlos era um líder militar habilidoso e ambicioso, envolvendo-se em conflitos significativos, como a Guerra das Rosas na Inglaterra e as Guerras Borgonhesas contra a França. Seu reinado foi marcado por esforços para centralizar o poder e expandir suas fronteiras, mas ele encontrou sua derrota na Batalha de



Nancy, onde foi morto, o que resultou na dissolução de grande parte de seus territórios para potências vizinhas.

³⁰ O cerco de Neuss ocorreu no contexto da disputa da diocese de Colônia e parte das guerras da Borgonha. O cerco liderado por Carlos, "o Temerário" contra a Cidade Imperial de Neuss, não teve sucesso. Carlos foi compelido pela aproximação de um poderoso Exército Imperial do Sacro Império Romano a levantar o cerco.

³¹ Os dois cercos de Riga, ocorreram em 22 de fevereiro e 15 de junho de 1700 durante a Grande Guerra do Norte (1700-1721), confrontando suecos e saxões.

³² O cerco de Mons, ocorrido entre 15 de março e 10 de abril de 1691, foi o principal objetivo francês para a campanha de 1691 nos Países Baixos espanhóis. A cidade foi sitiada e capturada antes do início da temporada de campanha, com perdas mínimas.

³³ No contexto da Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714), o exército do Duque de Marlborough regressou aos Países Baixos, engajando-se no caminho numa breve campanha na região de Luxemburgo e Thionville, que foi defendida com habilidade e sucesso por Villars. Villeroy também retornou à província de Brabante (atual Bélgica) e retomou Huy, em 1705.

³⁴ Amand Marie Jacques de Chastenet de Puységur (1751-1825) foi um oficial francês do século XVIII conhecido por suas contribuições para o desenvolvimento de técnicas de assalto a fortificações. Notabilizou-se por sua experiência em planejamento estratégico e tático durante conflitos militares, especialmente em relação ao sítio e à captura de fortalezas. Puységur aplicou princípios de engenharia militar e estratégias avançadas para otimizar a eficiência dos assaltos, deixando um legado significativo no campo das operações de cerco.

³⁵ VAUBAN, Sebastien de la Preste. *Traité des sièges et de l'attaque des places*. Paris: Anselin, 1829.

³⁶ Albrecht von Wallenstein (1583-1634) foi um influente líder militar e político do século XVII durante a Guerra dos Trinta Anos na Europa Central. Conhecido por suas táticas inovadoras e capacidade de organizar grandes e eficientes exércitos, Wallenstein desafiou os limites tradicionais do poder militar e político. Ele foi nomeado Duque de Friedland e Mecklenburg pelo Sacro Imperador Romano Fernando II, e sua carreira culminou com a liderança de forças imperiais na Guerra dos Trinta Anos. No entanto, sua ambição política e controle econômico das áreas conquistadas levaram à sua queda. Wallenstein foi assassinado em 1634 por conspiradores



imperiais preocupados com seu poder crescente e sua independência em relação ao trono.

³⁷ A expressão latina *Ultima ratio regum* (a última razão dos reis) foi cunhada no século XVII durante o reinado de Luís XIV da França. Ele foi gravado nas peças de artilharia do exército francês para simbolizar que, em última instância, a força militar e a artilharia eram os recursos finais para impor a vontade do rei. A expressão reflete a ideia de que, apesar de esforços diplomáticos e políticos, o uso da força militar, especialmente através da artilharia, era o último recurso para resolver conflitos e manter o poder político e territorial. Cf. PARKER, 1996, op.cit.

A caminho de Tsushima

Uma inevitabilidade¹

Carlos Alves Lopes ^a

Resumo: No ano em que se evocam os 120 da Guerra Russo-Japonesa de 1904-05, uma análise sobre a derrota russa na Batalha de Tsushima, a 28 de Maio de 1905, pode evidenciar causas que ultrapassaram os factos do dia em que as duas forças navais se defrontaram no Mar do Japão. A missão de reforço do poder naval russo no Extremo Oriente, através da constituição de uma 2ª Esquadra do Pacífico, não alcançou o objectivo esperado, em muito devido a factores relacionados com questões tecnológicas e de geografia física e humana. Neste sentido é sobre a longa jornada percorrida e os constrangimentos sofridos, entre Libau e Tsushima, que focamos o artigo e damos a conhecer um pouco mais sobre as causas do desfecho da Batalha de Tsushima.

Palavras-Chave: Guerra Russo-Japonesa; 2ª Esquadra do Pacífico, Rozhstvensky, Tsushima.

INTRODUÇÃO

Nesta data em que se evoca os 120 anos da Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), é interessante relembrar causas e estado da arte militar coevas. As potências ocidentais da Europa entre o final do século XIX e início do século XX, optaram por uma expansão territorial e económica em direcção a África, mas o Im-

pério Russo seguiu um vector diferente, continental em direcção ao Extremo Oriente sobre a região da Manchúria, o que o colocou em directo conflito com a China e o Japão.

O modelo russo de expansão territorial composto pelas suas tradicionais fases, iniciou-se com a deslocalização de população russa para a região litoral da Manchúria e a criação dos pri-

^a Auditor de Defesa Nacional, doutor em História. Associado Correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



meiros assentamentos ao longo do rio Heilong (Amur/Rússia), obviamente sob protestos do governo chinês. Numa segunda fase efectuou a transferência de tropas para defesa dessas mesmas populações e numa última fase procurou o reconhecimento internacional das novas fronteiras, de forma diplomática ou por conflito armado.

Questões ligadas a interesses coloniais em territórios do Extremo Oriente, tanto para a Grã-Bretanha como para a França, enfraqueceram a posição diplomática da China, à qual se juntava a decadência do poder do Estado com a Revolta Taiping² (1850-1864), que no seu conjunto levaram a China a ceder às pressões do Império Russo. Outros tratados como o de Tratado de Aigun (1858) ou a Convenção de Beijing (1860), vieram a firmar as novas fronteiras russas do Extremo Oriente (Manchúria), com a fundação da cidade portuária de Vladivostok num novo território russo que ia desde o rio Amur até à fronteira com a Coreia.

Como sempre, o expansionismo russo não ficou por aqui, o que alarmou a Europa central,

em especial os britânicos, e levou a Grã-Bretanha em 1861 a frustrar uma nova tentativa expansionista russa para estabelecer uma base naval na ilha de Tsushima. Esta situação colocou também o Império Russo em directo conflito com os interesses geopolíticos coloniais do Japão³.

A política de expansão territorial russa na região asiática tinha começado com o Imperador Alexandre III (1881-94) e foi continuada pelo seu filho Nicolau II (1894-1918), apenas possível com o suporte da construção da infraestrutura fundamental iniciada em 1891, o caminho-de-ferro transiberiano⁴, que acompanhou directamente o eixo de expansão económica e militar.

Outra razão para o conflito entre o Império Russo e o Império Japonês na época, estava aliado nos interesses geopolíticos coincidentes na região da China, como demonstrado anteriormente com a Guerra Sino-Japonesa (1894-95), onde o Japão lutou pelo controlo político da península da Coreia e onde conseguiu estabelecer um protectorado japonês, sobre a qual a China perdeu toda a sua influência.



Neste conflito a China ainda perdeu para o Japão a soberania sobre Taiwan, as ilhas dos Pescadores e a península de Liaodong (Port Arthur), pelo Tratado de Shimonoseki (1895), mas a intervenção diplomática da Rússia, Alemanha e França (Intervenção Tripla) sobre os termos do Tratado já firmados entre o Japão e a China, acabariam por ser modificados e ser efectuada uma substituição da ocupação japonesa da península de Liaodong por uma avultada indenização da parte da China ao Japão.

Passados pouco mais de dois anos, em Abril de 1898, a Rússia arrendou à China o território de Port Arthur na Península de Liaodong, Manchúria, e aí criou mais uma base comercial e naval no Extremo Oriente. A importância estratégica de Port Arthur estava na oportunidade de obter um porto de águas quentes onde ancorar a Frota do Pacífico durante o inverno, já que o porto de Vladivostok de águas frias ficava intransitável durante os meses de novembro a março, por causa do gelo.

Se por um lado o processo de expansão territorial russo era em si considerado natural, na

perspectiva do Império Japonês a questão da ocupação russa de Port Arthur era um ultraje nacional.

Para além da perda de um porto comercial para obter matérias-primas continentais para abastecer a sua economia e a indústria militar, o estratagema diplomático europeu para a ocupação do território da península de Liaodong pelos russos foi politicamente inaceitável, apenas possível de corrigir por uma intervenção militar.

O Japão sentiu-se legitimado para agir, o que veio a resultar no ataque à península de Liaodong, a 8 de fevereiro de 1904, e que terminou com uma primeira derrota da Marinha Russa em Port Arthur, Dezembro de 1904, perda de Port Arthur na península de Liaodong, janeiro de 1905, a derrota do Exército Russo em Mukden em março de 1905 e uma segunda derrota da Marinha Russa em Tsushima, maio de 1905.

Com a expulsão das forças militares russas do Sul da Manchúria, a 5 de setembro de 1905, acabou por assinar com o Japão o Tratado de Paz de Portsmouth (1905) por mediação dos Esta-



dos Unidos da América, o que levou a Rússia a perder todos os seus interesses económicos e militares na península de Liaodong, a ilha de Sacalina e a pôr fim ao movimento expansionista russo na Manchúria.

Mas a derrota russa teve lugar apenas por uma inferioridade táctica ou estratégica das suas forças militares, ou terá tido outros factores que influenciaram a razão dessa derrota?

Na longínqua retaguarda do conflito no Extremo Oriente, em São Petersburgo, as consequências do estado de guerra vieram reforçar o já existente descontentamento social da população e reforçar os protestos, greves e revoltas contra o contestado Governo Imperial Russo.

O poder militar russo, que tinha por base uma aparente capacidade infinita de recrutamento de reservistas e uma indústria militar que aparentemente pareciam ser inesgotáveis e poderosas, demonstrou a sua obsolescência no plano terrestre e naval para vencer uma potência emergente no Extremo Oriente como o Japão.

As instabilidades internas anteriores à guerra já tinham

levado a distúrbios relacionados contra o estado de pobreza e fome da população, que entre Fevereiro e Dezembro de 1904, por motivo da mobilização de reservistas ainda mais se evidenciaram.

Em 28 julho de 1904, o Ministro do Interior Vyacheslav Plehve tinha sido assassinado⁵ à bomba, por um activista do Partido Revolucionário Socialista. Em dezembro os trabalhadores da metalúrgica Putilov entraram em greve, o que levou ao aparecimento de mais greves na cidade que fizeram quase parar todo o seu tecido industrial⁶. Em Janeiro de 1905 a cidade de São Petersburgo parou quando a 22 de janeiro, Domingo Sangrento⁷, em que a Guarda Imperial abriu fogo sobre manifestantes que marchavam em direcção do Palácio de Inverno de São Petersburgo, para apresentar uma petição ao Czar Nicolau II.

Neste quadro político e social é interessante abordar uma reflexão sobre as dificuldades para coordenar uma projecção de uma nova esquadra russa para auxílio das forças em combate no cenário de guerra no Extremo Oriente, em especial



sobre um inimigo com a vantagem estratégica de se encontrar na sua zona natural de actuação, o Mar do Japão.

DA ORGANIZAÇÃO DA MISSÃO

Para a transferência da 2ª Esquadra do Pacífico formada em Kronstadt e reunida em Libau, a partir de unidades navais estacionadas no Mar Báltico e no Mar Negro, a opção do envio das mesmas pelo canal do Suez para o Extremo Oriente, era efectivamente a melhor opção estratégica, mas não a única.

Existia uma rota de passagem pelo Noroeste, por águas territoriais russas desde Murmansk no Mar de Barents, através do estreito de Bering, até ao Mar de Bering e daqui até Vladivostok, mas eram águas geladas sem pontos suficientes para o abastecimento e sem pontos de comunicação telegráfica, uma opção à data tecnicamente impossível.

Uma segunda rota para a transferência dos navios russos, entre o Ocidente e Oriente, era a utilização da rota do canal do Suez, efectivamente a melhor

opção. Uma navegação sem gelos, facilidade de abastecimento ao longo do Mar Mediterrâneo, portos com estações telegráficas, uma menor distância ao objectivo, Port Arthur, mas com um inconveniente técnico, a profundidade máxima de 8 metros do canal, que inviabilizava a passagem dos grandes couraçados.

Uma terceira rota para o Extremo Oriente era a via clássica do cabo da Boa Esperança, uma rota histórica para a entrada no Oceano Índico, sem problemas técnicos, mas muito mais longa.

Para além da geografia física é importante também reconhecer a influência da geografia política e perceber constrangimentos dos interesses imperiais que se se jogavam na época, em especial da Grã-Bretanha.

Neste ponto é interessante desmistificar a interferência britânica para a não opção de transferência da 2ª Esquadra Russa do Pacífico pelo canal do Suez, em que ainda hoje muitas publicações generalistas e websites temáticos referem como causa única uma interferência diplomática britânica na limitação das escolhas das rotas marítimas para a esquadra russa, em espe-



cial com referências ao incidente em Dogger Bank, mas que ao se analisar as questões técnicas associáveis é possível desmontar que se trata de uma especulação histórica propagada com pouco fundamento.

Para além de factores técnicos, houve factores naturais que influenciaram o desfecho final da Batalha de Tsushima, relacionadas com a distância da esquadra russa à sua base natural de operações. O tempo de navegação e de paragem ao longo da missão, cerca de sete meses, permitiram a acumulação inevitável de bioincrustação que em níveis elevados reduz a velocidade máxima dos navios, mas também não é de menor importância a perda de qualidade do carvão fornecido, em que se registaram níveis energéticos inferiores nos últimos fornecimentos e consequentemente um maior consumo e dificuldade em obter velocidades máximas.

Por último, e não menos importante, o estado de saúde das guarnições e o potencial psicológico para a desmoralização, que foi influenciado em especial por questões climáticas quando chegados ao Oceano Índico, verão

em dezembro, e que durante o tempo parados em Madagáscar receberam em Janeiro de 1905 a notícia da destruição da 1ª Esquadra do Pacífico, da queda de Port Arthur, ou ainda, notícias sobre o Domingo Sangrento em São Petersburgo, para além de outras notícias de greves generalizadas por toda a Rússia.

AS CONDICIONANTES OPERACIONAIS

a) Da geografia – Espaço e tempo

A percepção espacial da Terra foi alterada com a introdução de várias obras de engenharia de grande impacto para as comunicações de pessoas e bens, que nos finais do século XIX facilitaram, ou mesmo permitiram a transformação de vectores de influência política e económica.

Para o caso em análise, a edificação do canal do Suez viria a trazer uma “compressão” do espaço e tempo que mediava a ligação da Europa ao Extremo Oriente, que hoje é estudada a partir de uma compreensão da evolução tecnológica e a sua implicação na análise espaciotemporal, à luz da teoria da com-



pressão do espaço e tempo, de David Harvey, 1989, que permite compreender a alteração de conceitos militares como o de evolução de zona de retaguarda e o de frentes activas descontínuas.

Na missão da 2ª Esquadra do Pacífico é evidente uma reflexão sobre distância para o esforço desta missão naval e sobre o tempo de viagem entre espaços de espera.

Nesta equação de compressão espaço-tempo está certamente envolvido o facto da construção do canal do Suez, que transformou de forma artificial a geografia marítima mundial desde 1869.

Este canal no Egipto, que liga o Mar Mediterrâneo (Port Said) ao Mar Vermelho (Suez) encurtou a navegação entre a Europa e a Índia em cerca de 7 mil quilómetros. Mas não foi só um encurtar de distâncias, trouxe também consequências económicas e essencialmente tecnológicas, uma vez que a navegabilidade à vela para navios de grande porte era impeditiva e a opção de navegação a vapor se tornava a solução.

A nível de direito internacional a importância desta nova

opção de rota para o Oceano Índico levou à Convenção de Constantinopla (1888), uma convenção sobre a liberdade de navegação, uma espécie de acordo tácito de mar aberto, cuja utilização seria sempre possível "em tempo de guerra como em tempo de paz, por todos os navios de comércio ou de guerra, sem distinção de bandeira"⁸, com uma zona de 3 milhas (águas territoriais) em seu redor de neutralidade militar.

Mas, também se levantavam questões técnicas ligadas à sua construção, como as restrições de navegabilidade ligadas à profundidade do canal e os calados dos navios, à largura do mesmo e à programação do fluxo de embarcações sobre uma via, em muito parecida com uma via única de caminhos-de-ferro, num canal como já referido anteriormente com uma profundidade máxima de 8 metros⁹.

b) Da Instabilidade - Metodologia MSC

São várias as circunstâncias em que uma decisão, um acontecimento, ou mesmo um acidente marcaram a alteração de rumos económicos, políticos e sociais,



mesmo que uns tenham sido programados e outros inesperados, uns locais e outros distantes.

Em vários momentos da História é possível identificar situações que implicaram alterações da estabilidade política internacional, com grande impacto a longo prazo.

Na História Contemporânea a frágil estabilidade internacional europeia foi colocada em causa em consequência do impacto dos actos diplomáticos da Conferência de Berlim (1884-85), que marcou a evolução da afirmação dos expansionismos coloniais europeus em África e motivaram os da Rússia na Ásia.

A título de exemplo, mais de cem anos depois e também em Berlim, com a queda do Muro de Berlim ficou marcado uma alteração significativa da política internacional “o princípio do fim de uma época” de ideologias humanistas laicas e de doutrinas económicas socialistas.

Em ambos os exemplos, com consequências no vector da instabilidade política e económica mundial, com convulsões na estabilidade geográfica territorial e que provocam sempre a reposi-

ção de equilíbrios como de vasos comunicantes se tratassem.

No caso particular em estudo, as decisões tomadas no Tratado de Shimonoseki (1895), entre a China e o Japão, levaram directamente à consequência da uma guerra entre a Rússia e o Japão em 1904.

Uma abordagem sobre alterações dos equilíbrios políticos internacionais no Extremo Oriente, com a aplicação da metodologia MSC, *most significant change*, de Rick Davies, 1994, para o estudo de consequências do impacto de alterações políticas, económicas ou sociais, permitiria identificar antes do acontecimento da Guerra Russo-Japonesa a localização do novo ponto de potencial conflito, ou de alteração do equilíbrio com relevância militar na península de Liaodong.

Os esforços militares do Japão na luta pelo domínio territorial no Nordeste da China, na península da Coreia e sobre a redistribuição das esferas de influência territorial no Extremo Oriente, tiveram o apoio da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos da América.

Neste processo os interesses geoestratégicos locais da Rússia



tiveram o apoio da França e da Alemanha, mas abriram uma oposição por parte da Grã-Bretanha. A França e a Alemanha viam na Rússia um aliado na balança geoestratégica do Extremo Oriente.

No estado de “guerra fria” existente entre a Grã-Bretanha e a Rússia, a França viria a apoiar activamente a Rússia na sua posição em Port Arthur. Os Estados Unidos da América mantiveram uma neutralidade variável, conforme mais se adequavam os interesses económicos a favor da Rússia ou do Japão.

A China da dinastia Qing era na época politicamente fraca e com altas taxas de corrupção a nível de funcionários públicos, que facilitava o acesso e utilização ilícita do território chinês que levou a que tanto a Rússia como o Japão ignorassem a integridade territorial e neutralidade da China.

Sobre este jogo de equilíbrios de política internacional, juntava-se a problemática de utilização de portos neutrais por parte da Esquadra Russa, suportada abertamente na abertura dos portos franceses, mas que se foi alterando com o agudizar de

posições diplomáticas na Europa, depois da crise de Tânger, ou 1ª Crise de Marrocos (1905-1906) iniciada a 31 de Março de 1905, e que levou a um conflito diplomático entre a França e a Grã-Bretanha por um lado e a Alemanha por outro, e que indirectamente criou uma pressão sobre o fim das facilidades de utilização de portos neutros que eram dadas à Rússia.

Por esta situação, devem ser relembrados os interesses da Inglaterra e a colaboração Anglo-Japonesa durante a Guerra Russo-Japonesa, com a finalidade de criar dificuldades logísticas à Esquadra Russa. A possibilidade de utilização de portos espanhóis, franceses e alemães, com aplicação variável das regras de neutralidade e a limitação de utilização de portos ingleses e de seus aliados com a aplicação estrita dessas mesmas regras, marcaram muitas vezes a necessidade de reabastecimento em mar aberto, manobra mais difícil e demorada.

c) Do ponto estratégico – Modelo Gravitacional

Para os estudos estratégicos sobre a região do Extremo Orien-



te no final do século XIX é interessante observar a política de colonatos russos na Manchúria e a importância da construção do caminho-de-ferro transiberiano que finda em Vladivostok, mas também as ramificações para Sul, em especial nos acordos de construção com a China e a sua extensão até à península de Liaodong.

O forçar a densificação de localizações urbanas com a deslocação de populações de etnias culturais ou religiosas diversas das autóctones, foi e é uma política que intencionalmente desloca a centralidade dos pólos de atracção humana para provocar a localização de novos pontos estratégicos de futura importância política e militar, que uma vez instaladas podem criar dinâmicas próprias e tornarem-se por si sós futuras zonas de fluxo migratório e de conflito.

Compreender a importância de Port Arthur, ou de Vladivostok e as suas intrínsecas alterações/tendências na evolução das zonas urbanas através do modelo gravitacional de migração, de William Reilly, 1931, que deriva da Lei Gravitacional de Isaac Newton, 1687, é também contribuir para a análise de como os

lugares geográficos podem alterar o seu sentido de atracção e como Port Arthur se destacou como objectivo estratégico.

d) Da tecnologia e sistemas referenciais

Quando se pretende analisar numa perspectiva de ciência e tecnologia, existem pontos que exigem especial atenção para se efectuar uma análise comparativa de fontes com diversa proveniência cultural. Referimo-nos a questões tão obvias como a determinação de datas exactas, ou mesmo a determinação de temperaturas registadas.

e) Os Calendários

A questão do calendário e das datas dos acontecimentos obriga a uma referência especial, pelo facto de o sistema russo não se encontrar normalizado com a Europa Ocidental na época da Guerra Russo-Japonesa (data juliana) e por contrapartida o sistema japonês já se encontrar normalizado (data gregoriana).

Recordamos que a questão do Cisma do Oriente, de 1054, levou que no continente europeu não fosse seguido uniformemente a evolução do sistema de ca-



lendário e por diversas razões algumas regiões ortodoxas, como o Império Russo (1918) e por último o reino da Grécia (1923) não adoptassem oficialmente o calendário gregoriano já existente a partir de 1582, um sistema menos ideológico e mais científico que acertou os meses com a sucessão das estações do ano no hemisfério Norte (Europa).

Será interessante referir que contrariamente ao Império Russo, o Império Japonês assimilou o calendário gregoriano europeu a partir de 1873, com o processo de ocidentalização e industrialização da sociedade.

Este alerta é relevante para os investigadores que ao consultarem obras de origem russa, como *Sur le Chemin du Sacrifice*, de 1913 (tradução francesa), ao transcrever datas do livro de notas do comandante Semenoff, que estão no registo juliano¹⁰, é necessário uma correcção de 13 dias para se comparar com datas registadas em publicações japonesas, ou de origem inglesa e francesa, que se referem ao mesmo acontecimento.

f) As Estações do Ano

Hoje que compreendemos os impactos de alterações climáticas, numa perspectiva de modificação do clima num ponto geográfico físico ao longo do tempo. No caso da missão russa as guarnições experimentaram parte da incidência climática ao longo da missão, agora numa lógica inversa em que o clima era geograficamente estável, mas em que eram as guarnições que se deslocavam no tempo e entre zonas climáticas diferentes.

Ao longo da viagem as guarnições assistiram a uma descontinuidade na sequência das estações do ano e consequentemente a uma complexa diversidade climática, que para esses homens do Norte da Europa se viram confrontados com temperaturas de 40°C em dezembro.

A missão começou em outubro de 1904 (Kronstadt) em pleno outono, e terminou na Primavera de 1905 (Tsushima), com ambos os pontos geográficos no hemisfério Norte, mas com duas passagens pela linha do Equador.

De Libau no Mar Báltico e de Odessa no Mar Negro, os russos iniciaram uma viagem em direcção ao primeiro ponto de concen-



tração fora das suas águas territoriais, Tânger, onde chegaram ainda no outono de 1904. A 2ª Esquadra do Pacífico manteve-se ancorada em Tanger até 3 de novembro, quando se dividiu em duas Divisões. A Divisão Destacada suspendeu a 3 de novembro e seguiu pelo Mar Mediterrâneo em direcção ao canal do Suez (Alger/Souda – Port Said) e a Divisão Principal suspendeu a 5 de novembro e seguiu em direcção ao cabo da Boa Esperança (Dakar – Libreville/Gabão).

A Divisão Destacada manteve-se no hemisfério Norte até chegar a Djibouti a 3 de dezembro (outono) e quando suspendeu a 14 de dezembro em direcção a Nosy-Bé, em Madagáscar, chega a 28 de dezembro em pleno verão (hemisfério Sul).

Idêntica situação de passagem desordenada de estações do ano iria encontrar a Divisão Principal, que chegou a Libreville, no Gabão, a 1 de novembro para reabastecer e que suspendeu a 1 de dezembro (outono) para a passar a linha do Equador a 2 de dezembro (primavera) em direcção a Sul.

No Atlântico Sul (primavera) desde a baía dos Tigres (5 de

zembro), Sul de Angola, até cruzarem o cabo da Boa Esperança (19 dezembro) a Esquadra Russa encontrou condições climáticas adversas, especialmente de vento e no estado do mar, incluindo um ciclone que a acompanhou já dentro do Oceano Índico, entre 19 e 21 de dezembro.

A 22 de dezembro (verão) seguiu até Madagáscar, onde chegou a 28 de dezembro e onde permaneceu até 16 de março (verão), antes de partir em direcção a Cam-Ramh, no Mar da China.

As duas Divisões reunidas novamente numa só esquadra, a 1 de abril atravessou novamente a linha do Equador, no sentido Sul-Norte, onde também passou de outono para primavera. O resto da missão, travessia do estreito de Malaca, passagem por Singapura a 8 de Abril, chegada a Cam-Ramh (Indochina) a 13 de Abril, e até ao dia da Batalha de Tsushima a 2ª Esquadra Russa do Pacífico manteve-se no hemisfério Norte, na estação de Primavera.

À longa viagem de sete meses, juntou-se uma variação climática resultante da navegação em direcção a Sul e posterior-



mente a Norte, com duas passagens pela linha do Equador. O efeito do calor tropical sobre as guarnições russas, homens do norte da Europa, a desfasagem do clima em reacção ao calendário natural de habitantes de São Petersburgo, afectou em muito o moral das guarnições que não tinham experiência de viagens de longa duração.

g) Os Sistemas Métricos

Na análise de fontes documentais produzidas por autores russos, em datas anteriores à Revolução Soviética, existe a necessidade de tomar em conta que padrões de medida utilizados no Império Russo, nem sempre estavam a par dos utilizados na Europa Ocidental, especialmente os sistemas métricos adaptados depois do período das Guerras Napoleónicas. No caso do registo de temperaturas fomos confrontados com a utilização da escala de temperatura Réaumur (1730).

Este sistema métrico se bem que já tivesse sido abandonado em França desde 1790, por substituição da escala de temperatura de Celsius, tinha tido inicialmente uma larga difusão na sua época pela Europa, em particular na

Rússia, como se pode constatar pela sua referência em trabalhos publicados por Dostoyevsky e Tolstoy, e ainda, utilizado no início do século XX.

Hoje pouco conhecido fora do mundo académico, a escala de Réaumur¹¹ (°R), é encontrada em fontes russas da época da Guerra Russo-Japonesa para referem temperaturas atmosféricas e da água do mar.

h) O carvão e a Companhia Hamburg-Amerika-Lienc

Com o abandono do sistema de propulsão à vela, os navios deixaram de ter uma autonomia quase ilimitada e passaram a estar dependentes de uma logística de abastecimento de carvão.

Sem uma rede de estações navais localizada em colónias em África, tal como a de França, de Inglaterra, ou de Portugal, para acautelar esta necessidade de abastecimento dos seus navios de guerra a Marinha Imperial Russa efectuou um contrato de abastecimento de carvão com uma empresa alemã, a Companhia Hamburg-Amerika-Lienc, sustentada no aluguel de dez navios para transporte de carvão e outros abastecimentos, com



efectividade a partir do mês de setembro de 1904.

A este serviço contratado foi destinado um plano de lugares de abastecimento, em locais específicos ao longo de rotas à priori definidas antes da 2ª Esquadra do Pacífico zarpar de Libau¹².

Este abastecimento que inicialmente estava contratado para 340 mil toneladas de carvão, viria a se esgotar quando os navios se encontravam à entrada do Oceano Índico¹³, o que levou a renegociações que permitiram uma continuidade do serviço até ao Mar da China. Na realidade o contrato com a Companhia Hamburg-Amerika-Lienc apenas estava delineado para garantir um abastecimento até à baía de Angra Pequena, na colónia do Sudoeste Africano Alemão, e se bem que as negociações acabariam por estender o serviço logístico até ao Mar da China, baía de Van-Fong na Indochina francesa, as negociações arrastaram-se por dias e só foram concluídas já com a Divisão Principal em Madagáscar. No entanto, houve uma alteração substancial na forma do apoio logístico, os navios carvoeiros alemães deixaram de acompanhar a esquadra e passa-

ram a navegar sozinhos, para se encontrarem em pontos geográficos combinados, no mar, em baías, ou em portos neutros¹⁴.

Duas conclusões se podem tirar: primeiro que o contrato não estava correctamente estudado em face dos verdadeiros consumos da frota; segundo que os navios consumiam mais do que o previsto em face das condições de navegabilidade. Os navios navegavam com os conveses quase a rasar o nível do mar e a aguentar assim uma borrasca que provocava alguns danos¹⁵, mas também porque a qualidade do carvão recebido seria de nível energético inferior ao contratado.

O consumo de carvão era uma questão de vida, ou de morte, para a missão russa e como tal sua utilização era controlada. Havia ordens expressas para não se encher as fornalhas de forma a granel, mas sempre em sacas para existir um rigoroso controlo de consumos, o qual era feito de hora a hora¹⁶, para um conjunto de mais de 50 navios, com consumos variados e consequentemente com autonomias diferenciadas, desde pequenos navios torpedeiros de 220 toneladas a



couraçados de mais de 13.500 toneladas.

As localizações dos pontos de abastecimento foram parte do plano estratégico de transferência da esquadra do Báltico para o Extremo Oriente. Entre a utilização de instalações portuárias comerciais e militares de elevada sofisticação até abastecimentos em pleno alto-mar, houve de tudo. O abastecimento era uma manobra demorada que não tinha um tempo padrão e que variava com o número de navios carvoeiros e pontões disponíveis, das condições climáticas e do estado do mar.

Ao se analisar a rota do cabo da Boa Esperança tomada pela Divisão Principal, observa-se uma interessante coincidência de alguns dos pontos de abastecimento no Atlântico Sul, com os pontos de abrigo registados pelo navegador português Bartolomeu Dias (1450-1500), na sua viagem exploratória para a descoberta da passagem do Oceano Atlântico para o Oceano Índico, em 1487.

Sem o constrangimento da navegação à vela na procura de ventos dominantes, a navegação a vapor induziu a liberdade de se

fazer uma cabotagem simplificada ao longo da costa ocidental de África e os pontos de encontro com os carvoeiros alemães apresentam essa coincidência, à qual se junta a coincidência oferecida pelas condições da geografia local, pela existência da amarração de cabos submarinos, ou a presença de Estações Telegráficas.

Do Índico (Madagáscar) e no Mar da China (Cam-Ramh) acresciam novos constrangimentos à faina de abastecimento, pela probabilidade de existência de navios japoneses na região, o que obrigava a se reforçar o dispositivo de segurança durante as trasfegas, pela diminuição de portos neutrais franceses e a necessidade numa maior regularidade de abastecimento para se manter um nível de reserva de combustível compatível com a prontidão para combate.

Assim, verificamos que os navios de transporte de carvão eram essenciais¹⁷ para a missão e como tal, a integração de uma Divisão de Transportes na 2ª Esquadra do Pacífico foi em rigor uma vantagem, mas também uma fragilidade.



DAS COMUNICAÇÕES

a) Os cabos submarinos

As comunicações sofreram uma enorme evolução desde a introdução da telegrafia. Estes permitiam um contacto por telegramas entre as esquadras e os seus almirantados em pontos afastados das suas bases. No entanto, durante a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), este contacto era inda pontual e restrinvido a portos com Estações de Telegrafia, e muito dependente da rede de cabos submarinos. A possibilidade comunicação via sistemas TSF não se colocava por estes ainda apresentarem um curto alcance de emissão.

Com os primeiros cabos submarinos lançados no fundo oceânico, a partir de 1850, a ligação da telegrafia ao continente africano, no caso particular da ligação entre Angola¹⁸ (Moçâmedes, Benguela e Luanda) e a África do Sul (cidade do Cabo) desde 1889, através do cabo submarino Moçâmedes - Namibe - Cabo, e daqui ao resto do mundo, em muito é uma consequência dos resultados da Conferência de Berlim (1884-1885), que fez confluir em África avultados meios

humanos, financeiros e tecnológicos com vista a uma exploração económica do continente africano¹⁹.

A região do Extremo Oriente também estava dotada de uma rede de cabo telegráfico submarino transpacífico que ligava San Francisco (Estados Unidos da América) via Havaí, Midway e Guam, com as Filipinas, China e Japão, desde 1902.²⁰

Existia uma cobertura de comunicações telegráficas ao serviço de ambas as potências em conflito, e em face do domínio britânico sobre as Estações Telegráficas repetidoras, a aliança Anglo-Japonesa deu uma vantagem específica aos Japão, que recebia cópia dos conteúdos das mensagens trocadas entre a o Almirantado russo em São Petersburgo e a 2ª Esquadra do Pacífico, assim como informações sobre a localização dos navios russos.

Os russos consideravam como certo a troca de informações que partia dos britânicos para os japoneses, uma vantagem que os japoneses aproveitaram para manter os seus navios parados, o que facilitava a manutenção dos mesmos, o descanso das suas



guarnições, mas acima de tudo poupava o consumo de carvão, algo que para o qual as reservas japonesas não eram ilimitadas.

Difícilmente a 2ª Esquadra do Pacífico poderia manter secreta a sua posição, já que se verificou que utilizaram uma coincidência da rota com grande parte das rotas comerciais internacionais, por onde circulavam navios de várias bandeiras que uma vez acostados a um qualquer porto poderiam transmitir informações que acabariam sempre por chegar até à Marinha Japonesa.

Para além da escassez de estações telegráficas ao longo da costa, os serviços prestados de transmissão e retransmissão também influenciavam em muito a velocidade de comunicação russa com o seu Almirantado em São Petersburgo.

Por exemplo, quando a Divisão Principal se encontrava estacionada em Sainte-Marie (Madagáscar) e pretendia enviar um telegrama tinha de deslocar um navio a Diego-Suarez (Antsiranana), no extremo norte de Madagáscar, a 120 quilómetros de distância do ponto da costa onde se encontrava. A partir daí o tele-

grama era transmitido para Antananarivo, no centro da ilha e depois para Mahajanga já na costa Oeste da ilha, onde era retransmitido para Moçambique via cabo submarino e posteriormente seguia para São Petersburgo, via Zanzibar e Paris.

A linha de comunicação entre Diego-Suarez (Antsiranana), Antananarivo a Mahajanga era o ponto mais vulnerável da comunicação, uma vez que o cabo telegráfico terrestre se estendia por 500 km de floresta tropical e deserto, para além da questão local dos serviços fecharem para uma sesta de seis horas ao início da tarde. Isto levou a que o Vice-Almirante Rozhstvensky registasse a queixa que os telegramas enviados entre Madagáscar e São Petersburgo chegavam a levar quatro dias, mas também suspeitava que os telegramas eram mantidos muito tempo nas estações retransmissoras das linhas telegráficas inglesas e que tinha indícios que as mensagens eram alteradas²¹.

Hoje sabemos que estas suspeitas eram fundadas e que ao abrigo da Aliança Anglo-Japonesa, de 30 de Janeiro de 1902, havia uma cooperação



entre os serviços secretos (*intelligence*) britânicos e japoneses contra os russos. As estações TSF e de cabo-submarino britânicas localizadas na Índia, na Malásia e na China interceptavam efectivamente as comunicações russas e partilhavam a informação com os japoneses²².

b) A telegrafia sem fios

Relativamente às transmissões sem fios, a opção técnica da Marinha Imperial Russa foi essencialmente diferente das suas congéneres europeias, uma vez que equiparam os navios com equipamentos Slaby-Arco (faísca) de origem alemã, em vez de equipamentos Marconi (indução) de origem inglesa.

A questão de opção entre o sistema Marconi (Inglês) e o sistema Slaby-Arco (Telefunken, alemão), foi uma discussão aberta em vários países, como por exemplo em Portugal, que pelo menos entre 1901 e 1909 manteve experiências dos dois sistemas²³, como o efectuado em 1901 com sistema Marconi, ou em 1902 com sistema Slaby-Arco, ambos entre o cruzador D. Carlos e uma estação semafórica em terra.

Mas a questão da adopção de um ou outro sistema, ultrapassou a simples questão técnica e por influência dos contratos nacionais para amarração dos cabos submarinos pela empresa Eastern Telegraph Company, ou mesmo pela pressão diplomática britânica e o interesse de salvar os territórios portugueses em África, levaram Portugal a adoptar o sistema TSF da Marconi como padrão nacional²⁴.

A opção do sistema Slaby-Arco, por parte da Marinha Imperial Russa insere-se também num contexto de pressão de alianças internacionais e de interesses geopolíticos, que colocavam muito mais a Rússia ao lado da Alemanha, do que da Grã-Bretanha. O sistema Slaby-Arco²⁵ foi também adoptado pela Marinha Alemã, mas em oposição a Marinha Imperial Japonesa optou pelo sistema Marconi, mais ligada a uma influência britânica.

Os sistemas não eram tecnicamente compatíveis apesar de terem sido desenvolvidos quase em colaboração, mas seguiram vias industriais diferentes, essencialmente variavam no comprimento de onda e por conseguinte no sistema de antenas, o



que radicalizou uma guerra comercial anglo-germânica pela supremacia mundial na implementação da tecnologia sem fios.

Para um apoio técnico a nível dos sistemas de transmissões durante a missão da transferência da Esquadra do Báltico para o Extremo Oriente, a Marinha Russa embarcou um conjunto de especialistas civis alemães (Telefunken) que prestaram serviço até chegarem a Angra Pequena. O limite geográfico até ao qual a prestação de serviço estava contratada não viria a ser renovado. Os técnicos não prosseguiram viagem, por uma vontade expressa para desembarcarem e por se recusarem a acompanharem por mais tempo a missão russa.

Refira-se, no entanto, que apesar do sistema Slaby-Arco ser a norma para os navios de guerra russos, alguns dos navios de transporte e cruzadores auxiliares estavam equipados com Sistemas TSF Marconi, ou mesmo com ambos os sistemas, como no caso do transporte *Russ*, que estava equipado também com um balão de elevação de antena específico para o sistema TSF Slaby-Arco, o que lhe permitia um alcance de transmissão muito

superior ao alcançável pelo sistema Marconi. A Marinha Imperial Russa tinha ainda a capacidade técnica para interferir sobre as comunicações TSF japonesas e bloqueá-las temporariamente, mas falhou esta importante vantagem²⁶ em Tsushima.

Uma pequena nota sobre a utilização de sinais Morse. Tratou-se de uma invenção americana da década de 1830, no entanto, refira-se que o sinal socorro “SOS” não terá sido utilizado durante a Guerra Russo-Japonesa, já que apenas foi introduzido nos regulamentos marítimos alemães em 1905 e só viria a ser um padrão internacional depois da 1ª Convenção Internacional de Radiotelegrafia²⁷ em 1906.

O ARMAMENTO

Teoricamente o armamento da Marinha Russa não era inferior à da Marinha Japonesa quando se enfrentaram no estreito de Tsushima.

Os avanços tecnológicos tinham aumentado o alcance efetivo das armas desde a última guerra em que o Japão tinha en-



trado, a Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), onde os combates eram efectuados a uma distância média de 1.500m, mas na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), dez anos depois, as distâncias dos combates navais já tinham passado para uma distância média de 5.500m²⁸.

Outra alteração nas táticas navais veio da introdução de torpedos móveis²⁹ de longo alcance e do melhoramento dos aparelhos ópticos para controlo de tiro. O aparecimento dos torpedos móveis viria a obrigar a um desenvolvimento do armamento secundário, que nesta época pré-dreadnought se caracterizou por uma uniformização das baterias secundárias, o que levou alguns historiadores navais a caracterizar este período imediatamente antecessor ao aparecimento do *Dreadnought* (1906), como o período dos couraçados semi-dreadnought³⁰.

Também se verificou uma evolução ao nível do desenho hidrodinâmico dos navios e do seu sistema de blindagem, que criou um efeito defensivo efectivo contra canhões de pequeno e médio calibre.

Os primeiros desenhos navais concentravam a blindagem em zonas críticas, que veio a ser designado genericamente com o nome de navios protegidos. Posteriormente, com advento de munições de alta capacidade explosiva e armas de tiro rápido a partir de 1880, foi necessário alterar novamente os conceitos de construção naval e estes passaram ser capacitados por uma blindagem contínua de espessuras variáveis, que veio a ser designado genericamente com o nome de navios blindados, termo que foi abandonado com a generalização de blindagem contínua a todos os navios.

O final do século XIX foi um período de grande alteração dos equilíbrios navais, por um lado a Royal Navy e do outro as Marinhas da França e da Rússia, mas a esta mutação foi acrescentada a introdução de novas potências navais, como os Estados Unidos da América, a Alemanha e o Japão.

Durante a Guerra Russo-Japonesa vamos encontrar ao serviço de ambas as marinhas navios produzidos com os dois sistemas de blindagem os quais se viriam defrontar directamen-



te, mas também o aparecimento de uma nova classe de pequenos navios torpedeiros com capacidade de destruir grandes couraçados e as primeiras ameaças de presença de submarinos³¹.

a) Os directores de tiro

Nesta longínqua época pré-radar, a questão da visibilidade para tiro era um factor fundamental para o sucesso em combate. Para um combate entre couraçados, navios de grande dimensão, em plena luz do dia era possível obter a detecção até 27 km e ao amanhecer, ou anoitecer pouco menos de 9 km. De noite a observação era mínima para duelos de artilharia, mas muito propício para ataques de torpedeiros.

Sendo a visibilidade um factor determinante, a diferença entre os sistemas ópticos de controlo de tiro (*rangefinder*) instalados nos navios russos e japoneses, marcaram significativamente as condições do desfecho da Batalha de Tsushima.

Os couraçados russos estavam equipados com o *rangefinder* Liuzhol de 1880, que permitia um alcance efectivo de tiro de 3.600 m. Este tinha por base um

sistema de medida entre dois pontos verticais no alvo, com referência à linha-de-água. Por consulta de tabelas de referência era obtido o cálculo de distância ao alvo e a necessária elevação das peças para atingir o mesmo. Em combate o fumo, os geiseres dos tiros falhados, a velocidade e a manobra dos navios dificultava a observação de tiro.

Os couraçados da Classe Borodino estavam equipados com sistemas ópticos de tiro *rangefinder* Barr & Stroud FA2, de 1901, já para um alcance efectivo de tiro de 5.500 m por coincidência de imagem. Foram, no entanto, fornecidos em 1904, antes da partida de Libau, *rangefinderes* Barr & Stroud FA3 aos couraçados da Classe Borodino, mas estes não chegaram a ser montados. A comunicação entre o controlo de tiro e as peças era efectuado por um sistema Geisler M1893/94 de indicadores eletromecânicos nos navios russos.

Os couraçados japoneses estavam equipados com sistemas ópticos de tiro *rangefinder* Barr & Stroud FA3, de 1903, que permitiam um alcance efectivo de tiro de 7.300 m. Este funcionava também por coincidência de



imagem, em que o oficial de tiro fazia coincidir horizontalmente as duas imagens no centro do sistema óptico, obtendo de imediato numa escala a distância do alvo. Este sistema era muito mais rápido do que o sistema Liuzhol utilizado genericamente pela Marinha Russa³².

A superioridade do sistema de controlo de tiro japonesa era coadjuvada pela utilização de um sistema telescópico de observação do tiro com uma capacidade de magnificar 24 vezes a imagem. No caso da Marinha Russa, os navios da 1ª Esquadra do Extremo Oriente não estavam equipados com sistemas telescópicos de observação de tiro e no caso da 2ª Esquadra do Extremo Oriente os navios foram equipados com o sistema telescópico Perepelkin³³ pouco antes de partirem de Liubau, mas as guarnições não foram treinadas para os utilizarem, nem há registo que os tenham utilizado em combate³⁴.

OS SUBMERSÍVEIS

Durante a Guerra Russo-Japonesa a arma submarina esteve presente, mas sem qualquer

efeito em termos de afundamento ou danos a navios de guerra, auxiliares ou mercantes³⁵.

Relativamente à Marinha Russa, as fontes existentes não são passíveis de validar, mas existe a referência a um submersível ter sido supostamente transportado para Port Arthur, antes de 1900, e outra indicação em que o couraçado *Tsesarevich*, em 1903, terá trazido consigo um submersível de construção francesa, da Europa para Port Arthur, mas não foi possível cruzar esta informação com outras fontes.

Essa mesma fonte russa³⁶ indica a presença um núcleo de treze submersíveis no final do Verão de 1905 em Vladivostok, no entanto o anuário Conway's 1906-21 apenas reporta a existência 12 submersíveis russos no Extremo Oriente nessa mesma data.

Relativamente à Marinha Imperial Japonesa, existe o registo de uma encomenda confidencial de cinco submersíveis tipo Holland, aos Estados Unidos da América, em 14 de Junho de 1904. Estes foram construídos pela companhia americana Electric Boat Company, nos estaleiros de Fore River, em Quincy, Massa-



chusetts USA, e entregues em secções ao Yokosuka Naval Arsenal, em Yokohama, a 12 de dezembro de 1904.

Tratava-se de submersíveis do tipo Holland Type VII, construídos pelo engenheiro Arthur Leopold Busch, que os acompanhou até ao Japão, assim como outros técnicos americanos que deram instrução às duas primeiras guarnições. O projecto foi executado em complete segredo, uma vez que os Estados Unidos da América eram neutrais na Guerra Russo-Japonesa. A este conjunto inicial de cinco submersíveis, os japoneses viriam a adicionar a construção nacional de mais dois submersíveis de tipo *Holland*, em 1905, presume-se sob licença, mas estes só ficaram prontos na primavera³⁷ de 1906.

Assim, quando da destruição da 1ª Esquadra Russa do Extremo Oriente (dezembro de 1904), da queda de Port Arthur (janeiro de 1905), ou Batalha de Tsushima (maio de 1905) todas as ameaças de presença de submersíveis japoneses eram falsas.

Mas estas informações (falsas) chegaram ao vice-almirante Rozhdestvensky a partir de mensagens transmitidas por espões

russos. Quando a Esquadra saiu de Nosy-Bé, uma mensagem vinda da China alertava para a saída de um transporte especial da base naval de Sasebo (Japão), que carregava três submarinos e que este se dirigia para Sul (Mar da China).

Outra mensagem vinda de Bornéu indicava terem sido avistados em Natura (Norte de Bornéu) sete navios da Marinha Imperial Japonesa e que estes tinham estabelecido duas estações navais, uma no arquipélago dos Cocos (Britânica) e em Kedah (Malaca/Britânica), onde mantinham a presença de cruzadores-auxiliares, lanchas torpedeiras e eventualmente submarinos.

Ainda outra recebida durante a passagem do estreito de Malaca, indicava uma esquadra da Marinha Imperial Japonesa se encontrava em Labuan (Mar da China, Norte de Bornéu), com o apoio de cinco submarinos aí estacionados, e uma flotilha de torpedeiros nas ilhas de Natuna³⁸ (Mar da China, Sul de Bornéu).



DO MORAL DAS TROPAS

As guarnições russas eram compostas por homens do norte da Europa, habituados a um clima frio em dezembro e sem experiência de permanência embarcados por longos períodos. Nesta missão foram obrigados a uma gestão de espaço partilhado durante muito tempo, em algumas zonas dos navios com bois, porcos, gansos e galinhas para alimentação, numa situação que em pouco contribuíu para as condições de salubridade nos navios. Mas a partir do momento em que tiveram acesso à costa de África equatorial ainda adicionaram animais selvagens trazidos para bordo: papagaios, macacos, sapos, camaleões, cobras, crocodilos, etc. o que aumentou mais as faltas de condições de salubridade nos navios.

Estes pontos de contacto com o exterior, fosse nos pontos de trasfega do carvão, ou nas saídas de lazer vieram acrescentar condições de contágio de doenças, empoçadas pelo clima, pelo calor das fornalhas e directamente pelas pragas de insectos voadores, rastejantes e pulgas³⁹.

A doença foi um inimigo silencioso que se espalhou por toda a esquadra russa, desde as insolações, as intoxicações por CO₂, a tuberculose vinda desde o momento do embarque e as novas doenças tropicais (febres e estômago), que contribuíram para situações de tédio, depressão e suicídio.

A partir da entrada no Oceano Índico as situações de stress e desmoralização das guarnições apresentaram uma deterioração muito rápida, pelo clima, pela doença, mas também pelas condições físicas ligadas ao esforço contínuo exigido para manter a esquadra a navegar.

A doença física alastrava dentro dos navios, por razões intrínsecas de serem espaços fechados de duvidosa condição de higiene, mas também em resultado dos contactos pontuais já anteriormente referidos directos com terra, ou indirectos com os trabalhadores locais nos momentos de trasfega de carvão.

Refira-se que em Janeiro (1905) o navio de transporte *Malaya* viria a ser enviado de volta à Rússia (via Suez) com várias dezenas de pessoas muito doentes, incluindo 28 com tuber-



culose aguda, mas em geral todos os homens da esquadra russa apresentavam uma doença cutânea tropical ou mesmo malária⁴⁰.

A desmoralização, alastrou-se depois da notícia da destruição da 1ª Esquadra Russa do Extremo Oriente, entre 5 e 7 de dezembro de 1904, agravou com o conhecimento da queda de Port Athur e as notícias da Revolta na Rússia em Janeiro de 1905 (Domingo Sangrento). Os casos de revolta e de deserção de algumas guarnições eclodiram em Madagáscar.

DA BATALHA DE TSUSHIMA

Quando a 27 de maio de 1905 finalmente se deu o encontro entre as Marinhas Russa e Japonesa, foi um embate entre 5 couraçados, 23 cruzadores, 20 contratorpedeiros e 16 torpedeiros japoneses contra 8 couraçados, 9 cruzadores e 9 contratorpedeiros russos.

A vitória japonesa implicou a quase totalidade da perda de navios russos (afundamentos e rendições), mas o mais impressionante foi o número de baixas.

Para os japoneses 117 mortos 583 feridos, com o número impressionante de 5.045 mortos, 803 feridos, 6.016 capturados russos. Uma vitória japonesa que colocou a nação como potência naval mundial.

Para além do alto valor militar do comando japonês do almirante Togo, ficou evidente que o fracasso da missão russa teve início muitas milhas antes de chegar a Tsushima, tal como pretendemos evidenciar, ao nível tecnológico e motivacional, aos quais se acrescentaram questões do ligadas a opções táticas e estratégicas.

CONCLUSÃO

A nível tecnológico a Batalha de Tsushima foi um confronto entre dois níveis de evolução técnica. A ciência militar russa apresentava um inferior sistema de controlo de tiro e consequentemente um menor alcance efectivo da artilharia. Isto foi aproveitado pelas forças navais japonesas.

A nível motivacional o cansaço de sete meses de navegação, o impacto das doenças tropicais,



as notícias de derrotas militares russas, as notícias de Revolução de Janeiro de 1905 (Domingo Sangrento), ao qual se acrescentou a anulação do objectivo primário da missão (reforço da 1ª Esquadra Russa do Extremo Oriente e defesa de Port Arthur), quebraram a vontade de combater.

A nível tático a incapacidade de comunicação de mensagem de ordens entre navios durante o combate, uma manobra de passagem para Vladivostok pelo Mar do Japão com navios de menor velocidade que do inimigo, ou a utilização de cruzadores-auxiliares para protegerem os cruzadores de batalha dos torpedos japoneses, permitiu que o inimigo se posicionasse para tiro a bombordo e a estibordo em simultâneo, ou seja deixaram-se cercar.

A nível estratégico estavam dependentes de uma logística muito pesada e dependente de contratações civis (estrangeiras). A insistência na utilização de navios sem valor de combate e a inexistência de um serviço de informações eficaz, ou pelo menos a um nível equivalente do japonês, implicou uma navegação

lenta, insegura e sempre detectada pelo inimigo.

O desfecho da Batalha de Tsushima era inevitável. Todos os factores assim o indicavam.

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES PORTUÁRIAS E HIDROVIÁRIAS. *Uma breve história sobre os navios de cabos-submarinos.* (on-line)

[https://www.datacenterdynamics.com/br/noticias/uma-breve-história-sobre-os-navios-de-cabos-submarinos/](https://www.datacenterdynamics.com/br/noticias/uma-breve-historia-sobre-os-navios-de-cabos-submarinos/) Acesso em 24 fev. 2024.

BALINCOURT. L'Escadre Rojdestvenski. *Sur le Chemin du Sacrifice*: Carnet de notes du capitaine de frégate Semenoff. Paris: Augustin Challamel Editeur, 1913.

CHAPMAN, John W. M. Russia, Germany and the Anglo-Japanese Intelligence Collaboration, 1896–1906. In ERICKSON, Mark; ERICKSON, Ljubi-ca. *Russia War: peace and diplomacy*. London: Weidenfeld & Nicolson, 2004.

DELLINGER, Dieter. Tsushima: a batalha decisiva. *Revista dos Mares e Navios*. (On-line). Disponível em <https://naval.blogs.sapo.pt/tag/bata>



lha+de+tsushima. Acesso em 12 fev. 2024.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. *Adolf-Slaby*. (on-line). Disponível em <https://www.britannica.com/biography/Adolf-Slaby>. Acesso em 9 mar. 2024.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. *Russo-Japanese War*. (on-line). Disponível em <https://www.britannica.com/event/Russo-Japanese-War>. Acesso em 11 mar. 2024.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. *Taiping Rebellion* (on-line), <https://www.britannica.com/event/Taiping-Rebellion> (Acesso em 11 mar. 2024).

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. *Trans-Siberian Railroad*. (on-line). <https://www.britannica.com/topic/Trans-Siberian-Railroad>. Acesso em 11 mar. 2024.

EVANS C. David; PEATIE David. *Kaigun: Strategy, Tactics, and Technology in the Imperial Japanese Navy, 1887-1941*. Annapolis: Naval Institute Press, 2012.

FORCZYK, Robert. *Russian Battleship vs Japanese Battleship: Yellow Sea 1904-05*. Duel Serie 15. Oxford: Osprey Publishing, 2009.

GARDINER, Robert. *Conway's All the World's Fighting Ships: 1906-1921*. London: Conway, 2002.

GARDINER, Robert. *Steam, Steel and Shellfire: the steam warship, 1815-1905*. Annapolis: Naval Institute Press, 1993.

JENTSCHURA, Hansgeorg. *Warships of the Imperial Japanese Navy, 1869-1945*. London: British First, 1977.

LOYD, Christopher, *Atlas of Maritime History*. New York: Arco, 1975.

MARCONI WIRELESS TELEGRAPH COMPANY LIMITED. *TSF History*. (on-line). Disponível em <<https://telefoniasemfios.blogspot.com>>. Acesso em 20 mar. 2024.

PLESHAKOV, Constatine. *The Tsar's last armada: the epic voyage to the battle of Tsushima*. New York, Basic Books, 2002.

QUEIROZ, Maria Inês Pires Soares da Costa. *A Companhia Portuguesa: Rádio Marconi na Rede Mundial de Comunicações (1906-1936)*. Tese de Doutorado, FCSH-UM, 2015.

REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA. *Operações marítimas da Guerra Russo-Japonesa: Histórico oficial publicado pelo Estado Maior General da Marinha Japonesa*. Rio de Janeiro, Ano XXXII, Num. 4, Outubro, 1912.

SOUTH AFRICAN HISTORY ONLINE - *Cable connections*. Disponível em <https://www.sahistory.org.za/dated-event/first-cable-connection-between-sa-and-europe-launched> (consultado em 12/02/2024).



SALISBURY, Harrison. *Black Night, White Snow: Russian Revolution, 1905-17*. Garden City: N.Y, Book Club Edition, 1977.

SCA - Suez Canal Authority. Suez Canal Characteristics. Disponível em <<https://www.suezcanal.gov.eg/English/About/SuezCanal/Pages/CanalCharacteristics.aspx>>. Acesso em 24 fev. 2024.

SONDHAUS, Lawrence. *Naval Warfare 1815-1914*. London: Routledge, 2001.

SPIRIDONOVA, Liudmila. *The Navy of the Russian Empire* (English Editions). St. Petersburg: Slavia Art Books, 1996.

WEIK, Martin. *Communications Standard Dictionary*. Berlim: Springer Science & Business Media, 2012.

WEST, Niget. *Encyclopedia of Political Assassinations* (eBook). Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2017.

WILLMOTT, H.P. *The Last Century of Sea Power: From Port Arthur to Chanak, 1894- 1922*. Vol 1, Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 2009.

NOTAS

¹ O artigo foi redigido em Português Europeu, conforme nacionalidade do autor.

² ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, *Tai-ping Rebellion*.

³ ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, *Russo-Japanese War*.

⁴ ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, *Trans-Siberian Railroad*.

⁵ WEST, Niget. *Encyclopedia of Political Assassinations* (eBook). Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2017.

⁶ SALISBURY, Harrison. *Black Night, White Snow: Russian Revolution, 1905-17*. Garden City: N.Y, Book Club Edition, 1977, p. 117.

⁷ A 9 de Janeiro de acordo com o calendário russo. Foram registados mais de 200 mortos, cerca de 800 feridos e perto de 7.000 detenções. Um ponto de partida para mais greves por toda a Rússia. Marcou o início da Revolução de 1905.

⁸ Convenção de Constantinopla, de 29 de Outubro de 1888, assinado pela Grã-Bretanha, França, Alemanha, Império Rússia, Império Otomano, Império Austro-Húngaro, Espanha, Holanda e Itália.

⁹ SCA, *Suez Canal Characteristics*.

¹⁰ A reforma do calendário Imperial Russo só viria a ser alterado após a



instauração do regime soviético em 1918.

¹¹ René-Antoine Ferchault de Réaumur, 1683-1757, foi um físico e inventor francês. Propôs em 1730 a escala de temperatura Réaumur. Para a conversão no sistema métrico SI Celsius, há que assinalar que o ponto de congelamento da água (0º R) coincide com o ponto de congelamento da escala do sueco Anders Celsius, mas o ponto de ebulição é 80, em vez de 100, ambas as escalas divididas em graus, mas em que um grau Réaumur [0:80] vale 5/4 de um grau Celsius [0:100].

¹² REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA. *Operações marítimas da Guerra Russo-Japonesa: Histórico oficial publicado pelo Estado Maior General da Marinha Japonesa*. Rio de Janeiro, Ano XXXII, Num. 4, Outubro, 1912, pp. 637-640.

¹³ A Companhia Hamburg-Amerika-Liende alemã acabaria por aceitar levar o apoio logístico até ao Mar da China e carregar carvão até Abril de 1905. O último abastecimento teve lugar em Cam-Ramh, na então Indochina francesa, hoje Vietname.

¹⁴ PLESHAKOV, Constatine. *The Tsar's last armada: the epic voyage to the battle of Tsushima*. New York, Basic Books, 2002., p. 182.

¹⁵ DELLINGER, Dieter. Tsushima: a batalha decisiva. *Revista dos Mares e Navios*. (On-line). Disponível em <https://naval.blogs.sapo.pt/tag/batalha+de+tsushima>. .

¹⁶ BALINCOURT. L'Escadre Rojdestvenski. *Sur le Chemin du Sacrifice*: Carnet de notes du capitaine de frégate Semenov. Paris: Augustin Challamel Editeur, 1913, p. 269.

¹⁷ PLESTACKOV, op.cit., p. 220.

¹⁸ SAHO, Cable Connections.

¹⁹ APLOP, Uma breve história sobre os navios de cabos-submarinos.

²⁰ Ibid.

²¹ PLESTACKOV, op.cit., p. 176.

²² CHAPMAN, John W. M. Russia, Germany and the Anglo-Japanese Intelligence Collaboration, 1896–1906. In ERICKSON, Mark; ERICKSON, Ljubica. *Russia War: peace and diplomacy*. London: Weidenfeld & Nicolson, 2004, pp.41-45.

²³ MWTCL, TSF History.

²⁴ QUEIROZ, Maria Inês Pires Soares da Costa. *A Companhia Portuguesa: Rádio Marconi na Rede Mundial de Comunicações (1906-1936)*. Tese de Doutoramento, FCSH-UM, 2015.

²⁵ ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, *Adolf-Slaby*.



²⁶ FORCZYK, Robert. *Russian Battleship vs Japanese Battleship: Yellow Sea 1904-05*. Duel Serie 15. Oxford: Osprey Publishing, 2009, p. 33.

²⁷ WEIK, Martin. *Communications Standard Dictionary*. Berlim: Springer Science & Business Media, 2012, p. 760.

²⁸ SONDHAUS, Lawrence. *Naval Warfare 1815–1914*. London: Routledge, 2001, pp.170–71, p. 189.

²⁹ À data a designação de torpedos fixos corresponde ao que hoje se designa por minas e torpedos móveis ao que hoje se designa por torpedos.

³⁰ GARDINER, Robert. *Steam, Steel and Shellfire: the steam warship, 1815–1905*. Annapolis: Naval Institute Press, 1993, pp. 125–26.

³¹ SONDHAUS, op.cit., pp. 155–56, pp. 182–83.

³² FORCZYK, op.cit., p. 56.

³³ O sistema Tenente Perepyolkin, modelo 1899.

³⁴ FORCZYK, op.cit., pp. 26–27.

³⁵ WILLMOTT, H.P. *The Last Century of Sea Power: From Port Arthur to Chanaik, 1894–1922*. Vol 1, Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 2009, p.101.

³⁶ SPIRIDONOVA, Liudmila. *The Navy of the Russian Empire* (English Edi-

tions). St. Petersburg: Slavia Art Books, 1996, p. 261.

³⁷ EVANS C. David; PEATIE David. *Kaigun: Strategy, Tactics, and Technology in the Imperial Japanese Navy, 1887–1941*. Annapolis: Naval Institute Press, 2012, p. 160.

³⁸ PLESTACKOV, op.cit., p. 176

³⁹ Ibid., p. 177.

⁴⁰ Ibid., p. 232.

A morte do Patrono

Luiz Ernani Caminha Giorgis ^a

*“O homem é senhor dos seus silêncios
e escravo de suas palavras”*

Francisco Paulino Teódulo Franco

Resumo: A Revolução de 1930 marcou um dos períodos mais intensos da história política e militar do Brasil, desencadeando uma série de enfrentamentos entre as forças revolucionárias, que buscavam pôr fim à República Velha, e as forças legalistas, defensoras do governo federal. Nesse contexto, destacou-se o episódio da morte do major Luís de Araújo Correia Lima, oficial legalista, em Curitiba. Como comandante de sua unidade, o major assumiu um papel central na defesa da ordem vigente até o momento em que, durante uma tentativa de prisão por forças revolucionárias, foi morto em combate. Este artigo analisa os eventos que culminaram nesse desfecho trágico, explorando as dinâmicas do confronto armado, a polarização político-militar e as consequências imediatas para o desenrolar da Revolução de 1930.

Palavras-chave: Revolução de 1930, Correia Lima, República Velha.

Curitiba, dia 5 de outubro de 1930, escadaria de acesso ao 9º Regimento de Artilharia Montada, exatamente a 0100 hora. Um incidente entre um major e um capitão causou a morte do pri-

meiro, então comandante interino. Ambos pertenciam àquela unidade do Exército Brasileiro. A motivação e as circunstâncias do incidente foram políticas.

O major era Luís de Araújo

a Coronel de Infantaria. Associado Correspondente Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Correia Lima, hoje Patrono dos Centros e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR/NPOR). O capitão era Carlos Amoretty Osório.

Ipsa Facto.

A unidade era o, já extinto, 9º Regimento de Artilharia Montada (RAM), antecessor do atual 5º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado. O aquartelamento, depois ocupado por diversas Organizações Militares, inclusive pelo 5º Batalhão Logístico (até 1992), situa-se na antiga Praça da República, hoje Praça Rui Barbosa, centro de Curitiba. Atualmente, a fachada do prédio encontra-se tombada pelo Patrimônio Histórico do município.

O contexto político da época era de radicalização em torno das demandas contra ou a favor da Revolução de 1930, a qual já estava em andamento desde dois dias antes. Tudo contra a chamada “Política do Café com Leite”, então no poder.

Contra o governo federal estava a Aliança Liberal, derrotada nas eleições presidenciais de 1º

de março do mesmo ano. O resultado foi favorável à chapa Júlio Prestes - Vital Soares, candidatos situacionistas.

O assassinato do governador da Paraíba João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (figura 1) em 26 de julho de 1930, em Recife, embora tendo sido um crime sem conotação política, precipitou os acontecimentos. João Pessoa foi candidato a vice na chapa de Getúlio Vargas.

Fig. 1 – João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque



Fonte: Fundaj



E os líderes militares estavam, mais uma vez indevidamente, divididos e imersos na lama das pugnas político-partidárias.

Aos fatos.

Eclodida a revolução no dia 3 de outubro, foram presos o comandante da 5ª Região Militar/5ª Divisão de Infantaria (5ª RM/DI), general de brigada Eduardo Monteiro de Barros (figura 2), e o general Maximino Barreto, comandante da 9ª Brigada de Infantaria. Foram presos por oficiais de patentes mais baixas.

Fig. 2 - General Eduardo Monteiro de Barros



Fonte: 5ª RM

Houve aqui uma completa inversão da hierarquia e quebra completa da disciplina.

Eduardo Monteiro de Barros, quando coronel, comandou a Escola Militar do Realengo na época da Missão Indígena. Um exemplo de oficial.

Assumiu o comando da 5ª RM/DI, em 5 de outubro, o revolucionário major Plínio Alves Monteiro Tourinho, então chefe do Serviço de Engenharia Regional, que foi comissionado no posto de general. Tourinho mandou prender o seu próprio comandante.

O governo do Estado do Paraná, com a fuga do governador Afonso Camargo, foi assumido pelo general da Reserva Mário Alves Monteiro Tourinho, irmão do major Plínio Tourinho. Este, um ano após o início da Revolução de 1930, “passou a fazer oposição ao presidente [Getúlio Vargas] para o qual abrisse as portas do Paraná”¹.

A Revolução de 1930 teve seu início no dia 3 de outubro em Porto Alegre, conduzida e lidera-



da por Getúlio Vargas e Juarez do Nascimento Fernandes Távora. O primeiro, no Sul. Este, no Nordeste. Eram, entre muitos outros, os líderes da Aliança Liberal, a qual organizou a Revolução.

Em 4 de novembro de 1891 nascia em Porto Alegre o menino que receberia o nome de Luís de Araújo Correia Lima (figura 3).

Seus pais eram o general de divisão Gonçalo Correia Lima e a Sra. Anna de Araújo Ribeiro. O nome Luís era homenagem ao seu avô. Dezesseis anos depois, em 26 de setembro de 1907, o jovem Luís foi incorporado ao Exército Brasileiro no então 25º Batalhão de Infantaria, sediado na sua cidade natal, a capital do Rio Grande do Sul.

Ainda nesta unidade, prestou concurso e foi aprovado para a outrora Escola de Guerra de Porto Alegre, a qual cursou entre abril de 1908 e janeiro de 1911. Destacou-se Luís como aluno e como militar na Escola de Guerra, já citada; na Escola Militar do Realengo de maio a dezembro de 1913, onde cursou Artilharia; na

Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro (março a dezembro de 1923); e na Escola de Estado-Maior do Exército (EEM), à Rua Barão de Mesquita, no Bairro da Tijuca, Rio (março de 1925 a dezembro de 1927).

Fig. 3 - Luís de Araújo Correia Lima



Fonte: CPOR/PA

Autorizado, adotou ele o nome de guerra de “Correia Lima”. Um irmão mais novo de Correia Lima foi o general Augusto Frederico de Araújo Correia Lima. E mais duas irmãs, Clotilde Marina e Branca Sofia.



Fig. 4 - A família de Correia Lima. Ele é o segundo de pé, da esquerda para a direita



Fonte: CPOR/PA.

Ao longo da carreira, quando integrante do 17º Grupo de Artilharia, Correia Lima trabalhou, durante a Primeira Guerra Mundial nas atividades de vigilância do litoral e da costa brasileira, na região de Rio Grande. Foi instrutor da Escola Militar do Realengo durante a Missão Indígena (1919/1922). Durante a Revolução de 1924 em São Paulo, combateu os revoltosos integrando o 1º Grupo de Artilharia Pesada.

Sua esposa chamava-se Marina de Souza e Mello. O casal foi premiado com dois filhos homens, Alfredo e Paulo. Ambos seguiram a carreira militar.

Idealista, Correia Lima foi grande leitor e pesquisador de temas militares. Conforme o site de genealogia Geneall.net:

As leituras e estudos sobre os acontecimentos da Primeira Guerra Mundial, especialmente quanto aos mecanismos de recrutamento e recompleta-mento de claros nas fileiras dos exércitos europeus, se constituíram na fonte de ins-piração para a criação, no Brasil, dos Centros de Prepa-ração de Oficiais da Reserva (CPOR), que se tornaram o ideal de sua vida e pelo qual trabalhou desde jovem, ainda como tenente. Teve de lutar contra a inércia e a incompre-ensão que existiam, não so-mente no meio civil, mas também no meio militar, onde foi colocada em dúvida a ho-nestidade de seu propósito e, até mesmo, a acusação de ele querer reorganizar a extinta Guarda Nacional. Mas seus ideais se impuseram e, em 22 de abril de 1927, foi criado o primeiro CPOR brasileiro, o do Rio de Janeiro, comandado pelo próprio Correia Lima, então capitão. O CPOR do Rio começou a funcionar efetiva-mente no ano seguinte, ser-



vindo de modelo para a criação de outros Centros em outras capitais, bem como dos futuros Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR).

Conforme a sua fé-de-ofício, obtida no Arquivo Histórico do Exército:

Em 22 de abril de 1927, foi criado o primeiro Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Exército Brasileiro, no Rio de Janeiro, comandado pelo próprio Correia Lima, então capitão. A atividade era exercida concomitantemente com suas funções no Estado-Maior do Exército. O CPOR do Rio começou a funcionar efetivamente no ano seguinte, servindo de modelo para a criação de outros CPOR em outras capitais, que à época eram então vinculados às Regiões Militares. Em dezembro de 1929, concomitantemente com suas funções de Comandante do 1º Grupo do 9º RAM, foi nomeado Diretor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da 5ª Região Militar.

Nos primeiros dias de outubro de 1930, o major Correia Lima estava na função de comandante interino do 9º RAM. O comandante, coronel João Cândido Pereira de Castro Júnior, legalista, não estava na unidade porque foi designado para comandar um destacamento enviado para Porto União. Este oficial foi preso pelos revolucionários. Era nascido no Maranhão. Alcançou o generalato.

Importante destacar, desde já, que Correia Lima era legalista, não tendo, portanto, aderido à Revolução de 1930. Tinha sido promovido a major por merecimento em 26 de setembro de 1929. No dia 15 de outubro de 1930 foi promovido post-mortem a tenente-coronel, por ato de bravura.

Em Porto Alegre, a rua que passa em frente ao Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre (CPOR/PA), e que demanda os altos do Morro Santa Teresa, chama-se Rua Correia Lima. No início da rua existe uma pequena praça com o mes-



mo nome e na qual existe um busto do Patrono dos CPOR/NPOR.

Em 26 de julho de 1897, em Bagé, RS, nascia Carlos Amoretty Osório (figura 5), filho de Manoel Luís Osório, que tinha 30 anos, e da Sra. Emília Amoretty, 22 anos. Casou-se com Hilda Meissner em 27 de fevereiro de 1924, em Curitiba, PR. O casal gerou um filho, Carlos Affonso Meissner Osorio (1925–2000) e a filha Norma Meissner Osorio (1926–2015). Sua data de praça é 9 e abril de 1917 na 4ª Companhia de Infantaria. Vinte anos depois foi reformado por Decreto de 19 de agosto de 1937².

Fig. 5 - Carlos Amoretty Osorio



Fonte: Biblioteca Nacional

Amoretty era o Fiscal Administrativo do 9º RAM quando ocorreu a tragédia que vitimou o major Correia Lima. Desde cedo, era revolucionário. Conforme a sua fé-de-ofício obtida no Arquivo Histórico do Exército:

Solicitou e iniciou o Curso de Piloto Militar, mas pediu trancamento (período de outubro de 1921 a maio de 1922). Em julho de 1922 foi preso a fim de apurar a sua participação na Revolta de 1922. Foi colocado em liberdade no início de dezembro do mesmo ano. Em 1930, foi comissionado tenente-coronel, no comando do 9º Regimento (de Artilharia Montada), tendo participado do Combate de Morungava. Em dezembro (de 1930) foi descomissionado em função da vitória do movimento revolucionário. Em 1932, participou da repressão aos revolucionários de São Paulo (Revolução Constitucionalista), participando do Combate de Buri.



Conforme o jornal *Diário Carioca*, edição de 28 de julho de 1935, o capitão Amoretty seguia naquela mesma data do Rio de Janeiro para a 8ª Bateria Isolada de Artilharia de Costa, sediada no Forte Marechal Luz, Ilha de São Francisco do Sul, SC, para terminar de cumprir sua punição, oriunda da transgressão regulamentar de:

"Manifestar-se publicamente a respeito de assumpto político-partidário, com declaração de posto, cargo, função ou comissão que exerce, ou tomar parte activa em manifestações da mesma natureza"³

Em 13 de abril de 1935, a edição do jornal paulistano *O Homem Livre* noticiava que no mesmo ano, ou seja, o ano da Intentona Comunista, Amoretty era, mesmo na ativa do Exército, um dos dirigentes da Aliança Nacional Libertadora. Conforme o *Atlas Histórico do Brasil*, da Fundação Getúlio Vargas, a ANL era uma:

Organização política de âmbito nacional fundada oficialmente em 12 de março de 1935, embora sua ata de fundação seja datada do dia 23 e sua instalação pública tenha ocorrido no dia 30. Constituiu uma frente ampla em que se reuniram representantes de diferentes correntes políticas - socialistas, comunistas, católicos e democratas - e de diferentes setores sociais - proletários, intelectuais, profissionais liberais e militares - todos atraídos por um programa que propunha a luta contra o fascismo, o imperialismo, o latifúndio e a miséria. Foi fechada em 11 de julho de 1935, continuando a atuar na clandestinidade até a eclosão da Revolta Comunista, no mês de novembro do mesmo ano.

Na década de 1940, Carlos Amoretty Osorio cursou a Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), juntamente com Plínio Tourinho. Hoje, existe uma rua com o seu nome no bairro Sítio Cercado, em Curitiba. Faleceu e foi sepultado em 21 de março de 1972 nesta



mesma cidade, aos 74 anos de idade.

Finalmente, vamos nos reportar ao objetivo deste trabalho: a morte do major Correia Lima.

Conforme o depoimento do major Plínio Tourinho (general comissionado), era necessário obter a posição do 9º RAM em relação à Revolução e, para isso:

“[...] designei o capitão Álvaro Barroso de Souza Júnior para ir ao quartel daquela unidade entender-se com o capitão Amorety Osorio, dando-lhe conta de que os demais corpos estavam a postos, prontos para iniciar o movimento que se esperava fosse efetivado sem derramamento de sangue. Mas a fatalidade se opôs a esse generoso desejo. Precisamente no momento de chegar ao quartel do 9º RAM, depois de ter transposto com dificuldade o cordão de sentinelas, o capitão Álvaro Barroso, devido à escuridão, não reconheceu a pessoa do bravo major Correia Lima, único oficial fiel ao governo e, em altas vozes, perguntou onde se encontrava o capitão Amorety,

pois vinha em missão especial do major Plínio Tourinho. Nesse ínterim, bastante exaltado, como era natural, em altas vozes o major Correia Lima declarou que ele era o comandante do 9º RAM e que só recebia ordens do comandante da região. O que se passou então foi rápido e imprevisível. O capitão Amorety aproximou-se do major Correia Lima e deu-lhe ordem de prisão, apontando-lhe a pistola ao peito e intimando-o a render-se, porque o regimento estava revoltado. Em rápido movimento de defesa, o major Correia Lima deu uma pancada com a mão direita, de baixo para cima, na mão que o capitão Amorety empunhava a pistola. A arma disparou e o projétil feriu o major Correia Lima pouco abaixo do nariz, produzindo-lhe morte instantânea. Foi um fato lastimável e muito deplorado pelos revolucionários, pois Correia Lima era considerado um dos oficiais mais ilustres do Exército, pelo seu saber, capacidade de trabalho e amor ao país”⁴.



Outro depoimento foi o do tenente Henrique Rabello de Mello, do 9º RAM. Ei-lo:

“[...] O tenente Barroso, do Serviço de Engenharia da Região, se aproximara do portão principal do quartel do 9º, afim de fazer a ligação do major Plínio Tourinho com os oficiais daquela unidade, conseguindo passar pelo cordão de sentinela graças às ordens dadas pelo segundo-sargento Gonçalo para não atirar. Quando o tenente Barroso se defrontava com o capitão Amorety Ozório, chefe do movimento no 9º procurando falar-lhe, surgiu inopinadamente o major Correia Lima que, investindo contra aqueles dois Oficiais, supondo que eram ordens trazidas do Quartel-General, gritou que só ele ali recebia ordens. Seguiu-se a esse incidente uma cena rápida de que resultou a morte do major Correia Lima, daí resultando o início do movimento em Curitiba [...]”⁵.

Conforme o jornal *O Dia*, do Rio de Janeiro, edição de 4 de outubro, que cobriu a revolução

em Curitiba, os acontecimentos foram os seguintes:

O único fato lamentável: a Morte do major Correia Lima – De todo o movimento irrompido em nossa capital (Curitiba), o único fato lamentável é a morte do major Correia Lima, aliás fruto exclusivo da fatalidade (grifo nosso). O fato teria se passado da seguinte maneira: Um oficial revolucionário ao ser surpreendido pelo major Correia Lima em confabulação com um emissário dos revoltosos, sacou de sua pistola e apontou contra o peito do referido major, intimando-o a render-se. O major, nessa ocasião, num movimento rápido, deu com a mão direita, uma pancada na pistola que lhe era apontada ao peito, fazendo levantar a boca da arma e funcionar o gatilho da mesma, que é muito sensível. O tiro partiu, indo o projétil alojar-se na cabeça do major que, em consequência, veio a falecer momentos após. Este lutuoso acontecimento é deplorado por toda a oficialidade revoltosa, porquanto o major Correia Lima, apesar de extremado até a paixão nas suas ideias de fidelidade ao Governo Federal,



era estimado por todos os seus companheiros de armas desta guarnição⁶.

Finalmente, um quarto e último depoimento, o do general Higino de Barros Lima, na época 1º tenente. Ei-lo:

“Situação no 9º RAM. Como ficou dito, alhures, na noite de 4 para 5 de outubro, por volta das 24 horas, o major Correia Lima telefonara ao major Mendonça Lima - oficial este muito ligado ao Comandante da Região, General Eduardo Monteiro de Barros - e que se achava no Quartel-General, pedindo-lhe permissão para deslocar-se com o Regimento para Antonina, com o que evitaria a adesão de sua Unidade às da Guarnição, nessa altura já consideradas rebeladas desde o entardecer do dia 4. Além disto, não estava Correia Lima seguro sobre os sentimentos de sua oficialidade, quanto à disposição legalista. Ao nos transmitir a conversa telefônica que mantivera com o major Correia Lima, dissera-nos Mendonça Lima que pôde notar o nervosismo de que estava possuído o comandante do 9º RAM (in-

terino), a tal ponto que não foi possível compreender o mais que dizia. Naquela mesma data (dia 4) dos acontecimentos havidos através do ‘confessionário’ (sic), ficara estabelecido que a Guarnição, sob a chefia do Ten Cel Plínio Tourinho, levantar-se-ia às 4:30 horas da manhã de 5, iniciando sua ação revolucionária, depondo e prendendo as autoridades, notadamente as estaduais, a começar pelo Presidente Dr. Afonso Alves de Camargo. Acertada a hora H do levante, mas como não tinham os revolucionários certeza sobre a conduta do 9º RAM, lá por volta da 1:00 hora do dia 5, Plínio Tourinho envia ao Quartel daquela Unidade, o 1º tenente Álvaro Barroso, do Serviço de Engenharia Regional, cuja missão consistia em manter entendimentos com o capitão Amorety Ozório, no sentido de convencê-lo, e a seus companheiros, que não desejassem aderir à revolução, que se abstivessem de resistir ao levante, a fim de evitar-se acontecimentos a lamentar. Em cumprimento à missão recebida, o tenente Barroso dirigiu-se ao 9º RAM. Lá chegando, sobe a escadaria que dá acesso ao interior do quartel,



pelo portão das armas. A porta está fechada e, uma portinhola destacada na própria porta, semicerrada. A sentinela, junto à portinhola, na guarita, em presença de um oficial fardado e seu conhecido, dá-lhe acesso. No Corpo da Guarda, ali próximo, pede que lhe chamem o tenente Amorety. O ruído dos passos do tenente Barroso, àquelas horas silenciosas da noite, ao subir a escadaria, é ouvido por Correia Lima, que se achava no Gabinete de Comando, situado no pavimento superior, exatamente acima do vestíbulo. Ciente de que alguém procurara por um oficial da Unidade, que não a ele, desce Correia Lima, passos rápidos, a escada em espiral que liga a parte superior ao vestíbulo, bradando em altas vozes: - O comandante sou eu! É a mim que se deve dirigir! O tenente Barroso, ao sentir a presença de Correia Lima, e por sabê-lo francamente contrário à revolução, procurava retirar-se pela mesma portinhola por onde entrara. É seguido por Correia Lima, que o chama. Nesse ínterim, vindo do pátio interno, chega ao vestíbulo o tenente Amorety. Num relance, percebe a situação delicada em que se encon-

tra. Trocam, entre si, algumas palavras. Conhecedor Amorety, do quanto temperamental é Correia Lima, aponta-lhe ao peito a 'parabelum' que sacara rapidamente, dizendo-lhe: - Major, considere-se preso! Correia Lima não se intimida diante da arma que lhe aponta Amorety. Aproxima-se mais deste e, enquanto procura sacar da pistola que trazia consigo, tenta afastar a 'parabelum', com um gesto brusco e violento. Ouve-se um estampido. Correia Lima desequilibra-se e, lentamente, cai ao solo. Imediatamente socorrido, é levado à Enfermaria Regimental, onde chega já sem vida. O projétil penetrara-lhe em um dos lados da boca e, atravessando-lhe o cérebro, em sentido ascendente, saíra pouco acima da nuca. Estava consumada a tragédia [...] Tristeza e nervosismo envolvem todo o quartel"⁷.

As considerações finais são as seguintes.

Os quatro depoimentos coincidem quase que integralmente. O que teria causado o acionamento da tecla do gatilho da pistola? O dedo do capitão ou



o choque do golpe da mão direita do major? Teve o capitão a intenção de atirar, ou somente conter o major e prendê-lo?

Há que se considerar que minutos antes, na condição de colegas de arma e de unidade, eram companheiros. Não há dúvida de que o major estava nervoso em função da situação geral e com receio da sua própria OM - revoltosa. E não suportou ser ameaçado de prisão por um oficial mais moderno. Reagiu da pior maneira, com violência.

Parece não haver dúvida de que o capitão não deveria ter sacado da arma, ou seja, poderia ter procedido de maneira a convencer o major de que não adiantava reagir, porque a revolução já era uma realidade. Mas encontrou pela frente os brios feridos do major Correia Lima.

O capitão Amoretty nenhuma sanção sofreu em função do fato. Ali, naquele momento, era um oficial legalista derrotado contra outro oficial revoltoso e já vitorioso.

Enfim, uma tragédia, que só pode ser debitada à sanha revolucionária que tomou conta do país naqueles primeiros dias de outubro de 1930.

O Exército perdeu um excelente oficial, que poderia ainda muito produzir em proveito da instituição, mas que deixou um legado importante, a criação dos CPOR/NPOR.

Ao critério e à reflexão de cada leitor deste texto.

BIBLIOGRAFIA

CPDOC/FGV. *Revolução de 1930*. Rio de Janeiro. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLU%C3%87%C3%83O%20DE%201930.pdf>. Acesso em 13 out. 2024.

FAMILY SEARCH. Disponível em <https://ancestors.familysearch.org/en/LR7F-2NV/carlos-amoretty-os%C3%B3rio-1897-1972>. Acesso em 13 out. 2024.



GENEALL. Disponível em <https://geneall.net/pt/>. Acesso em 13 out. 2024.

INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE. *Cinquentenário da Revolução de Trinta no Paraná*. Curitiba: IHGEP, 1980.

NOTAS

¹ INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE. *Cinquentenário da Revolução de Trinta no Paraná*. Curitiba: IHGEP, 1980, p. 75.

² Cf. ancestors.familysearch.org

³ Hoje em dia, transgressão prevista no Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002, que aprovou o atual Regulamento Disciplinar do Exército (RDE, ou R-4).

⁴ INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE, op.cit., p. 81.

⁵ Ibid., p. 110.

⁶ Ibid., p. 120-121.

⁷ Ibid., p. 248-249.

Alemanha Nazista

Sob um comando, sete linhas de ação policial

Bianca Fiori ^a

Resumo: Durante a existência das terras germânicas, foi instituído um total de três impérios. O Primeiro Império Alemão, ou Primeiro *Reich*, chamado, à época, de Sacro Império Romano-Germânico, remonta de 962 a 1806, comandado no início por Oto I, “o Grande”. O Segundo Império Alemão, ou Segundo *Reich*, de 1871 a 1918, comandado inicialmente pelo rei da Prússia, Guilherme I. E o Terceiro Império Alemão, ou Terceiro *Reich*, de 1934 a 1945, comandado por Adolf Hitler. Para que esses impérios pudessem prosperar, a função da polícia e do exército era fundamental, fazendo desde a guarda do imperador até a reprimenda da população caso houvesse descumprimento da ordem das autoridades. Dentro do Terceiro *Reich*, especificamente, a força policial e as organizações paramilitares foram de extrema importância para que Hitler concretizasse seus objetivos, criando, sob apenas um comando, sete linhas de ação policial. Devido ao alto nível de organização dos nazistas, documentos, fotos e vídeos foram feitos para se ter um controle de seus progressos, porém, essa organização se transformou em provas dos crimes hediondos cometidos por indivíduos que acreditavam serem superiores a outros por terem certa origem e características físicas que foram exaltadas durante o Terceiro Império Alemão. Ao longo de 12 anos, judeus, negros, ciganos, Testemunhas de Jeová, comunistas, pessoas com deficiências e outros sofreram humilhações, perderam seus direitos como humanos e morreram somente pela justificativa de ser quem eram. Eram considerados inferiores.

Palavras-chave: Força militar policial; holocausto; Terceiro *Reich*; Segunda Guerra Mundial.

INTRODUÇÃO

Antes de se entender o quão estratégico era o Império Nazis-

ta, faz-se necessário explicar o que é uma força militar policial, para quais espécies de missões essa força é criada para executar,

a Historiadora, pedagoga e museóloga. Especialista em Holocausto pelo Museu *Yad Vashem*.



qual a diferença de uma unidade militar policial e uma organização paramilitar, enfim, é essencial a criação de um panorama geral para que haja a compreensão do nível estratégico de tal império.

Segundo Fernando Vasconcelos, em seu artigo para a *Revisita do Instituto Histórico Militar*, as Polícias Militares têm missão policial, e não bélica, mas “muitos autores nacionais retratam o militar como sendo um profissional educado e preparado para vivenciar somente o conflito bélico”¹, ou seja, a força policial deve ser imbuída de funções relacionadas à política, educação, meio ambiente, proteção civil, entre outros, além de estar preparada para um conflito armado.

Já as organizações paramilitares são grupos de indivíduos que atuam uniformizados, porém, não têm qualquer relação com o Estado, podendo servir aos propósitos de seu líder, ultrapassando os limites das leis.

Essa flexibilidade de atuação dos paramilitares auxiliou em

grande parte a criação do Partido Nazista, seu crescimento e a chegada de Hitler ao poder em 1933, na Alemanha. Isso quer dizer que, antes mesmo de o Império existir, Adolf Hitler já se utilizava de organizações paramilitares para galgar novos patamares.

É preciso deixar claro que, durante a República de Weimar, a Alemanha era dividida em estados, cada qual possuindo suas próprias forças policiais e elas executavam seus serviços de acordo com as leis da Constituição, fazendo com que todas as suas atitudes fossem respaldadas. Por isso, Hitler não conseguia utilizar esses profissionais em prol de seus objetivos. Ele precisava, então, de um único estado forte, uma força policial militar centralizada sob um único comando e novos decretos que permitissem a atuação da polícia de forma mais agressiva.

Neste artigo, o foco será apresentar as diversas polícias existentes durante o Terceiro *Reich*, suas funções e modos de executar missões.



SA: STURMABTEILUNG, A PROTEÇÃO DO PARTIDO NAZISTA

Após a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, formaram-se unidades paramilitares ao longo do território. Um desses grupos, localizado na Bavária, chamado Divisão de Esportes e Ginásticas, foi renomeado para *Sturmabteilung* (SA), que significa uma espécie de “tropa de choque”.

Em específico, este grupo estava associado ao Partido dos Trabalhadores Alemães e era responsável por promover sua proteção. Mais tarde, esse partido foi renomeado para Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, melhor conhecido como “Partido Nazi”. A partir deste momento, a SA era responsável não só por proteger os membros do partido, como também espalhar por toda a Alemanha a ideologia Nazi. Segundo o artigo *The SA*, do Museu e Memorial do Holocausto dos Estados Unidos (USHMM),

Em agosto de 1921, o jornal do partido, *Der Völkische Beobachter*, publicou uma chamada para os jovens entrarem para a SA, implorando para que os homens se juntassem e lutassem contra as ‘raças estrangeiras’ inclinadas a destruir a Alemanha².

Para liderar a SA, em março de 1923 chega Hermann Göring, veterano da Primeira Guerra Mundial. Neste momento, esta organização paramilitar contava com 3.000 membros. Em 9 de novembro de 1923, aconteceu em Munique o *Putsch* da Cervejaria, uma das primeiras atividades organizadas da SA para que Hitler tentasse obter o controle do governo da Bavária por meio de um golpe. Sem sucesso, Hitler é preso, o partido é suspenso e a organização, dissolvida.

Somente após Hitler sair da cadeia, em 1925, a *Sturmabteilung* foi restabelecida e já marcava presença no comício do Partido Nazi em Weimar no ano de 1926. A partir daí, a organização teve grande aumento de mem-



bro, disparando para 4 milhões em abril de 1934, uma vez que Hitler havia chegado ao poder um ano antes.

A liderança da SA em 1931 pertencia a Ernst Röhm, membro do Partido dos Trabalhadores Alemães antes do *Putsch*, em que ele próprio esteve presente e ajudou Hitler na tentativa de golpe. Ernst Röhm, no entanto, não comandava a *Sturmabteilung* por devoção a Hitler, mas, sim, por ser um devoto da ideologia Nazi, e isso permitiu que ele conseguisse recrutar os 4 milhões de membros.

A brutalidade, tamanho e força da SA fez com que a população questionasse aos poucos a necessidade de ter uma unidade com tais missões. Como consequência, o Führer percebeu que poderia ter dentro do seu Império uma ameaça não desejada, portanto, em 30 de junho de 1934, Adolf Hitler e seus conseleiros expurgaram a SA do Terceiro *Reich*, assassinando Röhm. Este ataque ficou conhecido como “A Noite das Longas Facas”.

Após a independência da *Sturmabteilung* ser restringida, esta organização paramilitar viveu sob a sombra da SS e, a partir de 1939, ficou responsável pelo treinamento de Guardas Civis.

SS: *SCHUTZSTAFFEL*, ESQUADRAS DE PROTEÇÃO

A partir de 22 de fevereiro de 1933, as organizações paramilitares passaram a ter autoridade policial formal. A SS era uma dessas organizações formada para a proteção de Hitler antes de chegar ao poder.

Os membros da SS formavam uma tropa de elite, comparando-se à SA, em que muitos não tinham treinamento militar. Por conta disso, após o incêndio do Parlamento Alemão, em 27 de fevereiro de 1933, “um decreto de emergência emitido [...] concedeu poderes de detenção praticamente ilimitados à polícia”³.

O chefe da *Schutzstaffel*, após Adolf Hitler chegar ao poder, era Heinrich Himmler, estu-



dante de Agronomia. Membro do Partido Nazi, foi responsável por desenvolver essa força policial que chegou a ter 250 mil membros no ano de 1939. Como responsabilidades da SS, estava a guarda do Führer, a proteção de membros da cúpula nazista e o policiamento dos campos de concentração.

Heinrich Himmler não estava sozinho na liderança da SS, seu chefe adjunto era Reinhard Heydrich. Juntos, após o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, dividiram o Esquadrão de Proteção em dois grupos: a *Allgemeine-SS* (SS Geral) e a *Waffen-SS* (SS Armada). De acordo com o website *Britannica* de Greg Barlow,

A SS Geral lidava em sua maioria com questões policiais e raciais, enquanto a SS Armada era formada por três subgrupos: o *Leibstandarte*, Guarda pessoal de Hitler; a *Totenkopfverbände* (Batalhões da Morte), que administrava os campos de concentração e o vasto império de trabalhos forçados [...] e a *Ver-*

fügungstruppen (Tropas de Disposição), que se dissolveu em 39 divisões na Segunda Guerra Mundial e onde serviu como tropa de combate de elite junto ao exército, ganhando a reputação de lutadores fanáticos ⁴.

Fig. 1 - Heinrich Himmler olhando para um prisioneiro em Dachau durante inspeção.



Fonte: United States Holocaust Memorial Museum

Para que os profissionais da SS fossem leais a Hitler, sua educação vinha por meio do ódio e da falsa promessa de estarem cumprindo missões mortais para salvar a sua raça, ou seja, a raça pura ariana.

Ao final da Segunda Guerra, muitos oficiais da *Schutzstaffel* foram julgados no Tribunal de Nuremberg.



SD: *SICHERHEITSDIENST*, SERVIÇO DE SEGURANÇA (INTELIGÊNCIA)

O *Sicherheitsdienst* (SD) ou Serviço de Segurança (Inteligência) era um braço do Partido Nazista criado em 1931, que ficou sob o comando de Reinhard Heydrich.

Reinhard Heydrich viveu em uma família abastada, tinha sempre boas notas na escola, e quando mais velho casou-se com Lina Mathilde Manninen, apoiadora do Partido Nazi, que o incentivou a aliar-se, criando algo que os nazistas ainda não tinham: um serviço de segurança de inteligência.

No começo de sua participação na segurança do Reich, o SD contava com 33 funcionários e, por ser uma das organizações pequenas a serviço do Führer, disputava por influência com outras unidades.

As missões dessa unidade consistiam em espionar opositores de partidos políticos em suas

reuniões e até mesmo dentro do próprio Partido Nazi.

Em particular, a pequena SD estava preocupada em coletar informações sobre os novos membros do Partido Nazi que cresciam rapidamente”⁵.

Em 9 de junho de 1934, a SD foi declarada a única agência de inteligência do Partido Nazi. Com isso, Hitler poderia utilizar os serviços da SS e da SD para eliminar a indesejada ameaça que a SA havia-se tornado. Para auxiliar na logística do ataque conhecido como “A Noite das Longas Facas”, a *Sicherheitsdienst* ficou responsável por “compilar listas daqueles que seriam assassinados”⁶. Reinhard Heydrich, com o sucesso, provou sua lealdade ao Führer enquanto mostrou para os outros líderes nazistas o seu método de trabalho.

O número de membros na SD só aumentava, devido à eficiência da equipe. Ao final de 1934, já contava com 850 funcionários, muito bem educados, a maior parte formada em Direito, e o



principal, todos totalmente comprometidos com a ideologia Nazi.

Em junho de 1936, Himmler centralizou a polícia política (*Gestapo*) e a criminal (*Kripo*) em uma instituição chamada Escritório Principal de Segurança Policial (EPSP). Planejava incorporar também a SD para complementar a agilidade em identificar os inimigos do Reich.

É importante destacar que a *Sicherheitsdienst* era uma organização do Partido Nazista que auxiliava as forças policiais, portanto, havia limites que não poderiam ser ultrapassados. Mesmo que eles identificassem os “inimigos”, como judeus, opositores políticos, pessoas religiosas (como Testemunhas de Jeová), entre outros, eles não poderiam, de forma alguma, prendê-los. Isso ficava a cargo da *Kripo*.

A partir de 1939, com o começo da Segunda Guerra Mundial, Himmler, vendo a oportunidade de expandir os serviços da SD para identificar ameaças fora do Terceiro Reich, criou o Escritório Principal de Segurança do

Reich (EPSR) em 27 de setembro de 1939. Essa organização fez com que a SD e o EPSP fossem formalmente unificados e foram liderados até 1942 por Heydrich, quando ocorreu sua morte.

Em relação às deportações para os campos de concentração, a *Sicherheitsdienst* teve um grande papel, principalmente na Holanda, onde era responsável por coordenar as deportações de judeus holandeses para suas mortes.

Ao final da guerra, durante o julgamento do Tribunal de Nuremberg, a SD foi declarada como uma organização criminosa.

EINSATZGRUPPEN, OS ESQUADRÕES DA MORTE

As unidades chamadas *Einsatzgruppen*, ou esquadrões da morte, eram derivadas da Polícia de Segurança e da SD. Foram criadas no começo de 1938. Ficaram conhecidas como “Esquadrões da Morte” após a invasão da Alemanha Nazista na União



Soviética, em junho de 1941. Eram formados por quatro batalhões: *Einsatzgruppen A*, *Einsatzgruppen B*, *Einsatzgruppen C* e *Einsatzgruppen D*⁷.

Identificar e neutralizar inimigos nos novos territórios do *Reich* eram suas principais missões, porém também deveriam recrutar mais membros. A princípio eram unidades que continham pessoal da *Allgemeine-SS* e *Waffen-SS*, em um total de 3.000 indivíduos.

Ao longo do território soviético, visaram ao assassinato de judeus, ciganos, pessoas com deficiências deixadas em instituições, independente de gênero ou idade, além de oficiais soviéticos.

Os Esquadrões da Morte operavam com a ajuda de civis e da polícia local, que denunciavam aqueles que se enquadravam nas características de ameaça ao Império, para levá-los aos campos de extermínio criados na Polônia, por meio de um programa nazista chamado “Solução Final”.

a) *Einsatzgruppe A*

O comandante desta unidade era Heinz Jost. O objetivo era chegar até Leningrado (St. Petersburg), porém, enquanto faziam a passagem pelos territórios da Estônia, Letônia e Lituânia, mataram judeus das cidades de Kovno, Riga e Vilna.

b) *Einsatzgruppe B*

Seu primeiro comandante era Arthur Nebe, que foi declarado como traidor por participar do atentado contra a vida de Adolf Hitler. Então, Himmler o substituiu por Erich Naumann, que já havia comandado outra unidade, a *Einsatzgruppe IV*, durante a invasão da Polônia, deixando 6.000 mortos. Na invasão da União Soviética, tinham como missão chegar até Smolensk e Minsk, porém, enquanto faziam sua passagem por outras cidades, mataram judeus de Mogilev, Grodno, Slonim e Brest-Litovsk.

c) *Einsatzgruppe C*

O comandante dessa unidade era Otto Rasch, que possuía



dois doutorados⁸ e havia sido nomeado comandante da *Gestapo* em Frankfurt. Assim que a URSS foi invadida, sua unidade tinha como missão chegar até Kharkov e Rostov-on-Don. No caminho, os judeus das cidades de Kremenez, Lwów, Tarnopol, Kiev, Zhytomyr e Kharkov foram massacrados. Em Kiev, especificamente, foi criada na ravina de Babi Yar uma vala-comum onde, em apenas dois dias, no final de setembro de 1941, 33.771 judeus foram assassinados. O objetivo desta operação era matar a maior quantidade de judeus de uma só vez, portanto, os nazistas amontoavam de grupos em grupos homens, crianças, mulheres e bebês.

A pedido de um soldado da unidade, a mãe deveria colocar seu filho bem em frente ao seu coração para que, ao atirar, a bala matasse os dois de uma só vez, fazendo com que se economizasse munição.

d) Einsatzgruppe D

Essa unidade massacrrou judeus das cidades de Simferopol, Sevastopol, Nikolayev, Kherson, Fedosiya e na região de Krasnodar. Seu comandante era Otto Ohlendorf. Segundo registros do USHMM,

em janeiro de 1942, Ohlendorf reportou que sua unidade tinha assassinado 17.645 judeus entre 16 de novembro e 15 de dezembro de 1941, na Crimeia ocidental⁹.

Após a guerra, Otto Ohlendorf foi julgado e sentenciado à morte pelos seus crimes. A sentença foi executada em 7 de junho de 1951.

GESTAPO, A POLÍCIA POLÍTICA SECRETA

A *Gestapo* foi uma força policial criada por Hermann Göring em 1933, utilizando outras forças de segurança que já existiam na Prússia antes de Hitler chegar ao poder, exercendo um papel de controlar a violência entre os



membros de partidos de extrema-direita e extrema-esquerda. A partir de 1933, o Führer tem ao seu dispor uma organização brutal e eficiente para perseguir seus oponentes à medida que as prioridades do Império iam mudando.

Muito conhecida pelos seus métodos de conseguir o que era necessário, fazia o uso de técnicas de tortura durante os interrogatórios, busca, apreensão domiciliar, informantes e vigilância. Tinha como função também coordenar as deportações das ameaças ao Império para guetos e campos de concentração. Não utilizava uniforme para que seus agentes não fossem identificados pelos oponentes políticos.

A partir de 1936, a *Gestapo* passou a ser denominada como Polícia da Segurança, por ter sido unida à *Kripo* (Polícia Criminal). E, no começo da guerra, em setembro de 1939, a Polícia da Segurança foi incorporada à SS e à SD.

Durante sua existência, a Gestapo foi comandada por pro-

eminentes nazistas, como Himmler, após a unificação das forças policiais. Para que seus serviços fossem objetivos e diretos, ela foi dividida em seis seções.

- Seção A: responsável por monitorar marxistas, comunistas, reacionários e liberais;

- Seção B: responsável por monitorar católicos, protestantes, judeus e maçons;

- Seção C: processava ordens de prisão preventiva;

- Seção D: responsável por monitorar os territórios ocupados pelos nazistas;

- Seção E: responsável por monitorar ações de espionagem na Alemanha;

- Seção F: realizava o policiamento de estrangeiros e serviços de fronteira.

Entre essas seções, a Seção D foi a responsável por agregar profissionais dos *Einsatzgruppen* e tiveram relação direta com o extermínio das ameaças ao Império. No Tribunal de Nuremberg esta organização também foi declarada criminosa, todavia,



seus membros receberam penas leves em comparação aos funcionários dos Esquadrões da Morte.

Fig. 2 - Quartel-General da Gestapo do Escritório Principal de Segurança.



Fonte: Museu e Memorial do Holocausto dos Estados Unidos.

Atualmente, no local do antigo prédio da *Gestapo* em Berlim, existe a Topografia do Terror, um museu dedicado a transmitir com fotos e documentos todo o horror que os nazistas e seus auxiliares perpetraram na Europa.

KRIPO, A POLÍCIA CRIMINAL

Antes de Adolf Hitler chegar ao poder, esta organização já existia nos estados alemães, e era

muito respeitada dentro e fora da Alemanha. Suas responsabilidades permeavam as questões criminais e forenses. Após a Grande Depressão, os funcionários da *Kripo* começaram a questionar as atitudes do governo para com os crimes que ocorriam, acreditando ser uma consequência das más condições sociais, políticas e econômicas, e ao final da República de Weimar, eles estavam superlotados de casos. Devido a essa situação, muitos se aliaram ao Partido Nazi, apreciando as promessas que o partido fazia.

Chegou um ponto em que os próprios membros da Polícia Criminal culpavam o governo por manipular os jornais que noticiavam criminosos como heróis. Por conseguinte, o Partido Nazi angariava mais seguidores.

Já na era nazista, um decreto foi sancionado, “Detenção Preventiva”, em 13 de novembro de 1933. Esse decreto aumentava o poder das polícias, permitindo que eles prendessem uma suposta ameaça.



Depois que a *Kripo* e a *Gestapo* foram unificadas, esta organização teve ainda mais território para executar suas missões. Himmler criou subescritórios para detectar e prender criminosos de todos os tipos, como vigaristas, ladrões, batedores de carteira, viciados e traficantes de pessoas. Esses eram considerados criminosos profissionais. Um dos subescritórios criados foi o chamado “Escritório Central do Império para Combater a Homossexualidade e o Aborto”, em outubro de 1936.

A *Kripo* estabeleceu uma teoria racial-biológica de interpretação de crimes, pois, para os nazistas, existiam pessoas que “manchavam” a saúde racial da sociedade alemã. No artigo da USHMM *The Nazi Kripo*, tem-se a definição do que era um crime por Arthur Nebe: “uma recorrente doença no corpo das pessoas”¹⁰, significando que as pessoas que cometiam crimes tinham uma doença que era hereditária, e, por isso, essa doença deveria ser remediada com a imediata

exclusão dessas pessoas e de sua prole da sociedade, pois a prole possivelmente se tornaria criminosa no futuro. Mais de 70 mil pessoas foram enviadas para campos de concentração entre 1933 e 1945, pela *Kripo*.

Outro subsidiário da *Kripo* era o Instituto Criminal Técnico da Polícia de Segurança. Sua atuação durante o Terceiro *Reich* foi desenvolver meios de matar pessoas utilizando gás. Com o apoio do Programa de Eutanásia, este instituto desenvolveu as vans de gás que utilizavam monóxido de carbono para asfixiar pessoas com deficiências físicas e/ou intelectuais. Após a conclusão de que era um método que poderia ser ampliado para executar em um espaço em que coubessem mais seres humanos, a Polícia Criminal levou para os campos de Belzec, Sobibor e Treblinka esta terrível invenção.

Um dos campos que a *Kripo* administrava se chamava Marzahn, situado perto de Berlim. Lá, eles levavam indivíduos denominados associiais, ou seja, pessoas



que não vivem uma vida normal, como os ciganos. Muito diferente de outros campos construídos pelos nazistas, esse campo não tinha barracões e prédios oficiais. Os prisioneiros viviam em carroças que, em um mundo normal, seriam suas casas e meio de transporte, por terem uma vida nômade.

Fig. 3 – O Campo de Merzahn, onde os prisioneiros ciganos viviam em carroças



Fonte: Museu e Memorial do Holocausto dos Estados Unidos

Quando tudo chegou ao fim, os membros da Polícia Criminal tentaram se esquivar de seus crimes dizendo que tudo o que foi feito estava dentro das leis do Império e que os maiores culpados eram os funcionários da Gestapo.

ORDNUNGSPOLIZEI (ORPO), A POLÍCIA DA ORDEM

As forças policiais uniformizadas e descentralizadas, que já eram parte dos estados alemães, tornaram-se uma única instituição quando, em 1936, o Escritório Central da Polícia da Ordem foi inaugurado, comandado por Kurt Dalwege, ex-dirigente da SS.

Além dos seus serviços básicos de resgate, incêndios e serviços médicos, a organização era dividida em três subgrupos

[...] organizados de acordo com o tamanho e a densidade populacional da comunidade em que serviam¹¹.

- a Gendarmaria era responsável por policiar áreas rurais;
- a Polícia da Comunidade, ou *Gemeindepolizei*, policiava as cidades pequenas;
- a Polícia de Proteção, ou *Schutzpolizei (Schupo)*, patrulhava as cidades grandes.

Após a subida de Hitler ao poder, os membros da Polícia da



Ordem passaram pela nazificação e, a partir de então, deveriam executar as leis antissemitas, não intervindo caso algum judeu na rua fosse agredido ou humilhado.

Suas responsabilidades foram aumentando conforme o Império crescia e alcançava novos patamares.

Durante a guerra, trabalharam também com os *Einsatzgruppen*, porém, tinham outro nome: batalhões policiais, formados por membros militarizados. O sucesso na invasão da Polônia foi tão grande, que Kurt Daluege criou mais batalhões e empregou homens de 20 a 30 anos. Uma dessas unidades criadas foi a Reserva, com 95 mil homens por volta dos 30 anos de idade que não queriam servir ao Exército Alemão, e conseguiu, também, recrutar mais 26 mil jovens na casa dos 20 anos que tinham como objetivo seguir carreira na Polícia.

A Reserva teria educação diferenciada das outras unidades, incluindo treinamento militar e doutrinação da ideologia nazista.

A partir de 1940, essas unidades foram espalhadas pelos territórios conquistados pelo Terceiro *Reich*, com o objetivo de proteger pontos estratégicos e prédios utilizados pelos nazistas contra sabotagem.

Na Polônia, especificamente, os policiais da ordem ficaram responsáveis por vigiar os judeus, controlar as multidões e gerenciar os guetos. Dentro dos guetos, bairros afastados do centro da cidade onde os próprios judeus eram obrigados a construir muros e depois eram presos em seu interior, os policiais humilhavam a população de várias maneiras, cortando as barbas dos judeus ortodoxos, fazendo-os dançar na frente de um grupo de soldados, forçando crianças a esfregar o chão cheio de sangue e depois carregando os corpos para algum buraco próximo, entre muitos outros atos de violência contra esse povo. Após a invasão da União Soviética, alguns batalhões da Polícia da Ordem foram responsáveis por massacres perpetrados em várias regi-



ões, inclusive na ravina de Babi Yar pelos batalhões 45, 303 e 314.

Referente à Solução Final para a Questão Judaica, os oficiais da polícia não estavam diretamente ligados aos campos de concentração, porém, foram responsáveis pela facilitação do transporte das vítimas as suas mortes.

A partir de 14 de junho de 1942, por exemplo, uma pequena unidade de 16 policiais da Ordem de Viena acompanhou uma deportação de Viena até o campo de extermínio de Sobibor, numa viagem que durou três dias [...] e todos que chegaram foram levados imediatamente para a câmara de gás¹².

No Tribunal, os policiais julgados declararam não estarem envolvidos em crimes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As forças policiais do Terceiro *Reich* foram de grande utilida-

de para Hitler concretizar seus objetivos.

O Führer chega ao poder com uma única visão: retirar do espaço vital da raça pura ariana aqueles que ameaçavam sua existência. Ele sabia que isso só seria possível com a ajuda de forças armadas, que repreenderiam as raças “inferiores” e as expulsariam do território do Terceiro Império Alemão.

A SA, SS, SD, *Gestapo*, *Kripo*, Polícia da Ordem e os *Einsatzgruppen* foram instrumentos utilizados para forjar a maior tragédia que a humanidade já vivenciou chamada Holocausto, e que hoje historiadores se dedicam a trazer à luz todos os horrores que os nazistas perpetraram para que esta barbárie jamais se repita.

BIBLIOGRAFIA

BARLOW, Greg. SS: corps of Nazi Party. *Britannica*. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/SS>. Acesso em: 15 jul. 2024.



BROWNING, Christopher R. *Ordinary Men: Reserve Police Battalion on 101 and the Final Solution in Poland*. La Porte: Harper Perennial, 1998.

GILBERT, Martin. *O Holocausto: História dos Judeus da Europa na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Hucitec, 2010.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. *Einsatzgruppen: an overview*. Disponível em <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/einsatzgruppen>>. Acesso em: 15 jul. 2024.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. *Sicherheitsdienst*. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/sd>. Acesso em: 15 jul. 2024.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. *SS: a polícia do Estado*. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/ss>. Acesso em: 15 jul. 2024.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. *The Nazi Kripo* (Criminal Police). Disponível em <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/the-nazi-kripo-criminal-police-1>>. Acesso em 18 set. 2024.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. *The SA*. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/sa-storm-troopers>. Acesso em: 15 jul. 2024.

VASCONCELOS, Fernando de Medeiros. As Polícias Militares e suas missões. *Revista do Instituto Histórico Militar*, São Paulo, 2015.

WESTERMANN, Edward. Ordnungspolizei: Nazi police agencies. *Britannica*. Disponível em <<https://www.britannica.com/topic/Ordnungspolizei>>. Acesso em 19 jul. 2024.

NOTAS

¹ VASCONCELOS, Fernando de Medeiros. As Polícias Militares e suas missões. *Revista do Instituto Histórico Militar*, São Paulo, 2015.

² UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. *The SA*. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/sa-storm-troopers>.



ent/en/article/sa-storm-troopers.
Acesso em: 15 jul. 2024.

³ UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. SS: a polícia do Estado. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/ss>. Acesso em: 15 jul. 2024.

⁴ BARLOW, Greg. SS: corps of Nazi Party. *Britannica*. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/SS>. Acesso em: 15 jul. 2024.

⁵ UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. *Sicherheitsdienst*. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/sd>. Acesso em: 15 jul. 2024.

⁶ Ibid.

⁷ UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. *Einsatzgruppen*: an overview. Disponível em <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/einsatzgruppen>>. Acesso em: 15 jul. 2024.

⁸ Por seu percurso acadêmico, era chamado de *doktor, doktor*, ou seja, duas vezes doutor.

⁹ Ibid.

¹⁰ UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. *The Nazi Kripo* (Criminal Police). Disponível em <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/the-nazi-kripo>

criminal-police-1>. Acesso em: 15 jul. 2024.

¹¹ WESTERMANN, Edward. Ordnungspolizei: Nazi police agencies. *Britannica*. Disponível em <<https://www.britannica.com/topic/Ordnungspolizei>>. Acesso em 19 jul. 2024.

¹² Ibid.

Tenente Suarez: uma veterana de guerra na política partidária da redemocratização brasileira (1945-1947)¹

Daniel Mata Roque ^a

Fernando Porto ^b

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir, analiticamente, a trajetória biográfica da enfermeira militar brasileira Maria da Conceição Suarez Greger por meio de sua atuação política nas eleições municipais de 1947 em Curitiba, capital do Estado do Paraná, na região Sul do Brasil. Suarez serviu como tenente-enfermeira durante a Segunda Guerra Mundial integrando a Força Expedicionária Brasileira, em 1944 e 1945, no primeiro grupo de mulheres militares do país. De volta ao Brasil, se candidatou ao cargo de vereadora. Naquele ano ocorreram as primeiras eleições municipais no Brasil em mais de uma década, com o fim do governo autoritário de Getúlio Vargas, que promulgara o Código Eleitoral com a instituição do voto feminino em 1932. Com uma abordagem micro-histórica, analisamos os significados e as motivações que culminaram na participação de uma mulher militar e veterana de guerra na disputa partidária daquele momento de transição política e reinício democrático, em um cenário até então quase exclusivamente masculino.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; Força Expedicionária Brasileira; Eleições de 1947; Micro-história.

INTRODUÇÃO

Em 1932 foi sancionado o novo Código Eleitoral Brasileiro,

que criou a Justiça Eleitoral para conduzir os processos de votação e consagrou o direito das mulheres de votar e ser votadas. No

a Cineasta e historiador, doutor em ciências. Associado Titular Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

b Enfermeiro e historiador, doutor em Enfermagem. Professor Titular e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Biociências da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.



ano seguinte, o Estado de São Paulo elegeu a primeira deputada federal do país, a médica Carlota Queiróz, para a Assembleia Constituinte.²

Em 1944, com o envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para lutar na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), foi aberto o processo de voluntariado para incorporação de enfermeiras, que se tornaram as primeiras mulheres legalmente admitidas como militares nas Forças Armadas brasileiras.³

Neste período de revolução social e de novos padrões de comportamento, em que “a tomada do poder pelas saias parecia iminente”⁴, algumas biografias se destacam e despontam como representativas de grupos e ideias, ou até como raridades excêntricas. Este artigo tem como objetivo discutir, analiticamente, a trajetória biográfica⁵ da enfermeira militar Maria da Conceição Suarez Greger por meio de sua atuação política nas eleições municipais de 1947 em Curitiba,

capital do Estado do Paraná, na região Sul do Brasil.

Para tanto, utilizamos o método histórico, na dimensão da História Social e no domínio da História das Mulheres⁶, e procedemos a uma abordagem micro-histórica⁷. Para construir a narrativa, partimos de fontes documentais e materiais jornalísticos localizados no Arquivo Histórico do Exército, na Biblioteca Nacional, no Museu do Expedicionário, no Arquivo Público do Paraná e na Biblioteca Nacional, tendo como critério de seleção da documentação a aderência à investigação no recorte temporal de 1945 a 1947. Utilizando a técnica de triangulação de dados⁸, as informações foram cruzadas, comparadas, validadas ou questionadas, como estratégia para dar credibilidade e confiabilidade aos resultados.

Os dados aqui apresentados refletem os resultados preliminares de uma pesquisa ainda em andamento, a ser aprofundada.



MULHERES EM GUERRA

Maria da Conceição Suarez nasceu em Curitiba, capital do Estado do Paraná, em 2 de fevereiro de 1909⁹, filha de Bartolomeu Adolfo Vidal Suarez e Conceição Gonçalves Suarez, naturais do Rio Grande do Sul. Aos vinte anos de idade, media um metro e sessenta e dois centímetros de altura, era branca, tinha cabelos e olhos castanhos.¹⁰

Formou-se professora normalista pelo Instituto de Educação do Estado do Paraná e passou a lecionar em classes primárias das escolas mantidas pela Secretaria de Educação, a partir de julho de 1932, com destaque para o Grupo Escolar Lisímaco Ferreira da Costa, em Curitiba.

Realizou o curso de Enfermeira Samaritana da Cruz Vermelha Brasileira, em Curitiba, em 1940. Tendo se apresentado voluntariamente para integrar a Força Expedicionária Brasileira (1944-1945) durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Suarez foi matriculada no Curso

de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército (CEERE), realizado no Quartel-General da 5ª Região Militar, para adaptação de técnicas e práticas da cultura militar, onde se formou com média final de 9,66 e conceito “ótimo”.¹¹ Em seu formulário de voluntária do Exército, ela declarou ter seis meses de experiência em clínica hospitalar, ser fluente em português e espanhol e não saber dirigir.

Suarez seguiu para a Itália com o 14º Grupo de enfermeiras, partindo do Rio de Janeiro (Aeroporto Santos Dumont) em 19 de outubro de 1944. A viagem aérea teve várias escalas em território brasileiro, em especial em Natal, capital do estado brasileiro do Rio Grande do Norte e então sede de uma base aérea americana, apelidada de Trampolim da Vitória na ligação entre os continentes americano e africano. Suarez permaneceu em Natal por dez dias e seguiu com escalas na região do Norte da África, já controlada pelos Aliados. Chegou a



Nápoles em 3 de novembro do mesmo ano.¹²

Durante a guerra, serviu no setor de clínica cirúrgica de três hospitais norte- americanos: o 182º *Station Hospital*, o 300º *General Hospital* e o 45º *General Hospital*, este último durante a maior parte do tempo.

Maria Suarez deixou a Itália em 5 de junho de 1945, um mês após o fim da guerra, integrada ao 10º grupo de enfermeiras. Voltou a pisar em solo brasileiro em 18 de junho, quando desembarcou em Natal, tendo chegado ao Rio de Janeiro três dias depois. De volta ao Brasil, foi dispensada do serviço ativo em outubro de 1945, retornando à sua cidade natal. Foi agraciada com a Medalha de Campanha, a Medalha de Guerra e a Medalha da Cruz Vermelha Brasileira (grau ouro).

Ela recebeu alguns elogios, coletivos e individuais, em suas folhas de alteração, o histórico da vida profissional do militar. Destacamos um, assinado pelo tenente-coronel-Médico Augusto

Sette Ramalho, chefe da Seção Brasileira de Hospitalização (SBH) do 45º *General Hospital*:

[A Enfermeira Maria da Conceição Suarez] trabalhou desde o início numa enfermaria com grande responsabilidade e soube corresponder ao esforço que lhe era exigido. Demonstrou capacidade de trabalho, correção, boa vontade e manteve sempre uma atitude louvável. Agradeço-lhe tudo o que fez, com o que manteve a elevada opinião que sempre tive de si.¹³

No Brasil, Maria da Conceição Suarez casou-se em 29 de outubro de 1949 com o major Gert Greger¹⁴, natural de Väster- vik, Suécia, que durante a Segunda Guerra Mundial ingressou na Força Aérea do Reino Unido como mecânico. Inferimos que os dois se conheceram na Itália durante a guerra, mas não foi possível confirmar documentalmente. A certidão de casamento informa que o noivo era seis anos mais novo do que a noiva e que esta incorporou seu sobrenome,



passando a assinar Maria da Conceição Suarez Greger. Ambos declararam residir em Curitiba.¹⁵ O casal não teve filhos.

Após a guerra, Suarez retomou sua carreira de professora primária na Secretaria de Educação do Estado do Paraná, onde, como enfermeira, também atuou como educadora sanitária.¹⁶ Em maio de 1955, a enfermeira Suarez participou das comemorações dos dez anos do fim da guerra, promovidas pela Legião Paranaense do Expedicionário em Curitiba. Na ocasião, foi entrevistada para uma matéria no jornal *Diário do Paraná*, na qual relembra o contexto do Dia da Vitória, 8 de maio de 1945, quando estava de plantão e trabalhava no 45º *General Hospital*, na cidade de Livorno: “Foi um dos grandes dias da humanidade. Choramos e rimos, nós e o povo italiano. Gosto de lembrar disso.”¹⁷

Fig. 1 - 2º Tenente Maria da Conceição Suarez em 1945



Fonte: Valadares, 1976, p. 83.

ENFERMEIRA, MILITAR E POLÍTICA

O fim do Estado Novo (1937-1945) no Brasil foi um evento marcado tanto por um golpe de Estado comandado pelos militares de alta patente sem derramamento de sangue quanto pela eleição federal de dezembro de 1945, a primeira eleição direta para a Presidência da República desde 1930 e a primeira vez na história brasileira em que as mu-



lheres votaram para escolher o mais alto mandatário do país.¹⁸ Na mesma eleição foram escolhidos senadores e deputados federais, que formaram a Assembleia Constituinte e promulgaram a Constituição Federal de 1946.

No ano de 1947 ocorreram dois ciclos eleitorais: em 19 de janeiro foram eleitos¹⁹ senadores, deputados federais, governadores, vice-governadores, deputados estaduais e vereadores (estes apenas no então Distrito Federal, cidade do Rio de Janeiro); e, no final do mesmo ano, iniciaram-se as eleições municipais, também as primeiras no Brasil em mais de uma década.

Entre setembro de 1947 e março de 1948 ocorreram eleições municipais para prefeitos²⁰, vice-prefeitos e vereadores, com a maioria das eleições em todo o país ocorrendo no mês de novembro.²¹ As eleições de 1947 representaram o primeiro processo eleitoral municipal coordenado nacionalmente desde a criação da Justiça Eleitoral e da legislação do voto feminino no

Brasil²², ambas conquistas de 1932²³, embora ainda não em data sincronizada. O Brasil tinha então 1.677 municípios.²⁴

No Estado do Paraná, então com 79 municípios, as eleições municipais ocorreram sincronicamente em 16 de novembro de 1947, com 267.977 eleitores registrados e o comparecimento de 181.416.²⁵ A cidade de Curitiba contava então com pouco mais de quarenta e cinco mil eleitores, em uma população de cerca de cento e cinquenta mil habitantes.²⁶

Nesse contexto, a enfermeira militar Maria da Conceição Suarez candidatou-se a uma vaga como vereadora na Câmara Municipal de Curitiba, em uma campanha marcada por cinco candidaturas femininas para aquele legislativo municipal: Juvellaine Ferreira Paredes (pelo Partido Socialista Brasileiro – PSB), Maria da Conceição Suarez (pelo Partido Social Trabalhista – PST), Maria Olympia Carneiro (pelo Partido Social Trabalhista – PST), Olga da Silva Balster (pelo Parti-



do Trabalhista Brasileiro – PTB) e Porcia Guimarães Alves (pela União Democrática Nacional – UDN).²⁷

Suarez foi candidata pelo Partido Social Trabalhista (PST), pequeno partido fundado naquele mesmo ano e aliado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado pelo ex-presidente e ex-ditador Getúlio Vargas em 1945, no fim de seu regime autoritário, apresentando um posicionamento de centro-esquerda.

A historiadora Angela de Castro Gomes sustenta que o trabalhismo brasileiro, inspirado no modelo trabalhista britânico, é uma ideologia específica e complexa, criada na Era Vargas (1930-1945) sob a liderança do próprio presidente/ditador e de seu principal ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho. É essa ideologia, com seus partidos derivados no final do Estado Novo (1937-1945), que permitirá a participação da classe trabalhadora, e dos trabalhadores urbanos em particular, de forma cole-

tiva e organizada, como atores relevantes no cenário político-eleitoral, estendendo sindicatos e outras representações classistas.²⁸

Participaram da mesma eleição de 1947, em Curitiba, outros veteranos da Força Expedicionária Brasileira, notadamente Agostinho José Rodrigues²⁹ e Felipe Aristides Simão³⁰, que mais tarde teriam uma longa carreira política no estado do Paraná, embora nenhum deles tenha sido eleito nesta ocasião. Maria Suarez parece ter sido a única enfermeira veterana da FEB a tentar entrar para a política em algum momento.

Como candidata, Suarez se apresentou como professora e enfermeira militar, exibindo seu uniforme, suas medalhas e seu histórico profissional como indícios de coragem e capacidade de trabalho. A guerra foi, neste caso, também um processo em busca de voz, autonomia e capacidade de autorrepresentação.

Segundo Michelle Perrot, de todas as fronteiras impostas ao



longo do tempo para impedir que as mulheres atuassem na sociedade, a mais difícil de ser superada foi a da área política, como eleitoras e candidatas. Como a política representa o centro das decisões sobre a comunidade, ela foi “naturalmente” destinada à ação masculina.³¹ A guerra, outra atividade tradicionalmente masculina, foi uma das brechas que permitiu minar esse sistema excludente.

Perrot diz que as guerras podem reforçar as diferenças entre os sexos e, ao mesmo tempo, permitir um intercâmbio de papéis ou uma nova ocupação de espaços: nas duas guerras mundiais, os homens que partem para a frente de batalha deixam para trás profissões e locais públicos que monopolizavam, e que agora serão necessariamente exercidos e ocupados pelas mulheres da retaguarda, mesmo em atividades bélicas complementares, como fábricas de munições ou hospitais de sangue.

Segundo a historiadora, já que também promove uma rup-

tura de hábitos arraigados, “a sexualidade de guerra é problemática”³². E podemos conjecturar: quanto aumenta tal disputa quando as mulheres se encaminham para cada vez mais perto da linha de frente, ingressando efetivamente nas forças militares, ainda que permanecendo quase sempre em funções de retaguarda militar, como na Segunda Guerra Mundial? E quando, de volta da guerra, não querem retomar papéis secundários, mas efetivamente decidir sobre a coletividade?

Foi nesta condição de veterana de guerra, de mulher com autonomia profissional e social, que a enfermeira Maria da Conceição Suarez apresentou-se nas eleições de 1947.

Suarez teve apenas vinte e dois votos³³ e não foi eleita³⁴, mas Curitiba teve sua primeira vereadora nesta ocasião: Maria Olympia Carneiro³⁵, professora primária e militante comunista. Ela recebeu 436 votos e, aos 21 anos, tornou-se a primeira mu-



lher a exercer um mandato na Câmara Municipal de Curitiba.³⁶

Maria Olympia foi candidata pelo Partido Social Trabalhista (PST), mesmo partido de Suarez, uma vez que o registro do Partido Comunista do Brasil (PCB), ao qual havia sido filiada, foi cassado em maio do mesmo ano. Na eleição de janeiro de 1947 sua futura cunhada³⁷, Arcelina Mochel, fora eleita vereadora no Distrito Federal (hoje cidade do Rio de Janeiro) pelo próprio PCB, tendo outra comunista, Odila Michel Schmidt, como companheira de bancada.³⁸ Com a proibição do PCB, ambas tiveram os mandatos cassados em janeiro de 1948. Maria Olímpia, eleita pelo PST, conseguiu se manter no cargo até 1951, quando encerrou-se aquela legislatura, tendo inclusive exercido a função de 2ª secretária da mesa diretora³⁹.

Apesar de não ter conseguido se eleger e de não ter disputado outras eleições na vida, a então Tenente Suarez inscreveu seu nome na história política brasileira ao participar de um impor-

tante processo eleitoral no lento movimento de redemocratização que o Brasil vivia no final da década de 1940, com o pioneirismo das mulheres como candidatas e eleitoras, contribuindo para sua emancipação política e social.

Sua atuação durante a guerra e depois dela, também, foi decisiva para que a carreira militar se tornasse uma possibilidade para as mulheres, pois retornou ao serviço ativo em 1957, como muitas companheiras veteranas.

A enfermeira militar ainda se dedicou à memória da guerra e ao auxílio aos companheiros ex-combatentes com dificuldades financeiras e de saúde, fazendo parte da diretoria da Legião Expedicionária Paranaense (LPE), associação dedicada à história e à ajuda mútua entre os veteranos.⁴⁰ No ano seguinte à sua morte, quando da sessão solene em comemoração ao aniversário da Tomada de Monte Castello na sede da LPE, foi prestada uma homenagem à sua memória, destacando-se sua atuação como



enfermeira voluntária na guerra.⁴¹

RETORNO AO SERVIÇO ATIVO E APOSENTADORIA COM SEQUELAS

Em 1957, por meio da Lei nº 3.160, de 1º de junho de 1957, que permitiu o retorno de enfermeiras veteranas da Força Expedicionária Brasileira ao serviço ativo do Exército em tempos de paz, a Tenente Suarez solicitou sua reconvocação. Foi efetivamente reintegrada em 16 de setembro, no posto de 2ª tenente, e em 25 de outubro foi nomeada encarregada do serviço de Higiene Alimentar do Hospital Geral de Curitiba, onde passou a trabalhar. Suarez atuou em diversas funções no hospital e como adida do Serviço de Saúde da 5ª Região Militar, inclusive viajando ao Rio de Janeiro para acompanhar pacientes gravemente enfermos removidos para tratamento no Hospital Central do Exército (HCE).⁴²

Em julho de 1962 foi submetida à inspeção de saúde e foi considerada “apta para o serviço militar”, sendo promovida ao posto de 1º tenente em 13 de setembro do mesmo ano, por proposta de seu chefe, ao completar cinco anos de serviço militar em tempo regulamentar.⁴³

A experiência extrema da guerra cobrou seu preço e deixou marcas, físicas e psicológicas, geradas ou agravadas, em diferentes níveis e durações, em todos os veteranos que vivenciaram seus horrores, sofrimentos e sacrifícios. Em julho de 1963, a Tenente Suarez foi, na terminologia militar para os pacientes, baixada ao Hospital Geral de Curitiba. Devido à aparente gravidade do caso, foi transferida para o Hospital Central do Exército, onde permaneceu internada por meses. Avaliada pela Diretoria de Saúde em 20 de novembro do mesmo ano, recebeu o parecer categórico: “Inválida. Total e permanentemente incapaz para qualquer trabalho”.⁴⁴ Tinha 54 anos de idade e 34 anos de servi-



ço público, civil e militar, na docência e na assistência.

Por decreto presidencial de 8 de junho de 1964, Maria da Conceição Suarez Greger foi transferida para a reserva e promovida ao posto de capitão, de acordo com o artigo 1º da Lei nº 288, de 8 de junho de 1948, que dispôs sobre o direito de promoção um posto acima a todo veterano da Força Expedicionária Brasileira quando se aposentasse. No mesmo ato administrativo, foi promovida mais uma vez, ao posto de major, e reformada pela invalidez.

Essa segunda promoção decorreu da acumulação com a Lei nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954, que dispôs em seu artigo 33 que o militar julgado definitivamente incapaz para qualquer trabalho em razão de problemas de saúde, independentemente de estes terem relação de causa e efeito com seu serviço, teria direito à promoção quando reformado, isso é, aposentado definitivamente.⁴⁵

O caso de Suarez estava coberto pela letra “d” do artigo 30 da mesma lei, que lista possíveis doenças como “tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia, câncer ou cardiopatia grave”. Sua ficha de avaliação, assinada por três médicos, fala em “paralisia considerável” e enumera, no campo do diagnóstico, os códigos de doença 420.0, 434.2, 420.1 e 454, que não pudemos ainda esclarecer e elucidar mediante a documentação da época.⁴⁶

A major Maria da Conceição Suarez Greger morreu em 14 de novembro de 1970, aos 61 anos de idade, na cidade de Curitiba. Seu legado, no entanto, continua vivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cumprimos o objetivo de discutir, analiticamente, a trajetória biográfica da enfermeira militar Maria da Conceição Suarez Greger por meio de sua atuação política nas eleições municipais de 1947 em Curitiba, capital



do Estado do Paraná, na região Sul do Brasil.

Procuramos destacar sua breve - mas marcante - trajetória política não apenas pelo pioneirismo da situação, mas como evidência de que o voluntariado para a guerra atraiu mulheres com perfis e histórias muito diferentes, com variados objetivos e motivações misturados ao patriotismo, e um deles era conquistar direitos e independência naquele mundo público ainda quase exclusivamente masculino. Ao lutar em uma guerra e disputar uma eleição, Maria da Conceição Suarez Greger ajudou a construir o Brasil e o mundo que conhecemos hoje.

Este artigo se insere em um contexto mais amplo de pesquisas em andamento sobre enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira, seu perfil biográfico e suas trajetórias no pós-guerra. Acreditamos ter contribuído para lançar luz sobre uma dessas personagens, evidenciando possibilidades de pesquisa e caminhos a serem seguidos para estudos

interdisciplinares sobre a Segunda Guerra Mundial e seus efeitos no Brasil.

Apontamos como lacunas neste texto o acesso limitado às fontes e a impossibilidade de pesquisar o acervo pessoal de María Suarez, atualmente sob a custódia de seus sobrinhos. Novas pesquisas e novos documentos nos permitiriam aprofundar a campanha política que ela empreendeu e fornecer maiores detalhes sobre sua vida familiar e profissional no pós-guerra.

FONTES

Arquivo do Museu do Expedicionário. Livros de atas.

Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Major Maria da Conceição Suarez Greger.

Arquivo Público do Paraná. Fundo do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Cronologia das eleições. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes>



/historia/ cronologia-das-eleicoes. Acesso em 26 mai 2024.

MARTINS, João Cândido. Maria Olympia Carneiro Mochel, a primeira vereadora de Curitiba. Disponível em <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/nossa-memoria/galeria-de-vereadoras/noticias-da-galeria-de-vereadoras-1/maria-olimpia-carneiro-mochel-a-primeira-vereadora-de-curitiba>. Acesso em 26 mai 2024.

Portal Swedish Voluntary Aviators. Disponível em http://surfcity.kund.dalnet.se/swe-dish_aviators/sweden_greger.htm. Acesso em 23 out 2024.

“Comemoram os expedicionários paranaenses o Dia da Vitória”, *Diário do Paraná*, 8 mai 1955, p. 21.

“Expedicionários lembraram a Tomada de Monte Castelo”, *Diário do Paraná*, 20 fev 1971, p. 4.

“Falecimentos”, *Tribuna Popular* (RJ), 05 out 1946, p. 2.

O Jornal, 6 mai 1964, p. 7.

“Para devolver o Maranhão às suas tradições”, *O Combate*, 2 out 1958, p. 3.

BIBLIOGRAFIA:

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *Método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 2001.

BARROS, José D’Assunção. *O campo da história*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

BORGES, Vavy Pacheco. Fontes biográficas: grandezas e misérias da biografia. in PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2021.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. in AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945*. Rio de Janeiro: Departa-



mento de Imprensa Nacional, 1950.

CANSANÇÃO, Elza. *E foi assim que a cobra fumou*. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

COSTA, Helton; PIMENTEL, Carlos Henrique. *Dever e honra: veteranos da FEB legalistas e militantes de esquerda contra ditaduras e golpes no Brasil (1945-1995)*. Curitiba: Matilda Produções, 2022.

DEL PRIORE, Mary. *Sobreviventes e guerreiras: uma breve história das mulheres no Brasil (1500-2000)*. São Paulo: Planeta, 2020.

FAGUNDES, Luiz. *Almanaque Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2015.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *O voto feminino no Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019.

PEREIRA, Luciane de Fátima. *Legislaturas da Câmara Municipal de Curitiba: período 1947-2021*. Curitiba: Câmara Municipal de Curitiba, 2021.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2019.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. *Almanaque de dados eleitorais: Primeira República (1889-1930)*. Brasília: TSE, 2023.

ROQUE, Daniel Mata. *A Veterana*. Rio de Janeiro: AHIMTB, 2019.

VALADARES, Altamira. *Álbum biográfico das febianas*. Batatais: Centro de Documentação Histórica do Brasil, 1976.

VISCO, Nina Teruz. *Arcelina Mochel: a trajetória de uma militante comunista maranhense no Distrito Federal durante as décadas de 1940 e 1950*. Monografia (Graduação em História). PUC-RIO, 2022.



NOTAS

¹ Versão em inglês deste artigo foi apresentada no 49º Congresso da Comissão Internacional de História Militar, em Lisboa (Portugal), em setembro/2024.

² RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto Zulini. *Almanaque de dados eleitorais: Primeira República (1889-1930)*. Brasília: TSE, 2023.

³ ROQUE, Daniel Mata. *A Veterana*. Rio de Janeiro: AHIMTB, 2019.

⁴ DEL PRIORE, Mary. *Sobreviventes e guerreiras: uma breve história das mulheres no Brasil (1500-2000)*. São Paulo: Planeta, 2020. p. 157.

⁵ BOURDIEU, Pierre Bourdieu. A ilusão biográfica. in AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996; BORGES, Vavy Pacheco. Fontes biográficas: grandezas e misérias da biografia. in PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2021.

⁶ BARROS, José D'Assunção. *O campo da história*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

⁷ GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

⁸ ALVES-MAZZOTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *Método*

nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 2001.

⁹ Assim consta em Valadares, 1976, p. 83, e em sua certidão de nascimento, registrada somente em 1927, por ela própria. Sua certidão de casamento, no entanto, informa o mesmo dia no ano de 1911. Os dois documentos estão depositados no Arquivo Histórico do Exército, Pasta da major Maria da Conceição Suarez Greger.

¹⁰ Arquivo Histórico do Exército. Pasta da major Maria da Conceição Suarez Greger.

¹¹ CANSANÇÃO, Elza. *E foi assim que a cobra fumou*. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

¹² VALADARES, Altamira Pereira. *Álbum biográfico das febianas*. Batatais: Centro de Documentação Histórica do Brasil, 1976.

¹³ Ibid.

¹⁴ Informações preliminares indicam que ele serviu na frente da Finlândia em 1940 como piloto (cf. Portal Swedish Voluntary Aviators, disponível em http://surfcity.kund.dalnet.se/swedish_aviators/sweden_greger.htm, acesso em 23 out 2024) e que foi admitido em 1963 como professor de cursos isolados do Ministério da Educação e Cultura do Brasil, na Escola Técnica de Curitiba, na área de mecânica (cf. Decreto nº 65.163, de 15 de setembro



de 1969). Apesar dos indícios, em ambos os casos não pudemos confirmar a identidade do pesquisado ou se trata-se de homônimo(s).

¹⁵ Arquivo Histórico do Exército. Pasta da major Maria da Conceição Suarez Greger.

¹⁶ Ibid.

¹⁷ “Comemoram os expedicionários paranaenses o Dia da Vitória”, *Diário do Paraná*, 8 mai 1955, p. 21.

¹⁸ RICCI; ZULINI, op.cit.

¹⁹ Cronologia das eleições. Disponível em:

<https://www.tse.jus.br/eleicoes/historia/cronologia-das-eleicoes>. Acesso em 26 mai 2024.

²⁰ Pelo artigo 28 da Constituição Federal de 1946, os prefeitos das capitais estaduais e dos territórios, das estâncias hidrominerais e dos municípios de interesse para a Segurança Nacional não seriam eleitos, mas nomeados pelos respectivos governadores.

²¹ Em 1947, apenas os cargos de presidente e vice-presidente da República, então ocupados por Eurico Dutra e Nereu Ramos, respectivamente, empossados no ano anterior, não seriam renovados.

²² Em 1927 uma lei estadual do Rio Grande do Norte (Lei Estadual nº 660, de 25 de outubro de 1927) permitiu o alistamento eleitoral feminino pela primeira vez no Brasil. Algumas mu-

lheres se alistaram no mesmo ano e votaram em abril de 1928, em uma eleição suplementar para senador, mas os votos acabaram anulados. No mesmo ano, nas eleições municipais de setembro, por outro lado, algumas mulheres chegaram a ser eleitas vereadoras e Alzira Soriano se tornou a primeira prefeita do Brasil e da América Latina, governando o município de Lajes-RN até dezembro de 1930. O direito feminino ao voto só extrapolaria os limites estaduais, no entanto, a partir do Código Eleitoral de 1932, sendo logo tornado sem efeito prático pela ausência geral de eleições. cf MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *O voto feminino no Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019.

²³ RICCI; ZULINI, op.cit.

²⁴ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral do Brasil. *Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

²⁵ Ibid., p. 138.

²⁶ Ibid., p. 200.

²⁷ Arquivo Público do Paraná. Fundo do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Eleições de 1947.

²⁸ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.



²⁹ Deputado Estadual do Paraná (1954-1964), Governador interino do Estado do Paraná (1963), Deputado Federal (1966-1979), Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná (1968-1969).

³⁰ Vereador de Curitiba (1951-1963), Prefeito interino de Curitiba, capital do Estado do Paraná (1957-1958).

³¹ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 151.

³² *Ibid.*, p. 144.

³³ Arquivo Público do Paraná. Fundo do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Eleições de 1947.

³⁴ A votação das cinco mulheres foi a seguinte, em ordem decrescente: Maria Olympia Carneiro (436 votos, a única eleita), Porcia Guimarães Alves (73 votos), Olga da Silva Balster (52 votos), Juvellaine Ferreira Paredes (41 votos) e Maria da Conceição Suarez (22 votos).

³⁵ Após a eleição, devido ao casamento com Joaquim Rodrigues Mochel em 1948, passou a assinar Maria Olympia Carneiro Mochel. Joaquim Mochel, engenheiro agrônomo maranhense e destacado militante comunista em Curitiba, foi candidato a Deputado Estadual do Paraná pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) em 1950, mas não foi eleito. Oito anos depois conseguiu eleger-se Deputado Estadual

do Maranhão pelo Partido Social Progressista (PSP), exercendo o mandato de 1959 a 1963. Na legislatura seguinte ficou como suplente, sendo cassado em maio de 1964. Faleceu em 2007. Maria Olympia faleceu em 25/01/2008. cf O JORNAL, 06 mai 1964, p. 07.

³⁶ MARTINS, João Cândido. Maria Olympia Carneiro Mochel, a primeira vereadora de Curitiba. Disponível em <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/nossa-memoria/galeria-de-vereadoras/noticias-da-galeria-de-vereadoras-1/maria-olimpia-carneiro-mochel-a-primeira-vereadora-de-curitiba>. Acesso em 26 mai 2024.

³⁷ Outro futuro cunhado de Maria Olympia, Giordano Rodrigues Mochel, era militar de carreira e, como capitão, comandou a Companhia de Comando do III Batalhão do 1º Regimento de Infantaria na Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. Foi evacuado de volta para o Brasil, possivelmente ferido em combate. Giordano Mochel foi comandante da Polícia Militar do Maranhão em 1951 e elegeu-se Deputado Estadual do Maranhão pelo Partido Social Progressista (PSP) para a legislatura de 1955-1959. Em 1958 candidatou-se a Deputado Federal, não sendo eleito. Foi transferido para a reserva, no posto de tenente-coronel, em 11 de abril de 1964. Faleceu em São Luís-



MA em 16/01/2000. cf FAGUNDES, Luiz. *Almanaque Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2015; COSTA, Helton e PIMENTEL, Carlos Henrique. *Dever e honra: veteranos da FEB legalistas e militantes de esquerda contra ditaduras e golpes no Brasil (1945-1995)*. Curitiba: Matilda Produções, 2022; “Falecimentos”, *Tribuna Popular* (RJ), 05 out 1946, p. 2; “Para devolver o Maranhão às suas tradições”, *O Combate*, 2 out 1958, p. 3.

³⁸ VISCO, Nina Teruz. *Arcelina Mochel: a trajetória de uma militante comunista maranhense no Distrito Federal durante as décadas de 1940 e 1950*. Monografia (Graduação em História). PUC-RIO, 2022.

³⁹ PEREIRA, Luciane de Fátima. *Legislativas da Câmara Municipal de Curitiba: período 1947-2021*. Curitiba: Câmara Municipal de Curitiba, 2021. p. 89.

⁴⁰ Museu do Expedicionário. Livros de atas das décadas de 1940 a 1970.

⁴¹ “Expedicionários lembraram a Tomada de Monte Castelo”, *Diário do Paraná*, 20 fev 1971, p. 4.

⁴² Arquivo Histórico do Exército. Pasta da major Maria da Conceição Suarez Greger.

⁴³ Ibid.

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ Ibid.

As viúvas e os órfãos da Força Expedicionária Brasileira: Os heróis esquecidos

Wellington Corlet dos Santos ^a

Resumo: A História, comumente, só registra os feitos heroicos dos campos de batalha, ou dos grandes líderes, condenando ao esquecimento outras pessoas e acontecimentos sem os quais os protagonistas não existiriam. Sobre a Força Expedicionária Brasileira (FEB), quase tudo se conhece sobre a sua Campanha na Itália, sobre as batalhas, sobre as suas vitórias, sobre os seus generais, e sobre alguns dos seus heróis de combate, mas quase nada se conhece sobre a desmobilização apressada, sobre a ressocialização dos veteranos, sobre o tratamento dos feridos, sobre a demora na entrega das medalhas, e sobre a situação das viúvas e órfãos depois da guerra. A FEB teve 470 mortos, dentre os quais, 36 deixaram viúvas e/ou órfãos, sendo 31 crianças menores de 16 anos de idade: os “heróis esquecidos da FEB”.

Palavras-chave: Força Expedicionária Brasileira; Mortos da FEB; Viúvas; Órfãos.

INTRODUÇÃO

Este ano o Brasil comemora os 80 anos da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Campanha da Itália.

A FEB foi constituída por 25.334 brasileiros, carinhosa-

mente chamados de “pracinhas”, que foram enviados à Itália, entre os anos de 1944 e 1945, durante a Segunda Guerra Mundial, para lutar na Europa ao lado dos países Aliados contra os países totalitários do Eixo nazifascista.

Desde então, muito se tem

^a Coronel de Infantaria. Associado Correspondente Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



falado sobre a brava atuação dos nossos pracinhas nas batalhas, as suas vitórias, as esposas trazidas da Itália e, também, sobre outros aspectos menos glamorosos, tais como a desmobilização, a resocialização, os seus feridos e os mortos. Por outro lado, nunca se ouviu falar das viúvas e dos órfãos da Força Expedicionária Brasileira.

Considerando-se que a maioria dos integrantes da FEB era composta por jovens, nas graduações de 3º sargento, cabo ou soldado, é de se presumir, também, que eles ainda não fossem casados ou que não tivessem filhos. Então, dentre os mortos da FEB, alguém teria deixado viúva e/ou órfãos?

As viúvas e os órfãos da FEB, por terem perdido os seus maridos e pais, provedores, e por terem enfrentado diversas dificuldades na vida durante o pós-guerra, merecem o seu lugar de destaque na História, motivo pelo qual são objeto deste trabalho.

OS MORTOS, AS VIÚVAS E OS ÓRFÃOS DA FEB

Recentemente, têm aparecido diversos trabalhos atendendo à necessidade de valorização da família militar e do importante papel das mulheres na época da guerra e nos anos posteriores.

No dia 7 de outubro de 2023, na *Sala Maggiore*, no *Palazzo Comunale*, a Comuna de Pistoia, Itália, promoveu o evento *Le spose di guerra a Pistoia* (As noivas de guerra em Pistoia), durante o qual o Sr. Mario Pereira, filho do saudoso pracinha Mário Pereira (1G-295.854), apresentou a palestra “*Mancarono le spose - I pracinhas non furono piantati dalle loro vedove*” (As noivas estavam desaparecidas - Os pracinhas não foram lamentados pelas viúvas).

Independente do desenvolvimento e interpretação que possam ter sido dados à linha temática, o que imediata e indubitavelmente chama a atenção no referido evento é a importância



dada às famílias e ao papel das mulheres dos pracinhas.

Outro fato relevante é que foi justamente esse evento na Itália que motivou a pesquisa sobre as viúvas e órfãos da FEB, porque as informações colhidas por este autor, no Arquivo Histórico do Exército, serviram de apoio para a palestra do Sr. Mário Pereira.

Segundo o Roteiro da FEB, durante os 239 dias ação contínua contra o inimigo (de 6 de setembro de 1944 até 2 de maio de 1945), a FEB teve 443 (quatrocentos e quarenta e três) mortos, incluindo os que perderam a vida em combate e os que morreram por outras causas, tais como acidentes e doenças. Após o Dia da Vitória, ainda houve outras mortes, por causas diversas.

Enquanto a FEB esteve na Itália, esses mortos foram enterrados no Cemitério Militar Brasileiro de Pistoia.

Com o passar dos anos, o número de mortos foi aumentando, devido ao aparecimento dos restos mortais dos extravia-

dos em combate, totalizando 470¹ militares do Exército.

Atualmente, os restos mortais desses pracinhas da FEB encontram-se no Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, localizado no Rio de Janeiro-RJ.

Fig 1 – Ficha de Baixa do 2º Sgt Max Wolff Filho, do 11º RI, falecido em 12 de abril de 1945

FICHA DE BAIXAS

NOME: MAX WOLFF FILHO

UNIDADE: 11º R.I.

PONTO: 2º Sargento.

COMUNICAÇÃO: rec.117 AGO/2 de 13.V.45 San.Masarezenha; rec.119 AGO/2 de 23.V.45 do San.Masarezenha; rec.117 AGO/2 inf.ção ter sido encontrado o

FALLECIMENTO (data): 12.IV.1945 LOCAL: Itália, Masarno. cadaver.

SEPULTAMENTO: Cemitério Militar Brasileiro de Pistoia, Quadra D., fileira 2.ª, sepultura n.18, marcação Cruz de Madeira.

RESUMO: Falecimento em ação.

FELIÇÃO: MAX WOLFF e ESTELVINA PACHECO

Identidade N. 10-125504

RESPONSÁVEL (nome e endereço): OSCAR DO AMARAL - Rua Paraná 71, Casa 17 - São Paulo - Distrito Federal. (4)

OUTROS DOCUMENTOS RECEBIDOS: Relatório de sepultamento; Certidão de enterro; Bases contendo objetos; Inventário.

(*) Tel: 42-4221 - Repartição.

Fonte: Arquivo Histórico do Exército

Durante a pesquisa realizada no Arquivo Histórico do Exército, no período de 2 a 5 de outubro de 2023, foram verificadas todas as “Fichas de Baixas” dos mortos da FEB, que foram elaboradas pelo Ministério da Guerra, durante a campanha, à medida que os óbitos ocorriam, onde foram obtidas diversas informações.



Dos pracinhas da FEB, mortos na Campanha da Itália, 36 (trinta e seis) deixaram viúvas e/ou filhos órfãos menores de idade. Conforme o Código Civil vigente naquela época, apenas 30 mulheres foram reconhecidas como viúvas e receberam a pensão.

Sobre os órfãos, os mortos da FEB deixaram 16 meninas e 15 meninos, totalizando 31 crianças, todos menores de 16 anos de idade.

A relação a seguir, apresenta as viúvas e os órfãos da Força Expedicionária Brasileira: as heroínas e heróis do pós-guerra.

1) Adahyl Bastos da Silva Ribeiro, viúva do 2º tenente R/2 Ruy Lopes Ribeiro, do 11º Regimento de Infantaria (11º RI), falecido no 16º Hospital de Evacuação, em 15 de abril de 1945. Não houve órfãos.

2) Adélia Dias Pessoto, viúva do 2º sargento José Pessoto Sobrinho, do Quartel-General da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (QG/1ª DIE), falecido em Pistoia, em 10 de março de 1945.

O militar falecido deixou um filho órfão com um ano de idade.

3) Aelinda Ramalho Furtado, viúva do soldado Manoel Furtado, do 11º RI, falecido em Monte Castelo, em 12 de dezembro de 1944. Não houve órfãos.

4) Aracy Marques da Trindade, viúva do 1º sargento Rodoval Cabral da Trindade, do 6º Regimento de Infantaria (6º RI), falecido em Voghera, em 6 de junho de 1945. Não houve órfãos.

5) Berta Nunes Baracho dos Santos, viúva do 2º sargento Nevio Baracho dos Santos, do 6º RI, falecido em Vic. Nocchi, em 23 de setembro de 1944. Não houve órfãos.

6) Carmen Jacy Chaves, viúva do 2º sargento Sebastião da Costa Chaves, do 11º RI, falecido em Valdeburga, em 6 de dezembro de 1944. O militar falecido deixou dois filhos órfãos: uma menina com 13 anos; e um menino com 11 anos de idade.

7) Carolina Pinto Duarte, viúva do 1º tenente José Maria Pinto Duarte, do 6º RI, falecido em S. Quirico, em 31 de outubro



de 1944. O militar falecido deixou uma filha órfã com um ano de idade.

8) **Elisa Cruz Sant'ana**, viúva do 3º sargento Geraldo Sant'ana, da 1ª Companhia de Transmissões (1ª Cia Trans), falecido em Porreta Terme, em 2 de março de 1945. O militar falecido deixou órfã uma menina, cuja idade não foi especificada.

9) **Elza Alves da Costa**, viúva do 2º sargento Alberto Mello da Costa, do I Grupo do 1º Regimento de Artilharia Pesada Curta (I/1º RAPC), falecido na região de Zocca, em 22 de abril de 1945. Não houve órfãos.

10) **Flor Bina do Amaral Gouveia**, viúva do soldado Benone Falcão de Gouvêa, do 1º Regimento de Infantaria (1º RI), falecido em Monte Castello, em 12 de dezembro de 1944. Não houve órfãos.

11) **Hilda Chaves Wolff** (criança de 9 anos de idade), filha do 2º sargento Max Wolff Filho, do 11º RI, falecido em Masereno, em 12 de abril de 1945. Na "Ficha de Baixas" do militar cons-

ta estado civil "casado", sem nenhuma referência ao nome da viúva ou da filha. Atualmente, sabe-se que a mulher que era casada com o Sgt Wolff se chamava Nair Chaves Wolff, que eles estavam em processo de desquite litigioso, e tinham uma filha, já nominada².

12) **Hilma Cerqueira Leite**, viúva do 2º tenente Godofredo de Cerqueira Leite, do 1º RI, falecido em Monte Castello, em 24 de fevereiro de 1945. Não houve órfãos.

13) **Ismenia Sbruzzi da Costa**, viúva do 1º sargento Basileo Nogueira da Costa, do 6º RI, falecido na região de Tole, em 24 de abril de 1945. Não houve órfãos.

14) **Izabel Dos Santos Hierro**, viúva do subtenente Francisco Hierro, do Depósito de Pessoal (DP), falecido em Porreta Terme, em 13 de janeiro de 1945. O militar falecido deixou seis filhos órfãos: um menino com 16 anos; uma menina com 15 anos; um menino com 13 anos; um menino com 11 anos; uma meni-



na com 10 anos; e uma menina com sete anos.

15) **Izaura Fernandes Pinho**, viúva do 2º sargento Francisco Firmino Pinho, do 1º Batalhão de Saúde (1º B Sau), falecido em Valdebura, em 11 de novembro de 1944. O militar falecido deixou três filhos órfãos: um menino com cinco anos; um menino com três anos; e uma menina com um ano de idade.

16) **Júlia de Souza Pinto** (criança de idade não especificada), filha órfã do 3º sargento Edgard Lourenço Pinto, do 1º RI, falecido em Monte Castello, em 12 de dezembro de 1944. Na “Ficha de Baixas” do militar consta estado civil “solteiro”, sem nenhuma referência ao nome da mãe da menina.

17) **Laurinda Ferreira Araújo**, viúva do 3º sargento Aquino Araújo, do 11º RI, falecido em Pistoia, em 8 de março de 1945. Não houve órfãos.

18) **Leonor Reinol de Oliveira**, viúva do cabo Oswaldo José de Oliveira, do 11º RI, falecido em Pistoia, em 2 de março

de 1945. O militar falecido deixou um filho órfão com um ano de idade.

19) **Lourdes Castro da Silva** (criança de idade não especificada), filha do cabo Hermínio Antônio da Silva, do 1º RI, falecido em Monte Castello, em 29 de novembro de 1944. Na “Ficha de Baixas” do militar consta estado civil “solteiro”, sem nenhuma referência ao nome da mãe da menina.

20) **Maria Aparecida Becari Tamborim**, viúva do soldado Francisco Tamborim, do 6º RI, falecido em M. Cruz, em 21 de janeiro de 1945. Não houve órfãos.

21) **Maria José de Castro**, viúva do 3º sargento Francisco de Castro, do 1º RI, falecido em Zocca, em 22 de abril de 1945. O militar falecido deixou um filho órfão, com dois anos de idade.

22) **Maria Leite da Silva**, viúva do soldado José Leite da Silva, do 6º RI, falecido em Monte Cavaloro, em 31 de dezembro de 1944. Não houve órfãos.



23) **Nelinha Silva**, viúva do soldado Cristino Clemente da Silva, do 1º RI, desaparecido desde o dia 12 de dezembro de 1944. Não houve órfãos.

24) **Ondina de Freitas Farias**, viúva do 2º sargento Severino Barbosa de Farias, do 1º RI, falecido em Monte Castello, em 12 de dezembro de 1944. Não houve órfãos.

25) **Raimunda Marques do Nascimento**, viúva do soldado José Varela, do 1º B Sau, falecido em Montese, em 14 de abril de 1945. Não houve órfãos.

26) **Ruth de Albuquerque Silveira**, viúva do 2º tenente Amaro Felicíssimo da Silveira, do 1º Esquadrão de Reconhecimento (1º Esqd Rec), falecido em Montiloco, em 20 de novembro de 1944. Não houve órfãos.

27) **Sebastiana Amieiro Sampaio**, viúva do 2º sargento Hermínio Aurélio Sampaio, do 1º RI, falecido em Monte Castello, em 12 de dezembro de 1944. O militar falecido deixou dois filhos órfãos: um menino com sete

anos; e um menino com dois anos de idade.

28) **Severina Barbosa de Lima**, viúva do 2º tenente R/2 Manoel Barbosa da Silva, do 6º RI, falecido em Barga, em 22 de outubro de 1944. O militar falecido deixou uma filha órfã com 12 anos de idade.

29) **Sílvia de Oliveira Almeida**, viúva do soldado Dirceu de Almeida, do I/3º Regimento de Obuses Auto Rebocados (I/3º ROAuR), falecido em Porreta Terme, em 20 de dezembro de 1944. O militar falecido deixou dois filhos órfãos: um menino com cinco anos e outro com três anos de idade.

30) **Valentina Vidal Claro**, viúva do 1º sargento Osmar Côrtes Claro, do 6º RI, falecido em Porreta Terme, em 10 de dezembro de 1944. O militar falecido deixou dois filhos órfãos: uma menina com 12 anos; e um menino com 10 anos de idade.

31) **Yolanda da Cunha Feres**, viúva do 2º sargento Assad Feres, da Companhia de Transmissões, falecido em Valdeburga,



em 5 de novembro de 1944. Não houve órfãos.

32) **Zuleika Neri Franco**, viúva do soldado João Rodrigues Franco, do 1º RI, falecido em Betolina, em 18 de abril de 1945. O militar falecido deixou um filho órfão com dois anos de idade.

33) **“Criança não identificada”** (um ano), filha do soldado Orlando Ferreira Martins, do 11º

RI, falecido em Marina Pisa, em 7 de novembro de 1944. Na “Ficha de Baixas” do militar consta estado civil “solteiro”, com referência a uma filha órfã não identificada.

34) **“Criança não identificada”** (dois anos), filha do soldado Olavio Soares do Amaral, do 1º RI, falecido em Monte Castello, 21 de fevereiro de 1945. Na “Fi-

Tabela 1 – Tabela Resumo das viúvas e órfãos da FEB, por postos e graduações dos militares falecidos

TABELA RESUMO DAS VIÚVAS E ÓRFÃOS DA FEB				
Condição Posto/Grad	MILITAR FALECIDO	VIÚVAS (1)	ÓRFÃOS (2)	
			FILHAS	FILHOS
1º Tenente	1	1	1	0
2º Tenente	4	4	1	0
Subtenente	1	1	3	3
1º Sargento	3	3	1	1
2º Sargento (3)	9	9	3	6
3º Sargento	4	3	2	1
Cabo	2	1	1	1
Soldado	12	8	4	3
TOTAL	36	30	16	15
Observações:				
(1) As viúvas constantes nessa tabela são apenas aquelas reconhecidas como tais, conforme o Código Civil de 1916. Como houve alguns casos em que o militar vivia em “união de fato”, tendo deixado filhos menores, as quantidades de “viúvas”, reconhecidas não são iguais às dos “Militares Falecidos”.				
(2) Todas crianças órfãs, na ocasião da morte dos seus pais, eram menores de 16 (dezesesseis) anos de idade.				
(3) O total considera a situação de “casado” existente na ficha do 2º Sgt. Max Wolff Filho.				

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nas Fichas de Baixas existentes no Arquivo Histórico do Exército.



cha de Baixas” do militar consta estado civil “solteiro”, sem nenhuma referência aos nomes da mãe e/ou da menina.

35) **“Criança não identificada”** (três anos), filha do soldado Otelo Ribeiro, do 1º RI, falecido em Torre de Nerone, em 3 de dezembro de 1944. Na “Ficha de Baixas” do militar consta estado civil “solteiro”, embora haja referência à Sra. Conceição Carioca, com quem ele vivia maritalmente, e à filha já citada, mas não identificada.

36) **“Criança não identificada”** (idade indefinida), filha do soldado Raul Marques Marinho, do 1º RI, falecido em Bombiana, em 12 de dezembro de 1944. Na “Ficha de Baixas” do militar consta estado civil “solteiro”, embora haja referência a uma filha com idade não especificada.

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E OS BENEFÍCIOS PARA OS MORTOS DA FEB

O período do pós-guerra impôs grandes e duradouras difi-

culdades para a sobrevivência de todas as famílias, tais como inflação, desemprego, moradia, educação das crianças, e outras. Certamente, para as viúvas e órfãos da FEB, essas dificuldades foram muito maiores.

Naquela época, a Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 (Código Civil), não reconhecia união de fato como um núcleo familiar, ainda que houvesse filhos menores, motivo pelo qual, se o militar não fosse casado legalmente, a pensão era deferida somente à mãe dele, ou alguma irmã, ou algum filho menor.

A mulher (companheira de fato) não recebia a pensão e, se tivesse filhos com o militar morto, poderia ter que viver, informalmente, sob a dependência de outra pessoa (da família do militar) ou, até mesmo, separada dos filhos menores.

O Decreto-Lei nº 8.794, de 23 de janeiro de 1946, em seus artigos 1º e 2º, garantiu aos militares mortos e/ou desaparecidos em combate, a promoção *post mortem* ao posto imediato ao que



Tabela 2 – Valores médios das pensões das viúvas e órfãos da FEB, por postos e graduações

VALORES MÉDIOS DAS PENSÕES DAS VIÚVAS E ÓRFÃOS DA FEB	
Posto / Graduação	Valores Médios Cruzeiros (Cr\$)
1º Tenente	2.060,00
2º Tenente	1.730,00 a 2.060,00
Subtenente	1.380,00
1º Sargento	666,70 a 870,00
2º Sargento	580,00 a 758,00
3º Sargento	660,00
Cabo	342,00
Soldado	228,00 a 296,00

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nas Fichas de Baixas existentes no Arquivo Histórico do Exército.

tinham na data do óbito, deixando aos herdeiros uma pensão especial. Essa pensão nunca menor que de 3º sargento.

Para que se tenha uma ideia do quanto significavam, na Capital Federal (Rio de Janeiro-RJ), os valores das pensões, naquela época, o *Correio da Manhã*, de quarta-feira, 27 de junho de 1945, a partir da página 5, na parte relativa às “informações úteis”, publica os seguintes valores de referência.

A comparação entre as tabelas 2 e 3 demonstra, cabalmente, as dificuldades pelas quais as

famílias dos militares passaram no pós-guerra. E se assim ocorria para as famílias que mantiveram os seus pais provedores, certamente, muito pior foi para as viúvas e órfãos da FEB.

Apesar de essas pessoas terem passado a receber as pensões relativas ao posto/graduação imediatamente superior, elas haviam perdido, definitivamente, os seus líderes familiares e, com o passar do tempo, a possibilidade de maiores ascensões profissionais (promoções) e sociais, e a motivação para a vida.

O mesmo Decreto-Lei nº 8.794/1946, no intuito de oferecer moradia às famílias desses mortos, no seu artigo 9º, garantiu que o Governo contribuiria com a importância necessária para que fosse doada uma casa residencial à família do expedicionário falecido em combate, desde que a



Tabela 3 – Tabela de preços anunciados no *Correio da Manhã*, em 27 de junho de 1945

VALORES ANUNCIADOS NO CORREIO DA MANHÃ EM 27 DE JUNHO DE 1945 – RIO DE JANEIRO	
Anúncio	Valores Cruzeiros (Cr\$)
US\$ 1,00 Dólar Americano (cotação oficial)	16,50
1 (um) grama de ouro 900	22,70
Aluguel de um quarto mobiliado, com direito a telefone, em Copacabana, na Av. Copacabana, nº 340, Apt 201	600,00
Venda de um apartamento em Laranjeiras, com 3 quartos e varanda, na Rua São Salvador, nº 99	250.000,00
Venda de veículo Ford 41, em “estado novo”	46.000,00
Venda de veículo Ford 39, a gasogênio	20.000,00
1Kg de carne suína	5,00
1Kg de carne de aves	8,50

Fonte: Elaborada pelo autor, com base no *Correio da Manhã*, em 27 de junho de 1945

referida família não possuísse casa própria.

Infelizmente, as 36 famílias de “viúvas e órfãos” da FEB foram as que mais sofreram. Conforme atestam as Fichas de Baixas, em 22 famílias as informações sobre imóveis residenciais foram omitidas e, em outras nove famílias, os imóveis foram concedidos por força da Lei nº 2.378, de 24 de dezembro de 1954, que dispôs sobre a execução do Decreto-Lei nº 8.794, de 23 de janeiro de 1946.

Dentre as famílias restantes, duas receberam o imóvel residencial por força do Boletim Interno nº 209, de 12 de novembro de 1970, do Departamento-Geral do Pessoal (DGP), uma por força do Boletim Interno nº 202, de 25 de setembro de 1971, do DGP, uma por força do Boletim Interno nº 34, de 4 de maio de 1973, da Diretoria de Inativos e Pensionistas (DIP), e uma por força do Boletim Interno nº 139, de 2 de dezembro de 1974, provavelmente, da DIP.



Dentre essas viúvas e órfãos da FEB, a família que parece ter passado maior dificuldade foi a do subtenente Francisco Hierro, que deixou a viúva, Sra. Izabel, com mais seis filhos menores de 16 anos. Curiosamente, eles só foram beneficiados com um imóvel residencial em 1971, por força do Boletim Interno nº 202, de 25 de setembro, do DGP.

Tais informações revelam que, no universo analisado: as Fichas de Baixas foram sendo atualizadas até meados dos anos 70 do século XX, ou seja, quase 30 anos depois do final da Segunda Guerra Mundial; até 1954, nenhuma família havia sido beneficiada com imóvel residencial; e, a última família beneficiada foi a do soldado Manoel Furtado, do 11º RI, em 1974.

A Lei nº 4.862, de 29 de novembro de 1965, concedeu isenção de Imposto de Renda para as pensões concedidas de acordo com os Decretos-Leis 8.794, de 23 de janeiro de 1946, que tratavam dos direitos atribuídos aos

mortos durante a Campanha da Itália.

OS MORTOS DA FEB QUE NÃO DEIXARAM VIÚVAS OU ÓRFÃOS

Todos os mortos da FEB merecem o respeito de todos os brasileiros, porque foram voluntários para a guerra, a serviço da Pátria e da Humanidade, e lá morreram.

Se, por um lado, as viúvas e órfãos dos pracinhas mortos na guerra, despertam a atenção pelo fato de terem enfrentado, de forma nobre, resiliente e silenciosa, tão grandes dificuldades para a sobrevivência no pós-guerra, por quais motivos seria importante tratar, também, dos outros, que morreram sem deixar viúvas e órfãos?

Dentre os mortos da FEB, 434 eram solteiros e, claro, eram a maioria. O fato de eles não terem deixado viúvas e/ou órfãos, em princípio, poderia aparentar certo alívio em termos de gastos



públicos, comoção pública e políticas sociais. Alguns até deixaram a pensão para as mães ou para as irmãs, mas muitos não deixaram a pensão para ninguém.

Paradoxalmente, é justamente aí que reside a importância deles, porque, apesar de tanto terem feito por nós, não deixaram nenhuma descendência que chorasse por eles. É como se a última gota de sangue de toda existência e descendência tivesse sido derramada na Itália, por todos nós.

Deles, só persistem os seus restos mortais, no Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, os seus nomes, e as suas histórias. Por isso, não podemos esquecer-los.

REFLEXOS NAS GERAÇÕES ATUAIS E FUTURAS

O esquecimento e a desvalorização das pessoas que realmente fizeram algo pela Pátria, ou que deram as suas vidas por ela, colocam em risco a própria exis-

tência do Estado, porque geram desconfiças dos cidadãos nos poderes constituídos, enfraquecendo o Campo Psicossocial do Poder Nacional.

Quem atenderia ao “chamado da Pátria”, sabendo que poderia morrer ou ficar inválido, sem ter o devido apoio do Estado para a sua família e/ou para si mesmo? Uma falha como essas nas políticas públicas fere de morte o orgulho patriótico necessário para impulsionar do “motor da máquina militar” (Campo Militar) de qualquer país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como finalidade apresentar as viúvas e órfãos da FEB, assim como algumas dificuldades pelas quais eles passaram no período do pós-guerra.

É importante que se lembre que os nomes e quantidades obtidas para esse trabalho se referem apenas ao universo dos pra-



cinhas da FEB mortos na Campanha da Itália.

Se fossem considerados os militares do Exército mortos nos afundamentos dos navios *Baependi*, *Araraquara*, *Afonso Pena*, *Itagiba* e *Cairu*, certamente a relação e quantidade de viúvas e órfãos aumentaria. E isso se justifica pelo fato de todos esses militares terem morrido por ação objetiva do inimigo.

E a relação aumentaria mais ainda, se fossem incluídos os militares da Marinha do Brasil, da Força Aérea Brasileira e até civis, que morreram pela ação objetiva do inimigo, como por exemplo, os tripulantes dos navios da Marinha Mercante.

Dentre todos os mortos de uma campanha militar, a tendência natural é que as viúvas e órfãos preocupem e “incomodem” mais os governos. O fato das Forças Armadas terem efetivos formados por maioria de jovens solteiros, que poderiam morrer sem deixarem viúvas ou órfãos, protege o Estado de muitas obrigações sociais futuras, tais como

pensões, doação de imóveis residenciais, e educação de órfãos. Isso também impede que a opinião pública e os gestores governamentais sintam, com mais intensidade e por mais tempo, o clamor dos órfãos e viúvas, que sempre são em poucas quantidades.

No caso da FEB, as viúvas e órfãos não tiveram voz ativa, porque as mulheres não possuíam os mesmos direitos que possuem hoje, as crianças eram bem pequenas e porque, naquela época, ainda havia o Departamento de Imprensa e Propaganda, que controlava as informações.

Todos esses fatores concorreram para que não houvesse uma comoção popular mais intensa e duradoura em favor das viúvas e dos órfãos da FEB.

Independente de qualquer coisa é dever do Estado criar e manter políticas de valorização em benefício dos ex-combatentes e, em especial, de compensação social para os que são feridos e para as famílias dos mortos. Essa compensação deve ser na forma



de um amparo material digno, compatível e à altura do sacrifício que os feridos e mortos fizeram.

BIBLIOGRAFIA

BRANCO, Manoel Thomaz Castello. *O Brasil na II Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

BRASIL. Ministério da Defesa. *O outro lado do herói* - Sargento Max Wolf Filho. Seção de Comunicação Social do Comando da 5ª Divisão de Exército. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=wRulnZHGtBM>. Acesso em mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Fichas de Baixas dos mortos da FEB*. Arquivo Histórico do Exército. Rio de Janeiro, 1945. Pesquisa realizada pelo autor (SANTOS, Wellington Corlet dos), no período de 2 a 5 de outubro de 2023.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Os mortos da FEB*: Boletim Especial do Exército, de 02 de dezembro de 1946. Secretaria Geral. São

Paulo: Cia Melhoramentos de São Paulo / Indústria de Papel, 1946.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Roteiro da FEB na Campanha da Itália*. Rio de Janeiro: Gabinete Fotocartográfico, 1945.

FAGUNDES, Luiz. *Almanaque Segunda Guerra Mundial 1939 – 1945*.v. 1. 3ª Ed. Rio de Janeiro, 2015.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Hemeroteca Digital. Vida Comercial. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 27 de junho de 1945. P. 5. Ano 1945 \ Edição 15536. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1945_15536.pdf. Acesso em mar. 2024.

ITÁLIA. Comune di Pistoia. *Le spose di guerra a Pistoia* (As noivas de guerra em Pistoia). Disponível em: <https://www.comune.pistoia.it/news/%E2%80%9Cspose-di-guerra-pistoia%E2%80%9Ddomani-un-convegno-nella-sala-maggiore>. Acesso em mar. 2024.

SANTOS, Wellington Corlet dos. *A desmobilização da Força Expedicionária Brasileira e as suas consequências político-sociais no Brasil entre 1945 e 1965*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023.



tação apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Militares. Rio de Janeiro, 2008.

NOTAS

¹ FAGUNDES, Luiz. *Almanaque Segunda Guerra Mundial 1939 – 1945*. v. 1. 3ª Ed. Rio de Janeiro, 2015, p.88.

² BRASIL. Ministério da Defesa. *O outro lado do herói - Sargento Max Wolf Filho*. Seção de Comunicação Social do Comando da 5ª Divisão de Exército. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wRulnZHGtBM>. Acesso em mar. 2024.

A doutrina básica da Força Aérea Brasileira e a Operação Black Buck na Guerra das Malvinas (1982): comparativo e percepções

Vítor Marques Magalhães de Oliveira ^a

Resumo: O presente artigo tem como tema a Operação Black Buck, que ocorreu durante o conflito das Malvinas em 1982. Dessa forma, o objetivo geral é realizar um comparativo entre o conteúdo apresentado pela Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira e os pormenores da operação em questão. Além de um breve relato sobre o que é a Doutrina Básica e o que foi a Guerra das Malvinas, o trabalho apresenta diversas definições e conceitos presentes na Doutrina Básica os correlaciona com os acontecimentos da operação. Adicionalmente, realiza uma releitura da operação do ponto de vista de um teórico do Poder Aéreo (também presente na Doutrina Básica). Concluiu-se que é possível não só comparar, como também aplicar os conceitos presentes na Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira à Operação Black Buck.

Palavras-chave: Guerra das Malvinas. Black Buck. Força Aérea Brasileira. Poder Aéreo.

INTRODUÇÃO

Durante o ano de 2022, no aniversário de 40 anos da Guerra das Malvinas, o conflito foi lembrado como um dos mais emblemáticos da Guerra Fria. Na época, o Império Britânico possuía como Primeiro Ministro Margaret Thatcher, a “Dama de

Ferro” e a Argentina, um governo composto por três militares, onde se destacava a figura de Galtieri¹, militar do exército. Motivado por uma estratégia de “pão e circo”² por parte da Argentina, ou até mesmo um por um verdadeiro questionamento sobre o pertencimento daquele pequeno território, o conflito

^a 2º Tenente Aviador, bacharel em Ciências Aeronáuticas e Administração Pública.



agitou as manchetes internacionais.

Palco de histórias de bravura e heroísmo, assim como de embates curiosos daquelas que eram duas potências “de mesmo lado” na então Guerra Fria, o conflito mostrou que o assunto “soberania” sempre esteve e sempre estará em voga. Exemplificou-se, através do emprego de tropas de solo e meios navais, a utilização de três tipos de poderes conhecidos do meio acadêmico (poder naval, aéreo e terrestre). Seja no icônico uso dos jatos Dagger da Argentina ou até mesmo dos embates contra os Harrier britânicos, as operações aéreas marcaram o conflito e efetivaram nele profundas mudanças, como o afundamento de embarcações e uma operação de bombardeio que percorreu distâncias continentais. A então Operação Black Buck, é alvo de análise neste trabalho.

Nesse contexto, diversos ensinamentos podem ser retirados, sejam eles ligados às estratégias empregadas, uso de meios, como

também doutrinas de combate/ataque. É por esse caminho então, que o presente artigo visa seguir, no intuito de apresentar em que medida o conteúdo da Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira (DCA 1-1) pode ser aplicado à Operação Black Buck.

Para tal, foi empregada a metodologia centrada no estudo da doutrina e nos pormenores da operação em questão, buscando analisar e tecer comparativos entre os dois. A motivação deu-se através de uma viagem particular realizada pelo autor à Escuela de Aviación Militar, em Córdoba, Argentina. Algumas fontes foram obtidas na comentada viagem, e outras, dos conhecimentos acumulados durante estágio realizado pelo autor no ano de 2024 no Grupo de Instrução Tática e Especializada (GITE).

A DOCTRINA BÁSICA DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Mas afinal, o que seria esse documento? As operações aé-



reas, desde seus primórdios, foram rodeadas de curiosos e inventores, e não tardou muito para que essa nova parcela do poder militar³, o então “poder aéreo”, passasse a possuir pensadores e teóricos. Obras como as de Giulio Douhet, William Mitchell e Hugh Trenchard, marcaram o início do século XX como as principais representações do que viria a ser esse novo meio de guerra e suas possíveis utilizações. Ao longo do “breve século XX”⁴, foram criadas diversas forças aéreas pelo mundo, e junto a elas, extenso material doutrinário a respeito do uso do ar como campo de batalha e de garantia da soberania.

Cada um dos pensadores sobre o tema do Poder Aéreo, foi influenciado por suas convicções, experiências próprias e período em que viveu. Alexander P. Seversky, por exemplo, famoso por seu livro *Vitória pela Força Aérea*⁵, salientava ser a aviação o ponto chave para a sobrevivência de uma nação. Além disso, elencou diversos tópicos que credi-

tava serem de importância no que tange ao poder aéreo, muito influenciado pelo conflito que vivenciou - A Batalha da Grã-Bretanha, na Segunda Guerra Mundial⁶.

Não obstante, diversas forças aéreas começaram a produzir seu próprio reduto de conteúdos doutrinários, seguindo por vezes um viés específico ou até mesmo apresentando algumas revisões de antigos pensadores. Nesse contexto, no ano de 2020 a Força Aérea Brasileira produziu em versão atualizada, valioso material doutrinário reunido em dois volumes, sobre o nome de Doutrina Básica (DCA 1-1)⁷. O primeiro volume tem enfoque acadêmico, já o segundo, operacional. O presente tópico vale-se desse material para a discussão abaixo.

Dessa forma, tal documento, que foi precedido de outras publicações, hoje aumenta o arcabouço teórico brasileiro sobre o tema. Traz assim, princípios de guerra e definições, apresenta os conceitos de Ações, Tarefas e



Fundamentos de Força Aérea, além de comentários sobre Características Poder Aéreo - que servem de orientação ao emprego e preparo da Força Aérea Brasileira⁸, e também abordam teóricos do Poder Aéreo.

Mas afinal, quais seriam esses conceitos? Resumidamente, explica-se os principais, que serão utilizados neste trabalho. A iniciar pelos os Princípios de Guerra do Poder Aeroespacial - que são a base orientadora da Doutrina, sendo desenvolvidos a partir de observações e aprendizados com conflitos. Tais Princípios, uma vez aplicados à análise de um conflito, podem gerar conclusões diversas a respeito de seu uso de forma correta ou não, e dos resultados obtidos. São exemplos citados: Manobra, mobilidade, massa, objetivo, dentre outros.

No que tange às Ações de Força Aérea, são necessariamente efeitos que podem ser produzidos mediante o emprego de meios da Força Aérea correspondente, buscando efeitos táticos

ou estratégicos. São exemplos trazidos pela Doutrina Básica: mobilidade, alcance, penetração, velocidade, custos dentre outras. Alguns serão melhores explorados no comparativo realizado neste trabalho.

Já as Tarefas de Força Aérea, definem os objetivos mais abrangentes de uma operação militar. Por vezes, para o cumprimento de uma única Tarefa de Força Aérea, diversas ações de Força Aérea, cada uma delas com diversos meios, podem ser empregados. Combinando os efeitos proporcionados por Ações e Tarefas, é possível obter o resultado final esperado de uma campanha militar qualquer. Ressalta-se, porém, que em tal conceito distingue-se o fato de serem “tarefas da Força Aérea Brasileira”. São Tarefas apresentadas na Doutrina Básica: controle aeroespacial, sustentação ao combate e proteção da força, dentre outras.

É apresentado também, o conceito de Característica do Poder Aéreo, que são aquelas



propriedades que o distingue do Poder Naval e Terrestre. Confere, assim, características notáveis que foram observadas com base em conflitos aéreos da história. As características abrangem desde pontos positivos a pontos negativos do então Poder Aéreo, que se não prontamente identificados, podem malograr o sucesso da operação vigente. São algumas características apresentadas: alcance, mobilidade, dependência de tecnologia, fragilidade, dentre outros.

Ao final do volume I do documento, são apresentados os Fundamentos do Poder Aéreo, que são basicamente parâmetros em que tal poder deve ser utilizado, exemplificando os pontos de atenção e diferenciando-se dos Princípios de Guerra (que trazem contexto mais geral de aplicação). Os Fundamentos, então, funcionam como pontos mais restritos da atuação do Poder Aéreo, através da observação de conflitos passados. Tais pontos devem ser observados para a consecução do objetivo pensado.

São fundamentos apresentados: efeitos sinérgicos, persistência e concentração, dentre outros.

Ressalta-se que o extenso arquivo não se limita à discussão de apenas os tópicos aqui abordados. Busca de construir uma linha de raciocínio, apresentar diversos outros pontos e teorias, de interesse para a Força Aérea Brasileira. Em adição ao conteúdo aqui apresentado, foi escolhida a pessoa do teórico Alexander Seversky, abordado, dentre outros, no comentado documento. A explanação da teoria de Seversky servirá para a intencionada discussão e comparativo a ser feito no presente trabalho.

ALEXANDER SEVERSKY E SUA TEORIA: “A VITÓRIA PELA FORÇA AÉREA”

Inventor, teórico e pioneiro da aviação, combateu nos céus da Primeira Guerra Mundial, tendo sempre uma vida cercada de acontecimentos marcantes, muitos ligados ao período histó-



rico em que viveu. Possuindo grande paixão pela aviação, ficou famoso por, após ter uma de suas pernas amputadas (devido a ferimentos em combate), solicitar a volta aos combates aéreos, mesmo com a inicial recusa das autoridades⁹.

Após a guerra e naturalizado americano, destacou-se por conviver próximo a outro importante teórico do início do século XX: o oficial americano Billy Mitchell. Continuou fazendo diversos voos, alguns até mesmo quebrando recordes. No início da Segunda Guerra mundial, com o ataque a Pearl Harbor, escreveu o famoso livro *Vitória pela Força Aérea*, elencando diversos tópicos que considerava importantes em um conflito, no que tange ao poder aéreo. Consagrou-se assim, como um dos teóricos de maior vulto no então século XX, com os ensinamentos sendo amplamente discutidos até os dias atuais.

Para a comparação intencionada no presente trabalho, escolheu-se tal teórico - pela facilidade de compreensão e a relevân-

cia de sua doutrina -, por abrange e comentar sobre o uso de bombardeios, a soberania aérea e a distância do teatro de operações. Mas afinal, quais seriam os pontos principais de seu trabalho?

Para estudo da Doutrina de relevante teórico, optou-se pela utilização do nono capítulo de seu livro de 1942, *Vitória pela Força Aérea*, intitulado "Air Power Lessons to America". Como o próprio nome já diz, em tal capítulo Seversky descreve aquelas que seriam lições/aprendizados de conflitos e operações passadas, assim como aponta suas próprias considerações dos acontecimentos, expondo algumas lições que podem ser consideradas. Retrata-se aqui, breve resumo de alguns dos tópicos elencados neste capítulo (com a tradução do título para o português).

"Nenhuma operação em terra ou em mar é possível sem antes assumir o controle do ar acima". Nesse tópico, Seversky exemplifica a forma de como a Alemanha de Hitler tomou diver-



sos territórios no início da campanha daquela que viria ser a Segunda Guerra Mundial - destacando que, sem o meio aéreo, tais conquistas (efetuadas em tão curto tempo) teriam sido impossíveis. Destaca também as operações britânicas na Líbia e em Dunquerque, onde, segundo o teórico, a evacuação das tropas britânicas só teria sido possível por estar a soberania aérea do canal na mão dos ingleses.

“O raio de ataque do poder aéreo deve ser igual às dimensões máximas do teatro de operações”. Neste tópico, Seversky vale-se de exemplos da utilização da Luftwaffe em operações iniciais na hoje chamada Segunda Guerra Mundial, afirmando não terem cumprido esse princípio. Inicia citando o controle sobre a Noruega, que teria sido mais rapidamente conquistada com maior alcance das aeronaves. Cita também, o fato da Alemanha de Hitler ter que alterar, por diversas vezes, a localização das bases aéreas para se aproximar do teatro de guerra do Mediter-

râneo. Conclui informando que uma força aérea moderna não fornecerá verdadeiro Poder Aéreo, até que consiga atingir as máximas dimensões do teatro de operações.

“Os tipos de aeronaves devem ser especializados para se ajustar não apenas à estratégia geral, mas aos problemas táticos de uma campanha específica”. Nesse tópico, Seversky utiliza os ataques da Alemanha à cidade de Londres durante a Segunda Guerra Mundial como exemplo. Segundo o teórico, as qualidades de velocidade, distância percorrida, altitude e carga seriam as principais para as aeronaves em um conflito.

Ao citar o ataque a Londres, afirmou que as aeronaves empregadas, não foram devidamente planejadas para tal. Nesse sentido, mesmo quando a diferença de peso entre o combustível e a carga (devido à menor distância percorrida) permitiam um maior número de bombas, tal fato não acontecia, por ausência de espaço/mecanismos nos aviões. Adi-



cionalmente, explica que a especialização dos tipos de aeronave se tornará cada vez mais importante, sendo possível em um futuro próximo, a necessidade de produção de uma aeronave para um único objetivo. Conclui o argumento afirmando que é dever dos comandantes e líderes militares visualizarem tais necessidades.

Nesse ínterim, buscou-se apresentar, resumidamente, o conteúdo da Doutrina Básica. Ao comentar os conceitos e definições, como também discutir de forma mais específica a respeito do teórico escolhido, intencionou-se criar uma base para o futuro comparativo a ser realizado no presente trabalho. A Operação Black Buck, alvo de tal comparativo, encaixa-se no contexto maior da Guerra das Malvinas. Faz-se então, o seguinte questionamento: quais as motivações para o conflito e como se deu, sobretudo, a guerra aérea?

A GUERRA DAS MALVINAS: UM CONFLITO NO ATLÂNTICO SUL

Malvinas. Falklands. Nomes diferentes, para uma mesma região: um arquipélago de ilhas a centenas de quilômetros da costa. Sendo propriedade do Império Britânico (à época), a partir da segunda metade do século XX começou a ter sua posse questionada pela Argentina, país de menor distância em relação ao arquipélago. O problema é que essa “posse” possui diversas questões históricas que podem ser levantadas¹⁰.

O primeiro avistamento do território é creditado, segundo alguns historiadores, à pessoa de Américo Vespúcio, que no ano de 1501, a serviço do governo português, teria avistado tal território. Existem também reivindicações espanholas e britânicas sobre o descobrimento de tal território, todas retomando ao século XVI, na época das grandes navegações. Fato que é acordado, porém, é que os britânicos foram os primeiros a explorar o local, com



uma expedição realizada em 1690. Por vários anos, as duas ilhas maiores, tiveram a convivência mútua de britânicos (ilha ocidental) e espanhóis (ilha oriental - que compraram o direito de ocupação dos franceses)¹¹.

Fig. 1 - Ilhas Malvinas vistas do espaço.



Fonte: Agência Nacional Espacial dos Estados Unidos da América.

O governo das ilhas, de ambos os lados, ficou vago e foi praticamente abandonado, muito em virtude das Guerras Napoleônicas (1803-1815). Em 1820, Buenos Aires declarou, sem acordar com a Espanha, que as ilhas faziam parte de seu território. Em 1832, colonos argentinos foram desembarcados na ilha, para reafirmar os direitos sobre a posse do reclamado território. Não

tardou muito para que o Império Britânico reassumisse e integrasse o território ao seu império, com tal medida se efetivando em 1840 e os colonos argentinos sendo expulsos¹².

A discussão sobre a posse do território voltou aos holofotes no período pós-Segunda Guerra Mundial, com a Argentina conseguindo a aprovação de uma resolução na Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o assunto. O governo de Londres recusou, uma vez que até mesmo os moradores da ilha desejavam ser britânicos. Na década de 1980, porém, apresentou-se como uma oportunidade para o país Latino Americano. O Império Britânico apresentou-se favorável a discussões, contudo, o governo de Buenos Aires não aceitou a prerrogativa britânica de manter uma base militar na ilha. Dessa forma, as negociações foram encerradas em 1981.

Nesse contexto, a posição favorável a discussões adotada pelo governo britânico, agiu como fator influenciador para fazer



com que os argentinos iniciassem planos de invasão do arquipelago. Além disso, a década de 1980 foi marcada por graves crises econômicas que atingiram diversos governos, e os dois países não ficaram fora da recessão. O governo de Margareth Thatcher insistia em diversos cortes de gastos e diminuição do aparato público, o que resultou na diminuição da guarnição militar sob as ilhas. Já o governo Argentino, uma junta militar, governava o país com “mão de ferro”, e além da crise econômica enfrentava também péssima popularidade. A invasão das ilhas seria então, uma estratégia para recuperar a imagem e resolver o problema histórico.

Por conseguinte, a junta militar argentina acabou por invadir, antes do previsto, as Ilhas da Geórgia do Sul. Tal fato irritou os britânicos sobremaneira, e os fez informar que um submarino nuclear seria deslocado para o atlântico sul. Mesmo não tendo tal ação ocorrido, a informação serviu para que a Argentina adi-

antasse a invasão das Malvinas em cinco meses. Tal fato mostrou-se um grande erro. Se a invasão seguisse o planejamento normal (final de 1982), os britânicos provavelmente já teriam desativado seus porta-aviões, e as forças argentinas estariam mais bem preparadas.

O conflito se tornaria então, um dos mais emblemáticos da guerra fria, iniciado com a invasão Argentina em abril de 1982, e finalizado com a capitulação frente aos britânicos, dois meses depois - com a declaração formal de guerra não ocorrendo. Era o fim do sonho argentino de possuir as Malvinas. As imagens dos fuzileiros britânicos sendo rendidos pelos argentinos e da força naval enviada pelo Império Britânico ficaram mundialmente famosas. A curta duração do conflito não impediu, contudo, que combates com aeronaves de última geração e formidáveis operações navais e terrestres pudessem ser observadas. O foco do presente artigo é na Operação Black Buck.



Fig. 2 - Prisioneiros de Guerra Britânicos



Fonte: Getty Images

Fig. 3 - Capa da revista *Newsweek* de 1982



Fonte: Newsweek

AS OPERAÇÕES AÉREAS NOS CÉUS DO ATLÂNTICO SUL

Como nos passados conflitos do século XX, a aviação desem-

penhou papel relevante no conflito, e manteve ocupadas as autoridades dos dois lados da guerra, dados os efeitos que seu correto e assertivo uso poderia causar. Vale ressaltar, que ambos os países possuíam em seu arsenal valorosas belonaves de combate, ataque, reconhecimento e reabastecimento em voo, além de outras funções. Nesse contexto, busca-se através do presente tópico, apresentar breve resumo das operações aéreas ocorridas no breve período do ano de 1982¹³.

Argentina da época assumia o posto de potência militar regional, possuindo uma gama de aeronaves a seu dispor, que percorriam desde os já antigos P-2 Neptune, até os modernos caças Dagger, uma versão israelense do Mirage V, francês. Porém, mesmo com a invasão da ilha, os argentinos não aumentaram a pista do pequeno aeroporto local. Tal ação impossibilitou a atuação de esquadrões de caça a partir do local - fato que teria colocado a frota britânica em elevado risco.



O país sul-americano tinha de operar, então, suas aeronaves do continente, reduzindo drasticamente a autonomia (apenas A-4 Skyhawk e os Super Étendard possuíam capacidade de reabastecimento em voo)¹⁴.

As bases do continente, localizadas a mais de 400 km das ilhas, davam pouco tempo de combate aos argentinos. Já os britânicos, possuíam os modernos caças Sea Harrier, operados da frota naval, estacionada a um pouco mais de 150 km do arquipélago. Também se valeram de helicópteros para desembarque logístico nas ilhas, como também para apoio dos combatentes desembarcados¹⁵.

Fig. 4 - Caça Dagger argentino.



Fonte: Blog Operações Militares

Fig. 5 - Caça A-4 Skyhawk com desenho de navio atingido no ataque



Fonte: Escuela de Aviación Militar.
Foto do autor.

Diversos embates entre caças e a partir de caças contra navios aconteceram. A diferença de tecnologia pendia para o lado britânico. Um dos exemplos é o míssil francês Matra-530 (utilizado pelos argentinos), que possuía um campo de “visão” bem menor quando comparado ao AIM-9L Sidewinder (utilizado pelos britânicos) - obrigando o piloto argentino a estar atrás do alvo para efetuar o ataque, coisa



que não acontecia aos Harrier britânicos¹⁶.

Nesse contexto, para realizar ataques a navios, ocorreu dos pilotos argentinos ficarem “cegos” no teatro de operações - pois necessitavam do funcionamento do radar de solo nas ilhas, ou dos aviões P-2 Neptune para reconhecimento de longa distância (e nem sempre tais meios estavam disponíveis). De maneira geral, o ataque por eles empregado consistia em uma aproximação a baixa altura, através de ondas de três aeronaves.

Além de disparidades tecnológicas, é louvável ressaltar que os pilotos argentinos integrantes da força aérea não haviam treinado para combater no mar. Contudo, conseguiram impor grandes perdas aos britânicos - como por exemplo, o afundamento do HMS *Sheffield* em 2 de maio. A tenacidade de seus pilotos não foi suficiente. Para o infortúnio do povo argentino, os graves erros de planejamento e a disparidade tecnológica, infelizmente, falaram mais alto¹⁷.

No que tange às operações aéreas nesse curto conflito, uma tem destaque especial, a Operação “Black Buck”, pelo emprego dos Avro Vulcan (que viriam a se tornar ícones na história da aviação mundial), percorrendo milhares de quilômetros em uma missão de elevado nível de risco, conduzida pelos britânicos. Tal operação é objetivo de análise do presente trabalho e será explorada no tópico que se segue.

A OPERAÇÃO BLACK BUCK

Mais de seis mil quilômetros de distância. As Ilhas de Ascensão, território britânico na região central do oceano atlântico, foram ponto de partida para aquelas que seriam as mais distantes missões de bombardeio até então. A missão envolvia desde o processo de decolagem da base em Ascensão, a ida até as Falklands, o ataque e a volta. Um longo percurso, que apresentou-se verdadeiramente desafiador aos pilotos britânicos.



No decorrer da guerra das Malvinas, a Força Aérea Real (RAF) lançou sete missões de bombardeio a alvos predeterminados nas Ilhas Falklands. Isso do dia primeiro de maio ao dia doze de Junho de 1982. Tal operação, dessa forma, iniciou as incursões aéreas britânicas em seu território ultrajado, e continuou até o fim do conflito¹⁸.

a) Planejamento e objetivos

Os objetivos eram claros e simples: impossibilitar o uso/aumento por parte da Argentina da pista de Port Stanley (Puerto Argentino), atacar os radares de solo nas ilhas, e também mostrar que o continente poderia estar sob risco de ataque aéreo. No que tange ao planejamento, além da questão do fator tempo (que pressionava os dirigentes), foi constatado que as únicas aeronaves que estariam disponíveis para o cumprimento da operação possuíam diversos problemas - que poderiam até mesmo impossibilitar a ação.

Nesse contexto, constatou-se que os Avro Vulcan não possuíam mais o aparato de reabastecimento em voo; concomitantemente, as tripulações a anos já não treinavam tal tipo de operação. Além disso, os aviões estavam adaptados para uso de bombas nucleares, e não mais as convencionais. Era de plano britânico, em alguns meses, a desativação desses aparelhos. Um grande esforço foi montado para reverter esse cenário e deixar os aviões disponíveis em curto tempo. Depois de solucionados os problemas iniciais, foram enviados para a base em Ascensão.

Sendo reabastecidos pela aeronave Handley Page Victor (processo que envolvia, normalmente, seis operações de reabastecimento), os bombardeiros Vulcan tinham sua tripulação formada usualmente por cinco militares. Apertados dentro de uma cabine fechada, ficavam sujeitos a até 16 horas ininterruptas de voo. A atenção estava sempre voltada para os indicadores de combustível, uma vez que



o consumo costumava ser maior que o esperado¹⁹.

Fig. 6 - Indicadores de Combustível do Avro Vulcan



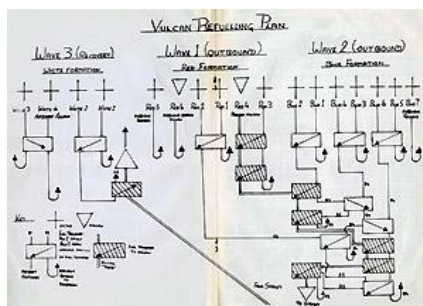
Fonte: Museu da Força Aérea Real

b) Meios empregados e logística

A logística por trás da operação marcou-se por ser extremamente complexa e cara. Todas as missões teriam dois Vulcan envolvidos, sendo um deles mantido como reserva. Após o primeiro reabastecimento ter sido concluído com sucesso, um deles retornava à base em Ascensão. O reabastecimento era feito por onze aeronaves Handley Page Victor, sendo duas delas atuando como reservas. Os aviões acompanhariam os Vulcan pelo oceano, abastecendo-os sete vezes até as ilhas. Também haveria abastecimento de Victor para Victor,

permitindo que em torno de três deles chegassem próximo às ilhas e conseguissem retornar para Ascensão. Foram realizadas um total de sete missões.

Fig. 7 - Plano de reabastecimento dos Avro Vulcan



Fonte: Museu da Força Aérea Real

Fig. 8 - Avro Vulcan e Handley Page Victor



Fonte: Military Art



c) Execução

A primeira missão, “Black Buck I”²⁰, sofreu diversos revezes, com problemas nas sondas de reabastecimento e a pane quase imediata no Vulcan reserva. Mesmo assim, o Vulcan principal conseguiu despejar sobre as ilhas as bombas de 1.000 libras. Contudo, os danos infringidos não deixaram a pista impraticável, sendo rapidamente reparada pelos argentinos.

Já a segunda missão, “Black Buck II”, teve execução semelhante à primeira. O local de impacto das bombas, porém, perdera completamente a pista alvo. As terceiras e quartas missões foram canceladas devido às condições meteorológicas e a problemas em um dos Victor, respectivamente. Ressalta-se, porém, que a missão “Black Buck IV” foi a primeira a levar o moderno e secreto míssil AGM-45 Shrike, de fabricação americana. Ao empregar tal míssil (de categoria antiradar), a missão teria por objetivo destruir a estação radar argentina na ilha.

Em uma nova missão, “Black Buck V”, dois exemplares do míssil foram empregados. Um deles atingiu áreas próximas ao radar, causando pouco dano. O outro, foi completamente perdido. “Black Buck VI”, teve os mesmos objetivos da quinta missão, atingindo o radar e vitimando quatro soldados. Para desespero dos pilotos dessa missão, no retorno à Ascensão, ocorreu um problema no abastecimento, com a aeronave alterando sua rota para o Rio de Janeiro. Sendo interceptada pela Força Aérea Brasileira e quase entrando em pane seca, o Vulcan envolvido seria proibido de retornar ao combate. A tensão internacional piorou após essa missão, uma vez que os Estados Unidos (oficialmente neutros), estariam ajudando o Reino Unido em sua investida (com o míssil)

A sétima e última operação, “Black Buck VII”, ocorreu com o objetivo de atacar depósitos de munição, aeronaves e construções próximas à pista. Devido a erros de operação, as bombas acabaram por errar os alvos,



caindo em locais próximos, porém variados. A Argentina se renderia dois dias depois.

d) Resultados

No quesito de resultados, as operações serviram, principalmente, para forçar os militares argentinos a deixarem diversas aeronaves no continente, temendo uma futura invasão. Evidenciava-se, contudo, que o objetivo principal de inutilizar a pista de Port Stanley, não foi alcançado - com a Argentina realizando reparos constantes e decolagens até os últimos dias de guerra²¹.

Nos termos gerais de análise, ao verificar os riscos, gastos e a complexidade das operações realizadas, comparados aos resultados obtidos, pode-se chegar a conclusão que foram as Black Buck, um grande desperdício de recursos. Deve-se ressaltar porém, que dispondo de curto tempo para resposta, e executando algo impensável - especialmente com a tecnologia da época -, as operações cumpriam o objetivo de ataque a longa distância. Evi-

denciaram aos argentinos que seu território era alcançável - por mais distante que ele estivesse e por mais custosa fosse a travessia do atlântico. Foi, sem dúvidas, uma obra-prima no quesito de planejamento e execução por parte da Real Força Aérea.

Encerra-se aqui, o tópico sobre a Operação Black Buck, onde o presente trabalho pode dispor dos pormenores da organização, planejamento e execução das missões. A título de finalização e para cumprir o proposto na introdução, no tópico seguinte será realizado o comparativo entre a operação comentada e a Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira (DCA 1-1).

A DOCTRINA BÁSICA E A OPERAÇÃO BLACK BUCK

Após uma breve leitura da Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira, e possuindo relativo conhecimento sobre algum evento histórico, já é possível tecer alguns comparativos e realizar



aplicações da teoria que o documento apresenta. O conflito das Malvinas possui diversos pontos marcantes, sendo um deles, a tecnologia envolvida e tão necessária em inúmeros aspectos. Não obstante, a Operação Black Buck teve diversos pontos que à luz do citado manual, podem ser enxergados, compreendidos e criticados.

Fig. 9 - Inventário de bombas do Vulcan



Fonte: Museu da Força Aérea Real

Desse modo, o objetivo desse tópico final, é então traçar um breve comparativo, elencando os pontos principais da operação em questão e as percepções sobre eles. Ressalta-se porém, que

as análises aqui realizadas são de pura e única inferência do autor, não constituindo resposta única das questões apresentadas. Para facilitar o comparativo, os tópicos foram divididos de acordo com os assuntos da Doutrina Básica.

a) Ações e tarefas de Força Aérea e fundamentos do Poder Aeroespacial

No que tange às Ações de Força Aérea, a que mais se destaca é a de “Reabastecimento em Voo”, onde através do emprego dos Handley Page Victor e de até mesmo outros Vulcan (que seriam os meios aeroespaciais, por parte da doutrina) para reabastecimento, aumentaram a autonomia e consequentemente o alcance das aeronaves. Pode-se também incluir a ação de “Reconhecimento Armado” como presente no conflito. Através do emprego do Avro Vulcan armado com bombas ou com o míssil antirradar, procurou-se destruir alvos argentinos na superfície das Malvinas, em uma área pre-



viamente selecionada (pista de pouso).

Sobre as Tarefas de Força Aérea, a que se visualizou com presença evidente, é a de “Interdição”, onde através da utilização do Vulcan, buscou-se afetar a logística das tropas argentinas (principalmente na última operação, que buscou atacar construções e facilidades próximas a pista), além de destruir/neutralizar infraestruturas críticas, como a pista e o radar de solo.

Ao comentar sobre dos Fundamentos do Poder Aeroespacial, fica evidente a presença do fundamento de “efeitos sinérgicos”, onde o poder aeroespacial (representado principalmente pelos Avro Vulcan e pelos caças Sea Harrier), unido ao poder naval (frota britânica) e terrestre (expedição britânica), produziram maiores efeitos ao serem aplicados conjuntamente, do teriam caso tivessem sido empregados em separado. O fundamento de “persistência” também estava presente, onde através da co-

mentada operação, que abrangeu toda a duração do conflito, foi possível manter os alvos sempre sob pressão.

b) Princípios de Guerra e características do Poder Aeroespacial

No quesito de Princípios de Guerra sob a ótica do poder Aeroespacial, diversos podem ser elencados. “Ofensiva” é um deles, onde o Reino Unido, ao empregar o Vulcan em uma manobra até então impensável, obteve a iniciativa das ações, afetando o ciclo de decisão dos argentinos, que acabou por fazer com que optassem por deixar grande efetivo de vetores no continente. É possível afirmar, contudo, que o princípio do “Objetivo” não foi cumprido, com os britânicos alterando o foco dos ataques durante as sete missões Black Buck, não perseverando nos objetivos iniciais propostos de atacar a pista de Port Stanley.

Em relação às Características do Poder Aeroespacial, por ser a operação em análise essencialmente caracterizada pelo



emprego de vetores aéreos, todas sem exceção podem ser encaixadas na operação (em sentido negativo ou positivo). Dessa forma, destaca-se aqui a característica de “Alcance”, que dependendo do ponto de vista, pode ser entendida como presente na operação (feita através dos diversos reabastecimentos em voo) ou não presente - pelo simples fato de existirem os reabastecimentos.

A característica de “Dependência de tecnologia” também foi evidente, uma vez que os Handley Page Victor tiveram de ter seus sistemas de navegação atualizados para a longa missão. Foi necessário também, um avançado domínio de tecnologia para a operação dos mísseis antirradar americanos utilizados.

c) A Operação Black Buck e os ensinamentos de Alexander Seversky

Ao abordar um relevante teórico do poder aéreo, o presente trabalho busca não só revisar seus conceitos e principais ensi-

namentos, como também destacar sua importância no mundo acadêmico relativo a estudos desse tema. Através das lições já apresentadas no atual trabalho, busca-se tecer breve comparativo com fatos principais da Operação Black Buck, que serão explorados dentro do contexto de cada lição.

“Nenhuma operação em terra ou em mar é possível sem antes assumir o controle do ar acima”. Nos acontecimentos que antecederam a operação Black Buck, e até mesmo no caso da Guerra das Malvinas, é possível inferir que tal ensinamento não se aplica, inteiramente, ao conflito/operação. Tal fato deve-se inicialmente, à conclusão de que a Operação não constituiu caráter decisivo na condução do conflito. Nesse sentido, é provável que caso não tivesse ocorrido a denominada operação, o desfecho do conflito fosse o mesmo. É importante ressaltar, contudo, que nenhum dos dois beligerantes conseguiram conquistar supremacia aérea sobre as ilhas -



fator que dificultou as operações de Guerra e resultou em maiores perdas de meios e baixas de ambos os lados.

“O raio de ataque do poder aéreo deve ser igual às dimensões máximas do teatro de operações”. Tal princípio, quando aplicado no contexto da Operação Black Buck, pode ser inteiramente evidenciado. Através do uso de aeronaves tanque, a Força Aérea Real conseguiu expandir o raio de ataque até o teatro de operações desejado, por mais distante que fosse. Tal medida permitiu mostrar aos argentinos (e ao mundo), que não só os aviões embarcados na frota britânica alcançariam as ilhas. Os britânicos conseguiram, dessa forma, fornecer o que Seversky denominou como o “verdadeiro Poder Aéreo” - mantendo inclusive, uma constância de ataques aos argentinos.

“Os tipos de aeronaves devem ser especializados para se ajustar não apenas à estratégia geral, mas aos problemas táticos de uma campanha específica”.

Evidentemente, tal princípio não se aplica no contexto da Operação Black Buck. “Pegos de surpresa”, os britânicos tiveram de se valer dos meios disponíveis no momento, para tornar possível a operação, que envolveu o cruzamento de um oceano.

Deve-se pensar também, sobre a tecnologia da época e a real necessidade de um bombardeiro que atingisse tão longas distâncias. O mundo à época, estava voltado para um novo conflito mundial. Verifica-se então, que a produção de uma aeronave que cumprisse as “medidas” de um conflito como o das Malvinas, não seria prioridade. Também é possível inferir que, caso o conflito durasse por mais tempo, e novas exigências fossem envolvidas (como o bombardeio do continente), provavelmente novos vetores fossem desenhados. No que tange ao estado geral dos bombardeiros momentos antes da Operação, verificou-se que não estavam adaptados para as necessidades vindouras - fato



que foi corrigido em tempo recorde.

Através dessa breve releitura do conflito (sob a ótica de relevante pensador do Poder Aéreo) e conjuntamente às inferências do autor, foi possível rever outra teoria presente na Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira. Possuindo vasta obra acadêmica, Seversky contribuiu ativamente para o arcabouço teórico do estudo do Poder Aéreo. Ao comparar o conflito analisado com três lições trazidas em seu livro de 1942, *Vitória pela Força Aérea*, evidenciou-se a importância e relevância de suas ideias, que podem inclusive ser aplicadas no contexto de modernos conflitos aéreos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guerra das Malvinas, foi um conflito de curta duração e de rápido estopim, porém com causas históricas profundas e multifacetadas. Independentemente dos resultados, é evidente que

tiveram grande influência no cenário internacional. Mostrou que o mundo da Guerra Fria, por mais que fosse enxergado como um mundo de “dois lados”, apresentava países com interesses próprios e questões profundas que como visto, poderiam falar mais alto.

A triste iniciativa argentina, por mais que contasse com o ímpeto de corajosos soldados, teve graves falhas de planejamento - que acabaram por ajudar os britânicos em diversos sentidos. Mostrou ao mundo que o antigo Império ainda poderia contra-atacar, e ajudou a mergulhar o país sul americano em uma série de crises, que duram até os dias atuais.

O presente trabalho buscou apresentar em que medida o conteúdo da Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira (DCA 1-1) poderia ser aplicado à Operação Black Buck. Ao longo da comparação efetuada, verificou-se a abrangência do conteúdo da Doutrina, que facilitou o exercício proposto. No primeiro tópico,



buscou-se apresentar o que é esse relevante documento e seu conteúdo. No segundo tópico, foi realizado um resumo da Guerra das Malvinas. Após resumo das operações aéreas, foi apresentada a operação alvo do presente trabalho no terceiro tópico, detalhando seu planejamento e também sua elaborada execução.

A título de finalização, no último tópico foi realizado o comparativo, apresentando conceitos aplicáveis ao conflito analisado. Pela ótica da Doutrina Básica, e com a inferência do autor, foi possível distinguir erros e acertos por parte dos britânicos ao empregarem os vetores na comentada operação. Concomitantemente, realizou-se também uma releitura dos ensinamentos de Seversky aplicados ao contexto em análise.

Verificou-se por fim, que a aplicação da teoria presente na Doutrina Básica é de relevância para o estudo do Poder Aéreo e pôde abranger todos os diferentes aspectos da Operação Black Buck. Evidencia-se então, a im-

portância do estudo da história para o mundo militar. Através da revisão de conceitos e lições aprendidas em diversas operações passadas, o combatente moderno pode moldar-se e estar mais bem preparado para diversos contextos em que poderá estar envolvido. A guerra aérea é, dessa forma, mais um meio onde importantes ensinamentos podem ser retirados, analisados e por fim, adaptados para criação de novas e futuras doutrinas.

BIBLIOGRAFIA

BADSEY, Stephen; GROVE, Mark; HAVERS, Rob. *The Falklands conflict twenty years on: lessons for the future*. London: Routledge, 2004.

BIRD, Andrew D. *Operation Black Buck 1982: The Vulcans' Extraordinary Falklands War Raids*. London: Bloomsbury Publishing, 2023.

BOYCE, George. *The Falklands War*. London: Bloomsbury Publishing, 2017.



BRASIL. Comando da Aeronáutica. *Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira (DCA 1-1)*, v. 1 e 2. Brasília: Comando da Aeronáutica, 2020.

COELHO, Emilio Reis. A Aviação Naval nas páginas da Revista Marítima Brasileira (1970-1990) e as lições aprendidas com a Guerra das Falklands/Malvinas (1982). *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, 2023.

ESCOLA, Brasil. "Alexander Nicolaievich Prokofieff de Seversky"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/alexander-nicolaievich.htm>. Acesso em 5 jul. 2024.

FREEDMAN, Lawrence; GAMBA-STONEHOUSE, Virginia. *Signals of war: the Falklands conflict of 1982*. Princeton: Princeton University Press, 2014.

JORDAN, David; SHIELDS, John Harris. The Most Daring Raid? The Royal Air Force, Operation Black Buck and the Falklands War, 1982. *Air and Space Power Review*, Swindon, v. 21, n. 2, p. 86-109, 2018.

KIRKPATRICK, Jeane J. My Falklands War and Theirs. *The National Interest*, Washington, n. 18, p. 11-20, 1989.

LEBOW, Richard Ned. Miscalculation in the South Atlantic: the origins of the Falkland War. *The Journal of Strategic Studies*, London, v. 6, n. 1, p. 5-35, 1983.

MAIA, Felipe Malachini. *Guerra das Malvinas: uma visão sobre as fases do conflito*. Ano XI-n. 26, p. 53, 2019.

MARCHESE, Miguel Angel. A Guerra das Malvinas. *Revista da EGN*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 79-112, 2012.

MARIMÓN, Albert Caballé. *Os três problemas do Vulcan XM597*. Disponível em: <<https://velhogeneral.com.br/2020/02/25/os-tres-problemas-do-vulcan-xm597/>>. Acesso em: 1 jul. 2024.

MARIMÓN, Albert Caballé. *Principais Aeronaves da Guerra das Falklands/Malvinas*. Disponível em: <<https://velhogeneral.com.br/2019/12/02/principais-aeronaves-da-guerra-das-falklands-malvinas/>>. Acesso em: 1 jul. 2024.



MERCAU, Ezequiel. *The Falklands War: an imperial history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

MIDDLEBROOK, Martin. *The Falklands War*. Havertown: Casemate Publishers, 2012.

MUSEUM RAF. *Falklands 40*. Royal Air Force Museum, 22 Mar. 2022.

www.rafmuseum.org.uk/research/online-exhibitions/falklands40/. Acesso em: 22 jun. 2024.

SEVERSKY, Alexander. *Victory through Air Power*. New York : Simon and Schuster, 1942.

NOTAS

¹ MIDDLEBROOK, Martin. *The Falklands War*. Havertown: Casemate Publishers, 2012.

² Estratégia de estadistas Romanos para tirar a atenção da população de problemas de qualquer ordem. No contexto em questão, a intenção era que esquecessem os problemas do governo.

³ BRASIL. Comando da Aeronáutica. *Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira (DCA 1-1)*, v. 1 e 2. Brasília: Comando da Aeronáutica, 2020.

⁴ Título da renomada obra de Eric Hobsbawm *Era dos extremos: o breve século XX*.

⁵ SEVERSKY, Alexander. *Victory through Air Power*. New York : Simon and Schuster, 1942.

⁶ Ibid.

⁷ Nas referências, são apresentados (os dois volumes) como um só documento.

⁸ BRASIL, op.cit.

⁹ Informação retirada do site Brasil Escola e também de aulas expositivas de Poder Aéreo na Academia da Força Aérea.

¹⁰ MERCAU, Ezequiel. *The Falklands War: an imperial history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

¹¹ LEBOW, Richard Ned. Miscalculation in the South Atlantic: the origins of the Falkland War. *The Journal of Strategic Studies*, London, v. 6, n. 1, p. 5-35, 1983.

¹² A discussão das origens e o controle de outras potências pelas ilhas são profundas e diversas. No tópico em questão, tal discussão foi reduzida.

¹³ MARIMÓN, Albert Caballé. *Principais Aeronaves da Guerra das Falklands/Malvinas*. Disponível em:<<https://velhogeneral.com.br/2019/12/02/principais-aeronaves-da-guerra-das-falklands-malvinas/>>. Acesso em: 1 jul. 2024.



¹⁴ Informação presente no museu da Escuela de Aviación Militar, em Córdoba, na Argentina.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ MUSEUM, RAF. *Falklands 40*. Royal Air Force Museum.

¹⁷ JORDAN, David; SHIELDS, John Harris. The Most Daring Raid? The Royal Air Force, Operation Black Buck and the Falklands War, 1982. *Air and Space Power Review*, Swindon, v. 21, n. 2, p. 86-109, 2018.

¹⁸ BIRD, Andrew D. *Operation Black Buck 1982: The Vulcans' Extraordinary Falklands War Raids*. London: Bloomsbury Publishing, 2023.

¹⁹ MUSEUM, RAF, op.cit.

²⁰ A título de referências, para a descrição das execuções da operação foram utilizados o site do Museu da Força Aérea Real e a obra *The Most Daring Raid?* de David Jordan e John Harris Shields.

²¹ BIRD, op.cit.

Revolução outubrista de 1930 em São Paulo: análise das ações legalistas e consequências na Força Pública do Estado

Fernando de Medeiros Vasconcelos ^a

Resumo: No ano de 1930 tivemos a eleição para presidente da república. O presidente em exercício era Washington Luís. Neste pleito concorreram ao cargo o candidato Júlio Prestes, por São Paulo, e, do outro lado, Getúlio Vargas, pela Aliança Liberal entre os Estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul. Essas eleições foram conturbadas pois setores militares e da sociedade já demonstravam insatisfação com a política nacional e a crise econômica devido a queda da bolsa de Nova Iorque em 1929. Em consequência dessa crise política temos o levante político-militar no Rio Grande do Sul, que contou com o apoio dos demais estados da aliança liberal e de políticos dissidentes, que culminou com a Revolução Outubrista de 1930 e a derrubada do presidente da república de seu poder, instalando no país um governo provisório que perduraria até 1937, com a implantação do estado novo. É nesse movimento revolucionário que encontraremos conflitos isolados entre forças constituídas e a preparação de uma batalha que possivelmente daria início a uma guerra civil. Esse momento histórico nos mostrou a importância da capacidade bélica de distintas instituições, como, por exemplo, o emprego de equipamentos modernos como o avião e o deslocamento de tropas por trem, que demonstraram a capacidade logística de movimentação de tropa e, principalmente, o poder de dissuasão de uma instituição bem preparada e equipada. No campo político, as mudanças proporcionadas por esta revolução têm reflexos até os dias atuais.

Palavras-chave: República Velha, Revolução de 1930, Força Pública de São Paulo.

INTRODUÇÃO

No início do século XX, o

Brasil passava por um movimento político militar conhecido como Tenentismo, de 1922, que

^a Capitão da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Associado Correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



exigia a reforma política da República. Devido a essa mobilização, à revolução de 1924 e ao combate da Coluna Miguel Costa-Prestes, de 1925 a 1927, criou-se uma instabilidade política que catalisou movimentos armados a pressionarem o governo federal na busca de reformas que atendessem aos anseios políticos de instituições e Estados. A “República Velha”, como ficou conhecido esse período da nossa República, foi caracterizado pelo governo de uma oligarquia política, ou seja, uma elite intelectual que governa sem responsabilidade e sem assumir as consequências de seus atos, sendo algo oposto ao conceito de aristocracia, onde temos uma mesma nicho de pessoas que governam o país com responsabilidade, transparência e que respondem pelas consequências de seus atos.

O governo dessa oligarquia ficou conhecido como “República do Café com Leite”, onde os cargos públicos eram divididos e decididos entre políticos locais e os cargos do executivo federal

eram alternados entre políticos de São Paulo e Minas Gerais, com eleições fraudadas, com compra de votos e até mesmo a utilização da violência para que os eleitores votassem em um determinado candidato.

Em 1930 houve a eleição para presidente da República. Neste pleito concorreram ao cargo o candidato Getúlio Vargas, pelo Rio Grande do Sul e que detinha apoio dos políticos de Minas Gerais, que tiveram seus interesses negados pelo presidente da República, e, de outro lado, Júlio Prestes, pelo Estado de São Paulo. O presidente em exercício era Washington Luís, que apoiava a candidatura do governador paulista, pois, segundo ele, assim seria dada continuidade aos seus planos econômicos.

Contrapondo a tentativa de hegemonia paulista, os Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba formaram uma coligação opositora ao governo com o apoio de diversos políticos opositores de todo o país, a Aliança Liberal, que inclusive con-



tou com o apoio de membros do Tenentismo.

Como é de se esperar, as eleições foram conturbadas, pois os Estados da federação não se sentiam representados pela política vigente, os políticos de vários Estados, os setores militares e da sociedade demonstravam insatisfação com a política nacional, principalmente com a economia do país, que passava por uma grave crise econômica devido aos reflexos da queda da bolsa de Nova Iorque no ano anterior (1929).

Neste contexto de eleições confusas e acaloradas, tivemos o assassinato, por motivações exclusivamente pessoais, não políticas, do candidato a vice-presidente de Getúlio Vargas, o Dr. João Pessoa, governador da Paraíba, em 26 de julho de 1930. Isso foi o estopim para um movimento político armado de não aceitação do resultado eleitoral e catalisador para um golpe de estado.

Fig. 1 - Propaganda dos três Estados partidários a Revolução de 1930



Fonte: Wikimedia/Wikicommons

SÃO PAULO

Nesse período o Estado bandeirante já se consolidava como o maior PIB do país devido ao seu agronegócio, tendo como carro chefe a produção de café e uma indústria consolidada. Atrelado a isso, havia uma classe média pujante e uma classe operária estabelecida. Esse cenário social



fez com que o Estado ficasse conhecido como a “Locomotiva do Brasil”, porquanto se tornara o carro chefe do país tanto no contexto econômico quanto social.

Por conta desses fatores é que o Estado paulista ganhou protagonismo na política nacional, suplantando, inclusive, a política mineira, embora no início do século XX tenha ocorrido a conhecida divisão de seus cargos entre os políticos dos estados de Minas Gerais e São Paulo, ou seja, a “República Velha” ou do “Café com Leite”.

Devido a esse protagonismo paulista e o fortalecimento da Aliança Liberal, a revolução que estava se avizinando colocava o Estado de São Paulo como um inimigo a ser vencido, uma vez que a citada aliança se posicionou contra o Estado e não aos seus políticos, porém existia um entrave para tal empreitada, a força militar do estado.

A Força Pública do Estado de São Paulo (FPESP)

Criada em 1831, ainda no período Regencial, a Força Pública Paulista, hoje Polícia Militar, contava, conforme o decreto-lei estadual nº 2381, de 12 de dezembro de 1929, da seguinte configuração:

O Doutor Julio Prestes de Albuquerque, Presidente do Estado de São Paulo, Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Artigo 1.º - A Força Publica do Estado de São Paulo, compor-se-á, para o exercicio de 1930, de 8.493 homens, distribuidos por:

Um commando geral,
Sete batalhões de infantaria,
Dois regimentos de cavallaria,
Um batalhão de bombeiros sapadores,
Um batalhão escola,
Um curso de instrucção militar,
Uma esquadilha de aviação,
Um corpo de saúde,
Uma repartição do material,
Um quadro de auxiliares civis.

Ressalto que o Batalhão Escola é a atual Academia de Polícia Militar do Barro Branco. Além



disso, vale lembrar que o efetivo do Exército, nesse ano, era de 50.000 homens espalhados em todo território nacional, sendo parcela desse efetivo composto por militares do serviço militar obrigatório.

Durante o período da revolução outubrista a instituição era liderada pelo coronel Joviano Brandão de Oliveira, que entre os anos de 1924 e 1927, esteve a frente do 1º Batalhão de Infantaria da Força, atual 1º Batalhão de Polícia de Choque “ROTA”, combatendo diretamente, pelo interior do país, as revoltas tenentistas e participando da perseguição a Coluna Miguel Costa-Prestes. Cabe ressaltar que a força paulista acabara de passar pela Missão Militar do Exército Francês, sob o comando e supervisão do general Nerel. Esta missão tinha como escopo a profissionalização, estruturação e adestramento de todos os quadros, pelo período de 1906 e 1924, sendo finalizada devido aos acontecimentos do último ano.

As instruções da Missão Militar Francesa eram modernas e traziam táticas e técnicas criadas e utilizadas pelos franceses na Primeira Grande Guerra, dando a tropa bandeirante uma capacidade de ação bélica e de disciplina equivalente ao padrão europeu tornando-a um pequeno exército do Estado. Isso só foi mudar com a Emenda Constitucional de 1969, que definiu às polícias militares somente a missão de polícia, tornando-as instituições militares de natureza policial conforme o modelo da *Gendarmerie* francesa pós-Segunda Guerra Mundial.

Fig. 2 - Avião Curtiss JN-4D Jenny da Força Pública



Fonte: Museu da PMESP



Desde o século XIX a Força Pública paulista participou de vários momentos históricos do país. Porém, a partir da década de 1890 ela passou a exercer um protagonismo na Revolta da Armada, Revolução Federalista, quarta Expedição a Canudos, Revolta da Vacina no Rio de Janeiro, Revolta da Chibata, movimento Tenentista e Sedição Militar do Mato Grosso em 1922; de 1924 a 1926 Revolução de São Paulo e Campanhas no Sul. De 1925 a 1927, perseguição a Coluna Miguel-Costa-Prestes pelo interior do país. Nesses episódios ficaram cristalinos o adestramento, a capacidade de mobilização expedicionária e combate, tão necessários para a manutenção da República.

Um diferencial da Polícia Militar paulista era o fato de ela possuir, de maneira inédita perante as demais coirmãs, uma aviação militar e uma companhia de artilharia, com canhões Krupp e Armstrong, pertencente ao 1º Batalhão de Infantaria. Com esse histórico e diferencial tático e

operacional, o pequeno “Exército Paulista” deu a São Paulo o apelido de “Prússia Brasileira”, conforme o general Augusto Tasso Fragoso.

A REVOLUÇÃO

Durante campanha eleitoral de 1929, no transcorrer do mês de outubro, houve a famigerada queda da bolsa de Nova Iorque. Nesse contexto, o principal produto de exportação era o café produzido pelo Estado de São Paulo. Isso fez com que os políticos paulistas passassem a pressionar o governo de Washington Luís buscando o enfrentamento da crise econômica, solicitando novos financiamentos e moratória de débitos. Tais acontecimentos acirraram os ânimos de políticos de outros estados, gerando a criação da Aliança Liberal, que passou a refletir os anseios dos políticos regionais que não pertenciam a classe de cafeicultores. Ademais, buscavam aproximação com a classe média e defendiam



medidas de proteção aos trabalhadores, como direito a aposentadoria, regulamentação do trabalho dos menores e das mulheres e a implantação da lei de férias.

Com a vitória do candidato Júlio Prestes, em 1º de março de 1930, e a morte de João Pessoa, temos início de um golpe de estado promovido pela Aliança Liberal que contou com o apoio de militares tenentistas, sendo que muitos deles estavam no exílio por conta da dissolução da Divisão Revolucionária, em 1927. Esse apoio militar colocou em marcha a revolução que colocaria Getúlio Vargas no poder.

Em 3 de outubro tiveram início as ações militares. O tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, amigo pessoal de Getúlio, foi o grande estrategista no Rio Grande do Sul. Em Minas Gerais houve somente a resistência do 12º Regimento de Infantaria de Belo Horizonte, que lutou bravamente contra o cerco da Força Pública mineira, que aderiu a revolução. Durante 6 dias e 5

noites, o regimento combateu até a sua exaustão, capitulando no dia 8 com um saldo e cinquenta mortos.

Com o início dos movimentos políticos-militares, o governador de São Paulo, Júlio Prestes, determinou a imediata ampliação da aviação da FPESP.

No Nordeste a revolução foi encabeçada por Juarez Távora, que, com o apoio dos pernambucanos, garantiu o domínio do Recife e, conseqüentemente, do resto daquela região do país. No Rio Grande do Sul as tropas revolucionárias agora comandadas por Miguel Costa, ex-oficial da Força Pública paulista e que estava no exílio desde 1927, e pelo tenente-coronel Góis Monteiro, iniciaram a sua marcha com o objetivo de chegarem ao Rio de Janeiro, capital federal. Porém, devido ao estado de prontidão que se encontrava o estado de São Paulo, a coluna revolucionária estacionou no Estado do Paraná para iniciar a invasão do Estado bandeirante. Cabe ressaltar que, durante esse desloca-



mento, Getúlio Vargas promoveu Miguel Costa e Góis Monteiro ao posto de general de brigada. Após estacionarem em Ponta Grossa, estes montaram dentro de seu vagão do trem de transporte de tropa o Quartel-General da revolução naquela localidade.

Diante desse cenário, as unidades da 2ª Região Militar e da Força Pública de São Paulo, sob o comando do coronel Joviano Brandão, foram mobilizadas em toda sua totalidade para a divisa com Minas Gerais e Paraná. Cabe esclarecer que desde a eclosão do movimento na capital sul rio-grandense, toda a corporação militar paulista foi posta em rigorosa prontidão. O quartel-general dessa tropa mobilizada foi instalado na cidade de Itararé.

Os 1º e 2º Batalhões de Infantaria da força formaram uma linha defensiva de Cananeia, no litoral paulista, até a cidade de Ourinhos. Para a divisa com Minas Gerais, especificamente no Rio Grande, foi enviado o 4º Batalhão de Infantaria, com o obje-

tivo de rechaçar as tropas que vinham daquele Estado.

Ainda para a divisa com Minas Gerais, na Serra da Mantiqueira, foi enviado o 6º Batalhão de Infantaria; para o Vale do Ribeira também foi enviado um pequeno destacamento deste batalhão. Esta mesma unidade ainda enviou uma companhia para guarnecer a cidade de Santos.

Em 10 de outubro de 1930, tropas do 6º Batalhão ocuparam a cidade mineira de Ouro Fino. O 3º. Batalhão foi deslocado para a área de Faxina, na divisa com o Paraná. Do 1º Regimento de Cavalaria seguiu para Itararé um esquadrão, e para Ourinhos um pelotão. O 2º Regimento de Cavalaria deslocou um esquadrão para a área de Ourinhos. Comandando o 2º BI, estava o tenente-coronel Herculano de Carvalho e Silva, que passou a liderar todo o setor sul do estado de São Paulo.

A Esquadilha de Aviação teve forte atuação no setor sul com o bombardeio de posições inimigas em Sengés e Morunga-



va, no Paraná. Seus pilotos eram os seguintes oficiais da FPESP: tenentes João Negrão, João de Quadros, Sílvio Hoels, Sebastião Machado, Vicente Borba, Alfredo Camargo e Deoclécio Guedes. Foi durante esse momento que o instrutor Orton Hoover, americano e veterano da Grande Guerra, foi promovido a major honorário da força, com o objetivo de organizar a expansão da aviação militar paulista, foi nesse momento que foram criadas as esquadrilhas azul e vermelha.

O primeiro combate ocorreu na cidade de Cruzeiro, na região da Serra da Mantiqueira, em São Paulo, quando uma companhia da FPESP, comandada pelo capitão Dino de Almeida, entrou em combate contra tropas mineiras revolucionárias na Estrada de Ferro Central do Brasil. Esse episódio fez com que esta companhia retraísse até o comando legalista daquela região.

No setor sul, os batalhões paulistas confrontaram de maneira ferrenha nos municípios de Sengrés e Morungava. Inclusive,

nessas contendas, tivemos a utilização de caças-bombardeiros contra as posições inimigas. Em concomitância aos combates acima, tivemos entreveros entre tropas revolucionárias e destacamentos da Força Pública em Ourinhos e Cananéia, combates estes que vitimaram civis e militares.

Devido à concentração de forças revolucionárias na cidade paranaense de Quatiguá, na divisa com São Paulo, o comando legalista foi forçado a enviar tropas da FPESP para aquela localidade, com o fulcro de dar combate aos revoltosos. Para essa missão foi enviado o tenente-coronel José Sandoval de Figueiredo, que comandava o Centro de Instrução Militar, hoje Academia de Polícia Militar do Barro Branco, para comandar as tropas legalistas nessa missão, que contavam com 400 militares, formando uma tropa heterogênea, com elementos tirados de várias unidades paulistas e comandadas por oficiais que não se conheciam. Segundo declaração do coro-



nel Sandoval, “a fama da Força Pública de São Paulo e o pavor que ela infundia aos adversários fez com que várias posições rebeldes ao longo do caminho fossem abandonadas”.

A batalha teve início no dia 11 de outubro próximo a Quatiguá, quando as tropas legalistas se depararam com a cavalaria inimiga, que passou a atuar a pé com táticas de guerrilha. Rechada essa tropa, um prisioneiro, feito após o combate, informou que um grande reforço revolucionário estava para chegar naquela noite. Diante disso, a tropa paulista regressou para Afonso Camargo. Realmente, durante o amanhecer do dia 12, chegou a Quatiguá, o Destacamento Etchegoyen, comandado pelo coronel Alcides Gonçalves Etchegoyen, confirmando que a retração da tropa paulista era a melhor opção para o momento.

A tropa comandada pelo coronel Sandoval, antes de entrar em combate com a cavalaria revolucionária, logrou êxito em eliminar núcleos revolucionários

em Cambará e Santo Antônio da Platina.

Conforme relato do coronel Etchegoyen, no dia 12, a força que estava sob o seu comando foi cercada por tropas regulares da Força Pública paulista na estação férrea de Quatiguá; os legalistas fizeram um cerco no formato de meia lua, tendo ao centro a citada estação e as tropas rebeldes. O combate teve início às 16h30min, do dia 12, com o confronto direto entre as tropas. Tal contenda perdurou até às 18h do dia 13. Ainda entre esses dias de luta os rebeldes tiveram o reforço do 1º Batalhão do 7º Regimento de Infantaria e de artilharia. Com a chegada desses últimos apetrechos teve início do bombardeio das tropas paulistas que, diante do caos, iniciaram uma fuga para a divisa com São Paulo.

Após estes fatos, a Força Pública bandeirante iniciou a concentração de suas tropas em Itararé, cidade paulista na divisa com o Paraná, que era a primeira e principal junção de ramais de linha férrea entre São Paulo e os



demais estados do sul. Como era sabido que os revolucionários tinham como objetivo ocupar a capital paulista para, em seguida, tomar o Rio de Janeiro, ambas as tropas começaram a se preparar para o maior confronto envolvendo brasileiros desde a Guerra do Paraguai.

O general Góis Monteiro, com o aval de Getúlio Vargas, estacionou a maior parte do efetivo das tropas revolucionárias na cidade de Ponta Grossa, tendo o núcleo duro da revolução se instalado em um vagão de trem na estação da cidade. Dali começou todo o planejamento revolucionário para o enfrentamento dos legalistas na batalha decisiva de Itararé.

Diante desse impasse, no dia 24 de outubro, temendo o início de uma guerra civil, uma junta militar formada pelos generais Tasso Fragoso, Mena Barreto, Leite de Castro e o almirante Isaías Noronha, depuseram o presidente Washington Luís, no Rio de Janeiro, levando-o para o forte Copacabana, onde ficou

preso aguardando o seu embarque para o exílio nos Estados Unidos.

Fig. 3 - Presidente Washington Luís juntamente com o Cardeal D. Leme no momento de sua deposição sendo conduzido para o Forte Copacabana



Fonte: Museu da PMESP

Neste ínterim, as tropas em Itararé não receberam ordens para baixar as armas. O general Miguel Costa era o responsável pelo ataque e tomada de Itararé. Para isso ele dispunha de 7.800 homens. Através de mensagens, o general, que era oriundo da Força Pública paulista, passou a negociar a deposição de armas com o tenente-coronel Herculanho, informando-o da queda do presidente e do avanço da revolução. Tais tratativas foram re-



forçadas por um manifesto da Junta Governista que determinava a cessação total das hostilidades.

Mas, em São Paulo, o governador interino do estado e comandante da 2ª Região Militar, general Hastinfilo de Moura, não acatou essa ordem. Contudo, o comandante-geral da Força Pública, diante da situação em que se encontrava o cenário político e o apoio da população paulista à revolução, em uma atitude inédita, decidiu por acatar a determinação da Junta Governista.

Herculano utilizou o telefone da estação ferroviária da Sorocabana em Itararé para tentar falar com o comandante-geral paulista, coronel Joviano Brandão. Após receber ordens de baixar as armas e incrédulo com o seu posicionamento, o tenente-coronel Herculano teria dito a seguinte frase: "Se você aderiu de medo, desadira. Aqui não passa ninguém". As negociações se seguiram e o general Hastinfilo acabou aderindo à determinação da Junta Governista. Com isso, Hercula-

no acabou sendo vencido de sua ideia de resistir.

A partir disso, Getúlio Vargas passa por São Paulo, chegando à Capital Federal e assumindo a presidência da República em 3 de novembro.

Fig. 4 - Getúlio Vargas, generais Góis Monteiro e Miguel Costa, juntamente com Francisco Morato



Fonte: Museu da PMESP

Durante as contendas dessa revolução tivemos dois heróis da Força Pública de São Paulo que deixaram um legado de exemplo de coragem, abnegação e espírito de sacrifício para as futuras gerações. Um foi o tenente-coronel Pedro Arbues Rodrigues Xavier, o herói de Cananeia, e o outro foi



o tenente Francisco Martins, o herói de Morungava; ambos morreram enfrentando tropas vindas do sul. O coronel Arbues, antes de se lançar contra as tropas gaúchas, proferiu a seguinte frase: “um velho soldado da Força Pública morre, não se entrega”. Após um pedido de rendição proferido pelos sulistas, ele foi morto a tiros e enterrado com honras militares pelos seus inimigos.

Fig. 5 – Coronel Pedro Arbues, o herói de Cananeia



Fonte: Museu da PMESP

CONSEQUÊNCIAS PARA SÃO PAULO

Com a vitória dos revolucionários, Getúlio Vargas instalou no Brasil o Governo Provisório, pondo fim à República Velha. Houve a revogação da Constituição de 1891, com a promessa de convocar uma nova constituinte, a dissolução do Congresso Nacional e a intervenção federal nos governos estaduais, com a nomeação de interventores ligados ao “tenentismo” nos cargos de governadores. Essas alterações mudaram o cenário político, suprimindo a hegemonia das antigas oligarquias agrárias.

Em São Paulo foi nomeado para o cargo de governador o tenente João Alberto Lins de Barros, pernambucano e antigo integrante da Coluna Miguel Costa-Prestes. O fato dele não ter vivido no Estado paulista fez com que políticos e população não o vissem com bons olhos.

Para o comando da 2ª Região Militar foi designado o general Isidoro Dias Lopes, ex-líder da



revolução de 1924, conhecido como “Marechal da Revolução”. Para a recém-criada Secretaria de Segurança Pública foi designado o general Miguel Costa; subordinadas a esta pasta ficaram a Força Pública e a Guarda Civil. Para o cargo de comandante-geral da força foi mantido o coronel Joviano Brandão.

Foi sob o comando deste último oficial, que, em 28 de abril de 1931, um grupo de oficiais da Força Pública se rebelou contra o governo de João Alberto Lins de Barros e o comando do general Miguel Costa. Tal empreitada foi logo sufocada, pois o coronel Joviano, líder dessa sedição, vendo que o movimento não obteve o devido engajamento para continuidade, declinou de suas ideias e pediu para que os demais oficiais abandonassem o pleito. Com isso os envolvidos, civis e militares, foram presos e tiveram aposentadoria compulsória decretada, alguns deles só conseguiram retornar à instituição em 1947.

Fig. 6 – Generais Isidoro Dias Lopes e Miguel Costa.



Fonte: Museu da PMESP

Devido a este movimento sedicioso, que ficou conhecido como “Abrilada”, o coronel Joviano foi exonerado do cargo passando para a reserva, o general Miguel Costa passou a acumular o cargo de secretário e comandante-geral e o general Isidoro pediu sua passagem para a reserva. Foi nomeado para o comando da 2ª Região Militar o general Góis Monteiro.

Desde a assunção do novo governo, a Força Pública passou por um grande processo de reor-



ganização; passou a adotar os manuais e regulamentos do Exército Brasileiro, em substituição aos congêneres franceses, o que fez com que a tropa paulista abandonasse culturas e tradições inseridas pela Missão Militar Francesa, situação que só foi retomada, em parte, na reforma de 1935. Um dos exemplos de mudança foi a alteração do modelo de espada dos oficiais e o padrão da continência, adotando-se a espada do Exército Brasileiro, utilizada até hoje, bem como a adoção da continência prussiana, também ainda em uso.

Outra mudança foi a extinção da artilharia e da aviação militar. Para a extinção da arma aérea foi colocado no comando da Aviação Militar da Força Pública, comissionado no posto de tenente-coronel, o então major Eduardo Gomes, devido a sua ligação com a tropa paulista em 1924.

Devido ao Boletim Geral nº 29 de 18 de dezembro de 1930, que trouxe os seguintes dizeres: “Em virtude de escapar à finali-

dade desta força e devido ser a aviação um elemento do exército, é dissolvida, nesta data, a E/A, cujo material será entregue ao governo federal”, a aviação militar foi extinta. Com isso, o comandante Eduardo Gomes ficou a cargo de transferir todo o campo de aviação, materiais e aeronaves para o exército. Essa transferência deu origem ao Destacamento de Aviação Militar do Exército, que passou a funcionar no Campo de Marte, na capital paulista.

CONCLUSÃO

De acordo com esta pesquisa verifica-se que a revolução outubrista de 1930 foi um ponto de mudança de direção da política nacional que tem reflexos até os dias de hoje. Ela descortinou a ascensão do “tenentismo” como protagonista na política nacional, com a implantação de uma reforma política, pondo fim ao modelo republicano vigente, principalmente com mudanças e inser-



ção de leis trabalhistas e reforma na educação, ou seja, uma reforma política e administrativa do país que retirou o Estado das mãos de um sistema oligárquico, viciado, que privilegiava uma pequeníssima parcela da população, enquanto o resto sofria com as consequências de seus desmandos.

Vale ressaltar que, desde o início, a história do Brasil foi marcada por revoltas políticas, que foram palcos de lutas armadas. Bem analisando, pode-se verificar que isso perdura até os dias de hoje, quando o crime organizado faz frente às autoridades constituídas, ou seja, a utilização da força e da violência sempre esteve presente política nacional e a revolução de 1930 não fugiu a essa realidade. Vale destacar, ainda, que, apesar de ter mudado a maneira de se fazer política no país, implantou-se uma ditadura que perdurou até 1945 e que gerou agitações políticas nos anos seguintes.

No que tange à pesquisa na história militar observamos que

a formação, adestramento e robustez da Força Pública do Estado de São Paulo se mostraram um grande obstáculo para os anseios da cúpula revolucionária, pois se não fossem as ações da Junta Provisória para derrubar o presidente Washington Luís, possivelmente o país teria mergulhado em uma guerra civil, que teria início na divisa entre São Paulo e Paraná. A capacidade bélica paulista demonstrou ser uma excelente ferramenta de dissuasão, onde uma tropa revolucionária, composta por militares profissionais, foi obrigada a estacionar no interior do Paraná, para daí se preparar com planos estratégicos para ocupação do Estado bandeirante.

Felizmente a tão esperada batalha de Itararé nunca ocorreu, mas a maneira com que o Estado e a população paulista foram tratados e o desmantelamento da Força Pública se tornaram parte dos motivos para o movimento constitucionalista de 1932, que se concretizou em uma guerra civil, tendo o espírito militar pau-



lista e sua Força Pública como ponta de lança durante o conflito, que duraria aproximadamente quatro meses.

Concluímos, ao estudar este episódio de nossa história, que o protagonismo das instituições militares estaduais e federais e suas importâncias e legados deixados no campo político e bélico, nos descortinaram as entranhas do processo político-social brasileiro e de como se deu a construção de nossa república democrática.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Euclides; CAMARA, Hely. *A Força Pública de São Paulo: Esboço Histórico*. São Paulo: Sociedade Impressora Paulista, 1931.

SERPA, Benito. *A Verdun paulista: episódios da defesa do 4º Batalhão da Força Pública durante a Revolução de 1924*. São Paulo: Gráficas BIBLOS, 1962.

CANAVO FILHO, José; MELO, Ediberto de Oliveira. *Asas e glória de São Paulo*. São Paulo: PMESP, 1977.

DORIA, Pedro. *Tenentes: a guerra civil brasileira*. São Paulo: Record, 2022.

MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: a história do Exército Brasileiro 1889 – 1937*. tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MEIRELLES, Domingos. *A noite das grandes fogueiras*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

TELHADA, Paulo Adriano L. *Quartel da Luz, mansão da ROTA: histórias do Batalhão Tobias de Aguiar*. São Paulo: Just, 2011.

RESENHA

Caça-submarinos Gurupá: memórias de um marinheiro

Raul Coelho Barreto Neto ^a

PALMA NETTO, João. *CS-4 – Caça-submarinos Gurupá: memórias de um marinheiro*. Salvador: Jubiabá, 1984.

Incontáveis são as obras memorialistas escritas por ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) sobre seus ganhos e perdas na Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Do seu comandante ao mais simples soldado, talvez por entusiasmo, como desabafo ou receio de esquecê-las, muitos deles mal haviam regressado à pátria quando deram início ao processo de transferir suas lembranças para o papel. As décadas passaram e tal prática, apesar de arrefecida, nunca foi extinta. Até que

o último veterano se vá – e mesmo sendo eles hoje muito poucos –, sempre haverá a chance de que novas linhas sejam publicadas, enriquecendo ainda mais a já considerável bibliografia da FEB.

Em bem menor número, contudo marcado por imenso valor histórico e qualidade redacional, são os livros lançados pelos aviadores do 1º Grupo de Aviação de Caça (da então imberbe Força Aérea Brasileira) que estiveram em ação nos céus italianos ao lado, assim como a FEB, dos norte-americanos.

^a Professor, mestre em História Regional e Local. Associado Correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Todavia, ao trazermos à tona os textos legados pelos militares da Marinha do Brasil que tomaram parte da campanha do Atlântico Sul, constatamos que este quantitativo se mostra ainda mais escasso.

Se nos parece falho e arriscado em uma perspectiva acadêmica apontarmos categoricamente um motivo para a ocorrência de tal fenômeno, pelo me-

nos levantamos a hipótese de o mesmo estar relacionado ao pressuposto de que a memória nacional jamais tenha prestigiado à altura os sacrifícios da Força Naval do Nordeste (e também do Sul). Ao que parece, nosso mar, onde centenas de vidas brasileiras foram ceifadas ao longo do conflito, sempre foi reputado como um palco coadjuvante em comparação ao teatro europeu de operações.

Associado a isso, grande parte dos nossos veteranos navais talvez nunca tivessem considerado seus feitos como algo digno de nota ou tivessem se sentido suficientemente encorajados a registrá-los por escrito.

Buscando mitigar tal situação, tive a sorte e a honra de, no epílogo das vidas de alguns deles, coletar parte de suas reminiscências na contenda.

Os dias vivenciados na Segunda Guerra vêm à tona de for-



ma rápida e pontual em livros memorialistas de caráter autobiográfico e bastante abrangentes como os escritos pelos almirantes Júlio Regis Bittencourt (*Memórias de um engenheiro naval*, 2005) e Renato de Almeida Guillobel (*Memórias*, 1973). Já a obra redigida pelo almirante Arthur Oscar Saldanha da Gama (*A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial*, 1982), embora volte-se integralmente ao conflito, trata-se essencialmente de uma apresentação formal e técnica da nossa atuação naval no conflito, não de um livro de memórias. O almirante João Carlos Gonçalves Caminha (*A bordo do contratorpedeiro Barbacena*, 1994), por sua vez, expõe suas lembranças da guerra de modo romanceado e ficcional. De maneira mais real, porém preservando certa veia literária, emergem recordações como as dos almirantes Neiva Moreira (*Ação naval no Atlântico Sul*, 1951) e Olavo Dantas (*Nas voltas do mar*, 1965). Nesta mesma linha, publicadas bem mais recentemente, acham-se,

por exemplo, as reminiscências do comandante Carlos Borba (*Guardas-marinha na guerra*, 2004) e do ex-combatente Antônio Moreira Ferreira (*Um marinheiro do Brasil na Segunda Guerra Mundial*, 2012).

Em meio a este limitado leque de volumes, entretanto, gostaríamos de dedicar algumas breves considerações a uma obra que apresenta características muito próprias e possui considerável valor sentimental para este resenhista.

Foi durante a infância que, percorrendo com os olhos a diminuta biblioteca pessoal do meu avô paterno, este também combatente da Segunda Guerra Mundial, descobri um pequeno tesouro em forma de papel: *CS-4 – Caça-submarinos Gurupá: memórias de um marinheiro*, de autoria de João de Palma Netto. Originalmente finalizadas em março de 1948 (portanto com os eventos testemunhados pelo autor ainda muito vivos em sua mente), foi por incentivo de célebre Monteiro Lobato, de acordo com



o próprio veterano, que suas páginas foram editadas. Tal encorajamento, no entanto, ao que parece apenas, consolidou-se décadas mais tarde, mais precisamente no ano de 1984, quando os originais foram finalmente publicados. Recebendo o selo de uma modesta editora baiana, com tiragem talvez não muito expressiva, suspeitamos que *CS-4* não tenha alcançado, à época, divulgação e repercussão mais amplas no meio naval, muito menos fora dele. Para mim, porém, menino recém-alfabetizado, membro de uma família de “gente de Marinha” e já mergulhado no fascinante universo marítimo e naval, o texto de Palma Netto provocou uma forte e instantânea identificação.

Além de ter sido escrito ainda no calor dos acontecimentos, o que, pelo menos em tese, a ele confere maior vivacidade, verossimilhança e fidedignidade, *CS-4* apresenta outras peculiaridades que merecem ser pontuadas. Uma delas diz respeito ao fato de que se trata de um livro publica-

do por uma praça, algo extremamente raro tomando-se como parâmetro o universo bibliográfico assinado por ex-combatentes da Marinha do Brasil.

Para além disso, falamos de um texto produzido por um rapaz que, em virtude da gravidade e urgência impostas pelo conflito, instantaneamente migrou das salas de aula da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia para os conveses de nossas belonaves em campanha contra o inimigo.

Se a visão da guerra partindo dos sentimentos e experiências de um veterano sargento certamente já se diferencia da de um oficial general ou superior, o lugar de fala de um jovem marujo talvez se apresente de modo ainda mais peculiar e revelador. Neste sentido, tendo-se como referência os principais preceitos teórico-metodológicos surgidos a partir da revolucionária Escola dos *Annales*, temos em mãos um genuíno exemplo da denominada “história vista de baixo”.

Exceto por algumas breves passagens a respeito de sua in-



fância e adolescência na cidade de Maragogipe, no Recôncavo baiano, quando se descobriu desperto e inclinado a trilhar a vida marinheira, João Palma Netto, dedica suas páginas quase que integralmente ao período vivido na Escola de Aprendizes, em Salvador, e às suas vivências em alguns navios da Marinha durante a Segunda Guerra. Aqui, chamamos a atenção para outro particular aspecto de sua narrativa: a relativa dose de informalidade.

De maneira simples e direta, suas palavras capturam e seduzem o leitor do início ao fim, fazendo deste alguém próximo; com ele compartilhando, muito intensamente, suas alegrias e tristezas; suas perdas e vitórias; suas angústias e esperanças. Difícil a quem o lê não se envolver emocionalmente com suas inúmeras venturas e desventuras.

Ao optar por este caminho, cabe também ressaltar, o autor não se limita a rememorar as agruras e alívios a bordo, quando em serviço. Transcendendo a atuação profissional em tempos

de guerra, suas páginas igualmente alcançam os períodos de folga e licença, de igual modo contemplando situações permeadas pelos mais diversos sentimentos. A todo momento, Palma Netto nos revela o elemento humano que compõe e acompanha todo e qualquer militar.

De tensos a risíveis, marcados por distintos níveis de profundidade, alguns dos incontáveis episódios e aspectos apresentados em seus capítulos podem ser considerados especiais. Em uma perspectiva mais afetiva e intimista, os momentos de separação e reencontro com os familiares em um contexto de tantas incertezas são, de fato, tocantes.

Passagens que tendem a ser emocionalmente potencializadas quando trazemos à tona fatores como as origens social (simples) e geográfica (interiorana) do protagonista, além de sua pouca idade à época. Da mesma forma, despertam o interesse do leitor as linhas voltadas às operações de guerra, em especial os dias em



alto-mar escoltando os comboios compostos por navios mercantes. Aqui ressaltamos a detalhada narrativa recheada de aspectos técnicos que nos fornecem uma real e melhor dimensão das missões a cargo da Força Naval do Nordeste nos anos de luta.

De igual maneira, afloram em suas reminiscências sentimentos de saudade, solidão e insegurança, dentre outros, nascidos no diminuto caça de madeira lançado à sorte em meio a um colossal e traiçoeiro oceano.

As considerações acerca do intenso e permanente intercâmbio com a Marinha dos EUA e do consequente processo de amadurecimento testemunhado no seio da Armada nacional ao longo da Segunda Guerra Mundial, no entanto, talvez soem como a mais forte mensagem legada por Palma Netto quanto ao campo profissional. De fato, fazendo nossos os seus dizeres, foi no cenário da refrega, entre os anos de 1942 (ou mesmo um pouco antes disso) a 1945, que nossos militares do mar e a sociedade brasileira

como um todo testemunharam, a olhos vistos, a progressiva transformação de uma corporação marcada pela “Velha Guarda” em uma “Marinha de Luz”.

Servindo como um autêntico e reconhecido “divisor de águas” da nossa história naval (a Guerra da Tríplice Aliança certamente deve ser considerado outro), a luta contra o nazifascismo foi capaz de converter a obsoleta e sedentária esquadra do período entre guerras em uma força dotada de muito maior dinamismo e capacidade.

Acompanhar essa relevante mudança a partir do apurado olhar de um simples marinheiro, em meio a diversos imbróglios, sensações e pitorescos episódios vividos em nossas belonaves e nas ruas das capitais nordestinas, talvez seja o grande diferencial do excelente *CS-4 – Caça-submarinos* Gurupá

BIBLIOGRAFIA

BONALUME NETO, Ricardo. *A nossa Segunda Guerra: os brasi-*



leiros em combate, 1942-1945. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

LATFALLA, Giovanni. *Relações militares Brasil-EUA 1939/1943*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

McCANN, Frank D. *Aliança Brasil-Estados Unidos 1937 – 1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935-1942*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.

MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

OLIVEIRA, Dennison de. *Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Curitiba: Juruá, 2015.

WAACK, William. *As duas faces da glória: a FEB vista pelos seus aliados e inimigos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

**REVISTA DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E HISTÓRIA MILITAR
DO BRASIL**



ANO: 84 N° 116 1° SEM. 2025

ISSN: 0020-3890